


unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Câmpus de Araraquara - SP

ALBANO DALLA PRIA

**PARA UM REDIMENSIONAMENTO DO
ESTUDO DO "ADJETIVO": OS PROCESSOS
ENUNCIATIVOS DE VARIAÇÃO SEMÂNTICA DE
"FALSO"**



ARARAQUARA – S.P.
2009

ALBANO DALLA PRIA

**PARA UM REDIMENSIONAMENTO DO
ESTUDO DO “ADJETIVO”:** OS PROCESSOS
ENUNCIATIVOS DE VARIAÇÃO SEMÂNTICA DE
“FALSO”

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras (Área de concentração: Lingüística e Língua Portuguesa).

Linha de pesquisa: Análise fonológica, morfossintática, semântica e pragmática

Orientador: Profa. Dra. Leticia Marcondes Rezende

Bolsa: CNPq

ARARAQUARA – S.P.
2009

ALBANO DALLA PRIA

**PARA UM REDIMENSIONAMENTO DO ESTUDO DO
“ADJETIVO”, OS PROCESSOS ENUNCIATIVOS DE VARIAÇÃO
SEMÂNTICA DE “FALSO”**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras (Área de concentração: Lingüística e Língua Portuguesa).

Linha de pesquisa: Análise fonológica, morfossintática, semântica e pragmática
Orientadora: Profa. Dra. Leticia Marcondes Rezende
Bolsa: CNPq

Data da defesa: 30/10/2009

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Leticia Marcondes Rezende

Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras –
Câmpus de Araraquara.

Membro Titular: Profa. Dra. Gislaíne Aparecida de Carvalho

Universidade do Estado de Mato Grosso – Câmpus Universitário de
Alto Araguaia.

Membro Titular: Profa. Dra. Edileusa Gimenes Moralis

Universidade do Estado de Mato Grosso – Câmpus Universitário de
Alto Araguaia.

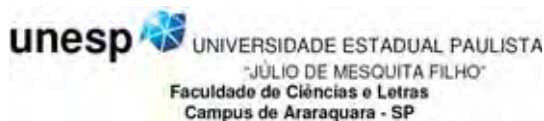
Membro Titular: Profa. Dra. Ana Cristina Salviato-Silva

Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – São
João da Boa Vista.

Membro Titular: Profa. Dra. Alessandra Del Ré

Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras –
Câmpus de Araraquara.

Local:



A Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza, em quem confio.

AGRADECIMENTOS

Principalmente, e acima de tudo, a Deus por ter permitido a realização deste trabalho.

A minha mãe, Eolita Benito Vicente, por ter me ensinado o caminho da dignidade.

À Profa. Dra. Letícia Marcondes Rezende pela orientação, paciência e, principalmente, por ter me concedido muito crédito.

Às professoras componentes da banca de qualificação, Profa. Dra. Marília Blundi Onofre e Profa. Dra. Alessandra Del Ré, e de defesa, Profa. Dra. Edileusa Gimenes Moralis, Profa. Dra. Gislaine Aparecida de Carvalho, Profa. Dra. Ana Cristina Salviato-Silva e Profa. Dra. Alessandra Del Ré, pelas contribuições sugeridas para a versão que aqui se apresenta do trabalho.

Aos funcionários e professores da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp – Câmpus de Araraquara pelos ensinamentos nos campos técnico e intelectual.

Ao CNPq pelo apoio financeiro durante parte do Curso de Doutorado.

A Dona Alice que me tem no coração como um dos seus.

Aos meus amigos Valéria Faria Cardoso e Jair Francisco da Silva Jr. pela cumplicidade e preocupação com meu bem estar na etapa de finalização da tese.

o lume

vai caminhando desamarrado
dos nós e laços que o mundo faz
vai abraçando desenleado
de outros abraços que a vida dá

vai-te encontrando na água e no
lume
na terra quente até perder
o medo, o medo levanta muros
e ergue bandeiras pra nos deter

não percas tempo, o tempo corre
só quando dói é devagar
e dá-te ao vento como um veleiro
solto no mais alto mar

liberta o grito que trazes dentro
e a coragem e o amor
mesmo que seja só um momento
mesmo que traga alguma dor

só isso faz brilhar o lume
que hás-de levar até ao fim
e esse lume já ninguém pode
nunca apagar dentro de ti

Mafalda Veiga (2007)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o estudo do adjetivo como marcador de operações enunciativas. O que se denomina “adjetivo” compreende uma das classes de palavras definidas pela tradição gramatical no ocidente que permanece nas bases de reflexão da lingüística teórica. Apesar de amplamente identificado o caráter subjetivo no emprego do adjetivo, a metodologia empregada pela literatura de especialidade não dispõe de expedientes que explicitem esse parâmetro operatório na construção da significação em língua. Na literatura de especialidade, o procedimento metodológico empregado no estudo do adjetivo assume um sentido primeiro ou próprio para a unidade que é analisada isoladamente, abstraindo-se as variações que lhe são próprias em cada contexto de ocorrência. Não se propõe, nesta tese, fomentar a polêmica sobre a adequação de critérios à definição da classe. Propõe-se encontrar invariantes que sustentem toda a variação identificada nas configurações construídas de uma mesma unidade em seus usos. Para tanto, o desenvolvimento da pesquisa foi subsidiado teórica e metodologicamente pela Teoria das Operações Enunciativas. A partir da análise de ocorrências do adjetivo FALSO em um corpus, identificaram-se três parâmetros mobilizados por essa marca, tais como relações de alteridade; operações de quantificação e qualificação na produção do enunciado. Por fim, propõe-se uma representação formal ao resultado do ajustamento entre os parâmetros mobilizados pelo enunciado e o modo variável como FALSO se anexa aos elementos do seu contexto.

Palavras-chave: Adjetivo, Marcador, Variação, Invariantes, Teoria das Operações Enunciativas.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is the study of adjective as a marker of enunciative operations. "Adjective" is one of the word classes established by traditional grammar and is also a theme of research in linguistics. Despite of the subjective character identified by researchers in adjective uses, this parameter is not integrated in their research methodology of analysis. Methodological procedures adopted in the adjective study usually establish a first or proper sense to the unit and variations proper to the unit are abstracted of its contexts of occurrence during analysis. This dissertation is not interested in increasing polemics regarding adequate criterions to define the class of the adjective. It is proposed in this dissertation to find invariants to the variations identified in constructed occurrences of the same unit. The research was conducted under theoretical e methodological assumptions of Theory of Enunciative Operations. Occurrences of the adjective "falso" ("false/fake") in a corpus of Portuguese language identified during analysis three parameters this marker activates. They are: self relations, quantifying and qualifying operations. The result of adjustments between parameters mobilized by the utterance and variable modes the adjective "falso" is attached to the elements of its context is presented in a formal representation.

Keywords: Adjective, Marker, Variations, Invariants, Theory of Enunciative Operations.

SUMÁRIO

Apresentação	11
INTRODUÇÃO	13
1 A TEORIA DAS OPERAÇÕES ENUNCIATIVAS	20
1.1 Contextualização da Teoria das Operações Enunciativas	21
1.2 A articulação linguagem e línguas.....	23
1.3 A produção e o reconhecimento.....	26
1.4 A atividade de linguagem	28
1.4.1 A atividade de representação.....	28
1.4.1.1 O nível das representações mentais ou infra-lingüísticas	29
1.4.1.2 O nível das representações lingüísticas.....	29
1.4.1.3 O nível das representações metalingüísticas.....	30
1.4.2 A atividade de referenciação	31
1.4.3 A atividade de regulação	34
1.5 O enunciado e a significação	35
1.6 Os processos de construção do enunciado.....	38
1.6.1 A léxis e a relação primitiva.....	39
1.6.1.1 A léxis.....	40
1.6.1.2 A relação primitiva.....	41
1.6.2 A relação predicativa.....	43
1.6.3 A relação enunciativa	45
1.7 A relação de localização.....	47
1.8 Categorias gramaticais.....	50
1.8.1 A noção e o domínio nocional	51
1.8.1.1 A noção	51
1.8.1.2 A ocorrência	54
1.8.1.3 A estruturação do domínio nocional	57
1.8.1.3.1. O centro organizador do domínio	58
1.8.1.3.1.1 O tipo.....	59
1.8.1.3.1.2 O atrator	61
1.8.1.3.2 A fronteira.....	62

1.8.1.3.3 O complementar	63
1.9 As operações de determinação	64
1.9.1 A quantificação e a qualificação	64
1.9.1.1 A extração	66
1.9.1.2 A flechagem	67
1.9.1.3 A varredura.....	68
1.9.2 A modalidade e o aspecto	69
1.9.2.1 A modalidade	69
1.9.2.2 O aspecto	70
2 O ADJETIVO	72
2.1 Histórico da delimitação da classe	72
2.2 O adjetivo nos estudos de gramática	75
2.2.1 O adjetivo na gramática tradicional	76
2.2.2 O adjetivo na gramática normativa.....	77
2.3 O adjetivo na tradição dos estudos lingüísticos.....	79
2.3.1 A delimitação de critérios definidores da classe dos adjetivos	81
2.3.2 O adjetivo falso.....	92
2.4 Identidade e variação do adjetivo “grand”	95
3 OS PROCESSOS ENUNCIATIVOS DE VARIAÇÃO SEMÂNTICA DE “FALSO”	99
3.1 Estudo do marcador falso.....	99
3.1.1 Enunciado 1	101
3.1.2 Enunciado 2	103
3.1.3 Enunciado 3	106
3.1.4 Enunciado 4	108
3.1.5 Enunciado 5	111
3.2. Uma forma esquemática para FALSO.....	114
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

Apresentação

Minha trajetória enquanto pesquisador iniciou-se ainda na graduação. Meu primeiro desafio intelectual de responsabilidade científica foi desenvolver um projeto de iniciação científica (IC). Passados três anos, aquele desafio havia se constituído em estímulo para outro desafio: ingressar no Curso de Mestrado. Ao final do Mestrado, embora extenuado pela atividade científica e pressionado pela necessidade de ingressar no mercado de trabalho, assumi o desafio de ingressar no Curso de Doutorado, cujos resultados são apresentados nesta tese.

O estudo do adjetivo colocou-se diante de mim desde a IC. Naquela ocasião, o levantamento de dados e a leitura em língua inglesa, tanto do *córpus* de análise quanto de textos teóricos, exigiram extrema disciplina e dedicação. O estudo do adjetivo, não só colocou-se na IC, mas também se manteve no Mestrado. Os formalismos gramaticais exigiram disciplina, dedicação, superação e autocontrole, nessa segunda etapa.

Desde a iniciação científica, algumas indagações me acompanharam no estudo do adjetivo. Uma delas referia-se às afirmações reiteradas pela maior parte dos trabalhos que havia lido sobre o assunto acerca da “subjetividade própria” dessa categoria. A literatura de especialidade, embora referira a esse traço, não apresenta expedientes satisfatórios que demonstrem como esse valor subjetivo se materializa na língua ou quais mecanismos da linguagem são acionados por esse traço. A indagação, portanto, permanecia.

Durante o Curso de Mestrado freqüentei a disciplina *Processos Constitutivos do Enunciado*, ministrada pela Profa. Dra. Letícia Marcondes Rezende que se propunha exatamente a teorizar não só o expediente subjetivo da linguagem, mas também os processos pelos quais esse expediente se materializa nas línguas. A curiosidade, em um primeiro momento, e a possibilidade de encontrar respostas para minhas indagações, em um segundo momento, levaram-me a propor um projeto de doutorado na linha de pesquisa com a qual a professora trabalhava.

Alguns desafios se colocaram à época: ler textos técnicos em língua francesa e assimilar uma teoria que, se às vezes me parecia tão familiar, em muitos momentos me

parecia tão desconhecida e distante de tudo o que eu havia aprendido durante minha formação acadêmica. Passaram-se alguns anos até que eu compreendesse que a teoria não só têm por objetivo apreender a linguagem através da diversidade das línguas naturais, mas também apreender a natureza humana através da diversidade dos homens no mundo.

Este trabalho conjuga, portanto, o resultado, se é que quatro anos se podem resumir em uma única tese, de um trabalho de investigação teórica e analítica sobre um tema específico que responde pelo menos em parte algumas das minhas indagações.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é descrever FALSO como marcador de operações enunciativas. Essas operações entendidas como invariantes que fundamentam e regulam a atividade de linguagem em toda sua riqueza e complexidade. Historicamente, essa unidade tem sido descrita como pertencente á classe dos adjetivos na literatura de especialidade.

O que se denomina “adjetivo” compreende uma das classes de palavras (ou “partes-do-discurso”) definidas pela tradição gramatical no ocidente quando a gramática ainda era vista como “parte da Filosofia”. Essa tradição dedicou-se à descrição da classe em termos de flexão de gênero e número, relações de concordância com o substantivo, funções sintáticas que a classe assume na constituição da frase e atribuição de propriedades ao substantivo.

A lingüística teórica, ainda que tenha refutado muitos dos pressupostos da tradição gramatical, parece não ter apresentado resistência à incorporação das classes de palavras às suas bases de reflexão. Evidentemente, reformulações efetuaram-se em relação aos critérios que definiam as classes na gramática clássica.

Na literatura de especialidade em estudos do adjetivo, por exemplo, seja em língua portuguesa seja em língua estrangeira, são recorrentes discussões sobre o caráter subjetivo da classe. A maior parte dessas obras relaciona essa subjetividade à posição que o adjetivo ocupa no sintagma nominal: anteposta ou posposta ao substantivo. Cite-se Borba (1996), por exemplo. Para esse autor, os valores objetivo e subjetivo do adjetivo são “valores que dependem da colocação da palavra em cada contexto/situação” (p. 156).

Apesar de amplamente identificado esse caráter subjetivo no emprego do adjetivo, a metodologia empregada pela literatura de especialidade não dispõe de expedientes que explicitem satisfatoriamente esse parâmetro operatório na construção da significação em língua. A subjetividade não é um parâmetro metodologicamente integrado àquelas análises. Usualmente, o procedimento metodológico empregado no estudo do adjetivo assume um sentido primeiro ou próprio para a unidade que é

analisada isoladamente, abstraindo-se as variações que lhe são próprias em cada contexto de ocorrência.

Nessas análises, a distribuição é o parâmetro mais amplamente relacionado à variação de valores. O caráter subjetivo seria derivado desse parâmetro. Para Câmara (1970), Borba (1996) e Vilela (1995), por exemplo, a posposição seria um contexto distribucional que ainda garantiria alguma objetividade em decorrência do caráter descritivo que o adjetivo assumiria nessa posição. O enfraquecimento dessa função descritiva motivaria anteposição, de caráter mais afetivo, conotativo, em suma, subjetivo (BORBA, 1996; VILELA, 1995).

A explicação da literatura de especialidade para esse caráter subjetivo ou essa “qualificação” subjetiva estaria relacionada a outra propriedade semântica dos adjetivos: a vagueza (NEVES, 2000). Essa propriedade se traduziria em termos de imprecisão e ambigüidade no que se refere à identificação de um valor semântico pontual ou em termos das classificações que são atribuídas a um adjetivo. Uma vez classificado um elemento como pertencente a uma dada categoria, se apresentar comportamento de outra categoria, esse elemento será vago em decorrência de ser representante de duas ou mais categorias ao mesmo tempo.

Esta tese não se propõe a fomentar a polêmica sobre a adequação de um ou outro critério na definição da classe para que, ao final, sejam estabelecidos critérios “mais adequados” que, em última instância, também configurariam motivo de polêmica. Não se propõe, portanto, a continuidade da prática tradicional de “jogar os protótipos uns contra os outros” para, a partir das diferenças observadas, extrair um terceiro valor que será motivo de polêmica tanto quanto os protótipos que lhe deram origem.

Nesta tese, propõe-se uma abordagem para a questão do adjetivo que não se limite ao estabelecimento de critérios que abstraíam dos usos de cada ocorrência, mas, considerando-se cada uso em toda a sua particularidade, sejam identificadas invariantes que sustentem toda a variação identificada nas configurações construídas de uma mesma unidade. Essa pretende ser a contribuição deste trabalho para a reflexão do que se denominou “adjetivo” na tradição dos estudos gramaticais e lingüísticos. Nesta tese, embora se pretenda apresentar uma proposta alternativa de

análise a esses estudos, o termo “adjetivo” será empregado como tributo a uma tradição que não se pretende ignorar.

Para tanto, esta tese parte da hipótese de que a linguagem se origina no falante, configurando-se essencialmente como uma experiência subjetiva (YAGUELLO, 1994). Rezende (2000, p. 183) explica que,

na atividade simbólica que é a linguagem, a realidade entra permeada pela percepção do sujeito que observa. A realidade subjetiva (mental e emocional) ou objetiva (mundo físico-cultural) tornam-se sempre subjetivas enquanto realidades percebidas (REZENDE, 2000, p. 183).

Essa hipótese fundamenta-se nos trabalhos do lingüista francês Antoine Culioli. O teórico define a atividade simbólica que é a linguagem como “uma atividade de representação, referenciação e regulação acessível somente através de seqüências textuais, isto é, através do agenciamento de marcadores que são traços de operações subjacentes” (CULIOLI, 1990, p. 14, 179). As línguas são definidas como “sistemas simbólicos de representação de significado que apresentam variações no tempo, no espaço, de uma cultura a outra, entre falantes, e intra-falantes” (CULIOLI, 1990, p. 14, 179).

A partir dessa definição de linguagem, Culioli (1990, p. 14) redefine o objetivo da lingüística como “a ciência cujo objetivo é compreender a atividade de linguagem através da diversidade das línguas naturais (e através da diversidade de textos, orais e escritos)”. Com efeito, o objetivo da lingüística coincidirá com o objetivo da ciência que é a apreensão de processos invariantes (formais) subjacentes à diversidade de fenômenos que se pretende estudar. Embora as línguas disponham de um alto grau de heterogeneidade, deve-se encontrar uma homogeneidade que lhe seja própria.

Imbuído dessas definições, Culioli argumenta que o trabalho do lingüista vai muito além de estabelecer classificações tipológicas baseadas nas relações entre a variabilidade de valores semânticos das expressões lingüísticas e a distribuição dessas expressões em diferentes contextos sintáticos. Segundo Culioli (1990, p. 72-73), a atividade do lingüista deve ir além de propriedades meramente classificatórias e de

rotulação fundamentadas em categorias metalingüísticas e/ou cognitivas pré-estabelecidas. Assim, o lingüista que desenvolver suas pesquisas segundo as concepções de Culioli deverá liberar-se

a partir da intuição para a construção de um sistema metalingüístico de representação, [...] construindo uma teoria dos observáveis, [...] formulando problemas e construindo procedimentos racionais baseados em classes de fenômenos (em particular construindo famílias parafrásticas relacionadas de enunciados) [...] definir esse objetivo significa não traçar, em princípio, limites entre prosódia, sintaxe, semântica e pragmática. A delimitação que deve ser delineada fica entre o que é regular e representável e o que é heterogêneo em termos de regras metalingüísticas que alguém tenha instituído (CULIOLI, 1990, p. 72-73).

O desenvolvimento desta tese é subsidiado pela reflexão teórica desenvolvida por Culioli no âmbito da Teoria das Operações Enunciativas. Ressalte-se, entretanto, que a obra de Culioli não faz referência à questão do adjetivo. O adjetivo, assim como qualquer outro fenômeno gramatical, é tomado como uma marca de operações da linguagem no processo de construção da significação em língua. Assim, será irrelevante para esta tese a discussão que procura relacionar a distribuição do adjetivo a um caráter mais ou menos subjetivo.

As análises que se prendem à classificação tipológica dos adjetivos em mais ou menos subjetivos tomam como base uma língua construída ou, às vezes, várias línguas construídas, mas não articulam essa dimensão estática com processos dinâmicos da atividade de linguagem. Esta tese parte da hipótese de que os adjetivos constituem marcas materiais da atividade de linguagem que não só sustenta o que está estabilizado, mas também controla, através de operações invariantes, toda e qualquer variação. Se, por um lado, essa atividade é uma forma estruturante, por outro lado,

simultaneamente ao trabalho que efetua sobre o empírico, por meio da atividade verbal dos sujeitos, gera posições mais ou menos fixas para as noções e marcas padronizadas em língua, que acabam por se constituir na morfossintaxe de uma referida língua. Mas é o empírico, em particular, que gera a distinção, o específico. Como o empírico varia em função sobretudo da variação sujeito-espaço-tempo, os padrões podem variar também (REZENDE, 2000, p. 122).

Dentre muitos adjetivos que poderiam ser analisados como marcas materiais da atividade de linguagem, nesta tese, optou-se pelo adjetivo FALSO¹. Além de ser amplamente empregado no uso cotidiano, esse adjetivo encontra-se no centro das polêmicas sobre critérios definidores da classe e, quando questionados sobre o valor de FALSO, os falantes, talvez, influenciados pela escola, tendem a estabelecer uma oposição entre FALSO e VERDADEIRO seguindo o critério dos “antônimos”. A circularidade do critério segundo o qual “o que é falso, não é verdadeiro, e o que é verdadeiro, não é falso”, é evidente, não fornecendo explicações plausíveis sobre o valor de nenhum dos dois adjetivos.

Metodologicamente, constituiu-se um *cópus* que apresentasse ocorrências do adjetivo FALSO em função de adjunto (também denominada de função atributiva). Adotou-se outro critério metodológico em relação à posição desse adjetivo. Assim, em todos os enunciados que compõem o *cópus*, FALSO encontra-se posposto ao substantivo. Esses enunciados foram extraídos do jornal *Folha de São Paulo*, em sua versão eletrônica disponibilizada na *Internet*.

Os procedimentos de análise desses enunciados também foram subsidiados pela Teoria das Operações enunciativas. Nessa abordagem, o enunciado define-se por um duplo estatuto: teórico e material. O primeiro se pode definir como um arranjo de marcadores e, o segundo, como unidade empírica de observação constituída de materialidade. Desse ponto de vista, o enunciado pertence a uma família parafrástica, isto é, a vários enunciados possíveis que podem ser gerados a partir de um esquema formal (FUCHS, 1984). O enunciado será mais um de um conjunto de enunciados gerados por esse esquema. Esse conjunto obtém-se a partir

¹ Neste trabalho, quando se emprega as maiúsculas, faz-se menção ao termo, isto é, à materialidade do termo.

de manipulações feitas pelo lingüista. [...] trata-se de criação de “glosas”, elaboradas por meio da atividade epilingüística do lingüista, enquanto falante de uma língua, ou “paráfrases”, que já são resultado de uma atividade mais rígida (ou metalingüística) do lingüista, enquanto conhecedor de regras formais de um modelo teórico (REZENDE, 2000, p. 64).

O analista, enquanto falante que é da língua, pode se valer dos conceitos de *glosa* e de *paráfrase* em sua prática de análise, na manipulação dos enunciados, com a consciência de que não se referem a um mesmo procedimento. *Paráfrase* refere-se a uma atividade regulada, controlada pelo analista. Já *glosa* refere-se à prática de linguagem do sujeito enunciator (CULIOLI, 1999a). Assim, os enunciados, as glosas epilingüísticas e as paráfrases metalingüísticas compõem os dados pertinentes à análise e aos objetivos desta tese.

Esta tese avança na pesquisa do que se denomina “adjetivo” ao explicitar propriedades irreduzíveis do adjetivo FALSO. Assim, consideram-se os diferentes usos e a variação no seu valor semântico na relação com as demais categorias gramaticais, na construção do enunciado. Com isso, espera-se contribuir para uma compreensão de como os valores semânticos e a distribuição dessa unidade se relacionam. Nesta tese não está em questão a adequação de uma unidade a uma categoria metalingüística dada *a priori*, o que se encontra na literatura de especialidade no estudo do adjetivo. Propõe-se, nesta tese, é ter em consideração a própria unidade.

Esta tese, além da Apresentação e da Introdução, contempla outras quatro Seções:

A Seção 1 apresenta os pressupostos da Teoria das Operações Enunciativas. Essa Seção se inicia com uma contextualização da teoria no universo da pesquisa lingüística e, na sua continuidade, encontram-se as definições de linguagem, o que se entende pela articulação linguagem e línguas, o papel da linguagem na produção e no reconhecimento de enunciados, a definição de atividade de linguagem, o que se entende por enunciado, os conceitos que descrevem os processos constitutivos do

enunciado, o que se entende por relação de localização, o conceito de domínio nocional e conceitos relacionados ao processo de determinação, tais como: quantificação e qualificação, modalidade e aspecto.

A Seção 2 recupera o histórico da delimitação da classe, o tratamento do adjetivo nos estudos de gramática, a polêmica sobre os critérios que definem a classe dos adjetivos na tradição dos estudos lingüísticos e uma abordagem alternativa às anteriores que se propõe encontrar a identidade do adjetivo “grand”, em francês, em seus contextos de variação. O adjetivo tem sido motivo de polêmica desde a definição da classe pela gramática clássica. As discussões em torno de critérios que definam uma classe homogênea permanecem nos estudos lingüísticos que, sob enfoques distintos, promovem a profusão de taxonomias que, em última instância, remontam aos critérios empregados pela gramática clássica.

A Seção 3 apresenta a análise desenvolvida para o marcador FALSO e uma forma esquemática para esse marcador. O objetivo da análise é extrair os princípios de variação do sentido desse adjetivo, partindo da hipótese de que existe algo de invariante que constitui a sua identidade, isto é, que viabiliza e, ao mesmo tempo, restringe a estabilização dos valores desse adjetivo observados em suas realizações na superfície da língua portuguesa. Assim, as análises têm por finalidade resultar em uma representação metalingüística, denominada forma esquemática, que se associa às construções da forma empírica FALSO e constitui a identidade semântica dessa forma.

A Seção 4 apresenta as Considerações Finais do trabalho. Constam dessa Seção respostas a questionamentos colocados na Introdução.

1 A TEORIA DAS OPERAÇÕES ENUNCIATIVAS

Esta Seção é composta por nove subseções e tem por finalidade apresentar os princípios teórico-metodológicos da Teoria das Operações Enunciativas. Esses princípios deverão orientar o desenvolvimento do trabalho em seus aspectos teórico e analítico.

Esta Seção está assim organizada: em 1.1, contextualiza-se a Teoria das Operações Enunciativas no âmbito das teorias lingüísticas, cujo objetivo é o estudo da linguagem segundo pressupostos de cientificidade; em 1.2, a linguagem é definida como uma atividade apreendida através da diversidade das línguas naturais e de textos orais e escritos produzidos nessas línguas em situações particulares de produção e reconhecimento de formas; em 1.3, a produção e o reconhecimento de formas lingüísticas são definidos como parte da atividade cognitiva dos sujeitos, cujo acesso é mediado pelo produto dessa atividade, isto é, os enunciados produzidos pelos enunciadore; em 1.4, a atividade de linguagem é definida como uma atividade de representação, referenciação e regulação; em 1.5, o enunciado é definido como um arranjo de marcadores de operações da linguagem e como unidade empírica de observação constituída de materialidade provida de um potencial interpretativo quando da sua ocorrência em seus contextos possíveis; em 1.6, os processos de construção do enunciado é definido por um percurso de operações constitutivas; em 1.7, a relação de localização é definida como uma operação primitiva elementar que se aplica a todo o processo de construção do enunciado; em 1.8, são estabelecidas correspondências entre um conjunto de operações e os marcadores dessas operações na construção de categorias gramaticais, tais como o domínio nocional, a determinação (quantificação e qualificação), a modalidade e o aspecto; em 1.9, as operações de determinação são definidas como um conjunto de operações elementares, tais como a quantificação, a qualificação, a extração, o percurso e a varredura, na construção da referência das expressões lingüísticas.

1.1 Contextualização da Teoria das Operações Enunciativas

A Teoria das Operações Enunciativas coloca dificuldades teóricas, práticas e epistemológicas aos lingüistas quanto à sua localização no universo da pesquisa lingüística. Ainda que se quisesse identificá-la com uma “teoria sintática”, uma “teoria semântica” ou mesmo uma “teoria da enunciação” difícil seria arrumá-la nas gavetas tradicionais das ciências lingüísticas. Embora a TOE não se declare em oposição a alguma teoria precedente e discuta problemas recorrentes em outras teorias lingüísticas, distingue-se de outras abordagens pelas suas concepções epistemológicas que serão contempladas no decorrer desta Seção. Serão estabelecidos pontos de contraste entre a TOE e outras abordagens ao longo da exposição, embora não se pretenda exaustividade nesse feito. O confronto da TOE com outras abordagens não é o objetivo deste trabalho.

A TOE resultou da retomada da natureza da lingüística, de seu objeto e objetivo de estudo e de questões epistemológicas e metodológicas pertinentes ao estudo da linguagem e das línguas naturais. A TOE tem sido desenvolvida como um esforço consciente de teorização de um campo do conhecimento e de desenvolvimento de uma metodologia que contemple a atividade de linguagem em toda sua riqueza e complexidade (CULIOLI, 1975-76). O desenvolvimento da teoria pressupõe certa familiaridade com conceitos de áreas tais como a Lógica, o Construtivismo, a Matemática e a Topologia.

Os aspectos teóricos e metodológicos da TOE foram desenvolvidos em detalhes em um conjunto de conferências e artigos compilados em três volumes intitulados *Pour une linguistique de l'énonciation* (CULIOLI, 1990, 1999a, 1999b) sob a forma de coletâneas. Atualmente, encontram-se desenvolvimentos da teoria em livros, teses e artigos publicados na França, no Brasil e em Portugal.

Na França, encontram-se publicações em revistas especializadas, tais como *LINX*, *Langues Français* e *Langages*. Dois dos principais sites na *WEB* dedicados à divulgação da teoria estão sediados no *Laboratoire de Linguistique Formelle* da

Universidade Paris 7-Denis Diderot². No Brasil, encontram-se publicações em revistas especializadas, tais como *Estudos Lingüísticos*, *Alfa* e *Versão Beta*. Destacam-se dois grupos de pesquisa: *Articulação da Linguagem com as Línguas Naturais* (ALLN), sediado na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara, sob a coordenação da Profa. Dra. Letícia Marcondes Rezende, e *Articulação entre Linguagem e Línguas Naturais no Processo de Ensino-aprendizagem* (ALLNPEA), sediado na Universidade Federal de São Carlos, sob a coordenação da Profa. Dra. Marília B. Onofre e da Profa. Dra. Maria I. de Moura³. Em Portugal, destaca-se o grupo de pesquisa *Gramática e Texto*, sediado no Centro de Lingüística da Universidade Nova de Lisboa, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Teresa Brocardo⁴.

Ao definir a Lingüística como a ciência cujo objetivo deve ser a apreensão da linguagem através da diversidade das línguas naturais, a TOE caracteriza-se como um programa de pesquisa. Tal definição não só estabelece um objetivo para um campo do conhecimento, mas também promove conseqüências na teorização e na metodologia da ciência responsável por esse campo.

Um dos pressupostos da TOE refere-se à importância da teorização. Antes que se proceda qualquer análise, já se sabe o que se pretende analisar (REZENDE, 2000). Se, por um lado, a linguagem é definida teoricamente como atividade cognitiva de construção de representação, de referenciação e de regulação, por outro lado, as línguas são definidas como arranjos léxico-gramaticais que os sujeitos reconhecem como seqüências textuais interpretáveis. O nome “Teoria das Operações Enunciativas” reflete a dupla importância atribuída à atividade de linguagem e às línguas naturais. As operações desencadeadas pela atividade de linguagem constituem os caminhos percorridos e as escolhas efetuadas pelos sujeitos na produção (síntese) e no reconhecimento (análise) de enunciados lingüísticos e são responsáveis tanto pela variabilidade identificada nas línguas quanto pela capacidade criativa da linguagem. Os

² Informações sobre o Laboratório encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.llf.cnrs.fr/index-fr.php>>.

³ Informações sobre os grupos encontram-se disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0335801W0THI42>> (ALLNPEA) e <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0330801K1M96R1>> (ALLN).

⁴ Informações sobre o grupo encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <<http://clunl.onlinetrace.com/PT/equipa.asp?id=828&mid=50>>.

arranjos léxico-gramaticais que configuram as línguas naturais, enquanto produtos que são da atividade construtora que é a linguagem, também funcionam como porta de acesso para que se possa reconstruir o seu percurso gerador, possibilitando ao sujeito a interpretação dos enunciados.

As conseqüências metodológicas da teorização do que sejam a linguagem e as línguas naturais também distinguem a TOE de outras abordagens. O pensamento positivista faz pensar que uma metodologia desenvolvida independentemente do que se pretende estudar pode ser aplicada a qualquer domínio. Os procedimentos dedutivos e indutivos disputam a universalidade de um sobre o outro e mascaram uma questão fundamental: o emprego de instrumentos metodológicos adequados ao que se pretende estudar. A TOE não só teoriza a linguagem e as línguas, mas também procura definir os instrumentos metodológicos adequados ao estudo dessas instâncias. A metodologia está acoplada ao modelo uma vez que a metodologia está dada pelo próprio objeto de estudo definido pela TOE. Os arranjos léxico-gramaticais são, ao mesmo tempo, produto da atividade construtora que é a linguagem e caminho de acesso para que possa reconstruir o seu percurso gerador. Desse ponto de vista, pode-se afirmar que os próprios arranjos léxico-gramaticais trazem em si uma metodologia explicativa.

Situada a Teoria das Operações Enunciativas no contexto da pesquisa lingüística, nas seções seguintes serão apresentados alguns dos conceitos teórico-metodológicos empregados por essa abordagem, e já mencionados na abertura da Seção 1.

1.2 A articulação linguagem e línguas

Segundo Culioli (1995, p. 13), a relação entre linguagem e línguas é um problema complexo que foi marginalizado na evolução da lingüística. Embora Benveniste tenha tocado nessa questão, não formulou um modelo teórico para o problema.

Em geral, as teorias lingüísticas formulam uma metalinguagem – um modelo – e, então, são feitas observações sobre fatos empíricos. A pesquisa lingüística, nesse

contexto, fundamenta-se sobre dados metalingüísticos (definidos segundo um raciocínio dedutivo que caminha da linguagem em direção às línguas) ou sobre descobertas empíricas (definidas segundo um raciocínio indutivo que caminha das línguas em direção à linguagem). O problema que se coloca a essas teorias é o seguinte: a lingüística tem por objeto a linguagem ou as línguas?

Culioli (1995, p. 13) propõe, então, que o objeto de estudo da lingüística seja a clivagem dessas instâncias, isto é, a linguagem seja apreendida através da diversidade das línguas naturais e de textos orais e escritos produzidos nessas línguas. Embora as línguas disponham de um alto grau de heterogeneidade, deve-se encontrar uma homogeneidade que lhe seja própria.

Para Culioli (1995, p. 14), o único traço universal da linguagem na espécie humana é o fato de todos os grupos étnicos falarem. Embora seja peculiar ao ser humano produzir sentenças que ele nunca ouviu antes, o que caracteriza a linguagem humana, acima de tudo, é a sua capacidade de produzir paráfrases. Podem-se produzir classes de equivalências para qualquer afirmação. Mesmo uma criança que está em fase de desenvolvimento de sua capacidade de linguagem demonstra habilidade metalingüística. Isso significa que, desde a infância, o ser humano tem a capacidade de reconhecer formas interpretáveis a partir das quais produzirá outras formas.

Entretanto, essa atividade não acontece em um processo mecânico de codificação e decodificação de formas. Os seres humanos não funcionam como autômatos programados a produzir e reconhecer formas em um universo de valores estabilizados que não requerem modulação ou adaptabilidade (CULIOLI, 1999a, p. 11). São decorrência desse fato os mal-entendidos, as metáforas, e tudo o mais que possa ser rotulado como desvio de linguagem, mas que são constitutivos das línguas naturais (CULIOLI, 1967, p. 65). Com isso não se está sugerindo a ausência de qualquer estabilidade, mas essa é dada pelo estado de conhecimento dos sujeitos interlocutores envolvidos em uma situação de enunciação e está sujeita a ajustamentos. A clareza e a compreensão requerem, portanto, um empenho dos sujeitos. Esse trabalho dos sujeitos para se fazer entender e para compreender o outro é, segundo Culioli (1995, p. 14), o que caracteriza a atividade de linguagem.

Essa atividade é definida por um sistema dinâmico controlado por operações invariáveis que sustentam o que está estabilizado e, ao mesmo tempo, controlam a variação. Segundo Culioli (1990, p. 129),

[...] sem estabilidade, não haveria ajustamento regular, nem comunicação, qualquer que seja o alcance que damos a esse termo, e a interação somente seria uma sucessão de acontecimentos sem coerência. [...] Mas a estabilidade não saberia ser confundida com a rigidez ou com a imutabilidade. Os fenômenos lingüísticos formam sistemas dinâmicos que são regulares, mas com uma margem de variação devido a fatores de grande diversidade: temos o caso de fenômenos que são ao mesmo tempo estáveis e plásticos (CULIOLI, 1990, p. 129).

Segundo Culioli (1990), chegar a essas invariantes dinâmicas não implica, entretanto, distinguir nas línguas traços universais e traços particulares. Do ponto de vista da TOE, quando se articula a linguagem e as línguas naturais,

tudo é específico e constitui um agenciamento particular de mecanismos gerais. [...] Atribuir à diversidade das línguas um estatuto central implica partir da diversidade sem definir a priori o que as línguas têm em comum com base em suas aparências. A análise não requer como ponto de partida categorias metalingüísticas gerais cuja cada língua oferecerá realizações particulares. [...] Partir da diversidade das línguas é reter aquilo que é próprio a tal ou tal língua tomada por ela mesma, aquilo que define sua identidade de maneira interna e lhe atribui singularidade com relação a outras línguas. Do mesmo modo, procura-se estudar as unidades de uma língua em detrimento de toda categorização a priori, como entidades transcategoriais, em toda a riqueza de sua variação polissêmica. A diversidade das línguas é entendida, portanto, não como uma reflexão ligada a “prise en compte” de línguas diversas, mas como um trabalho sobre línguas particulares, em sua singularidade própria (PAILLARD;ROBERT, 1995).

Essa singularidade será própria às situações particulares em que sujeitos enunciadorees colocarem em prática a atividade de linguagem, seja na produção seja no reconhecimento de formas lingüísticas.

1.3 A produção e o reconhecimento

Desde a metade do século passado, as Ciências Cognitivas tem exercido fortes influências sobre a Lingüística em relação à construção de modelos de como o conhecimento lingüístico estaria representado no cérebro e de como esse conhecimento seria processado na mente. Assim, no contexto lingüístico desenvolveram-se duas hipóteses concorrentes para a construção de tais modelos: a da modularidade e a conexionista.

A hipótese da modularidade⁵ pressupõe a compartimentalização do conhecimento em módulos de conhecimento e de processamento. Os módulos de conhecimento seriam responsáveis pelo armazenamento de diferentes tipos de conhecimento, tais como, conhecimento enciclopédico, situacional, adequação estilística de discurso, estruturação lexical, sintática, semântica e morfofonológica. Módulos distintos são definidos para o armazenamento de conhecimento lingüístico e de conhecimento de outra ordem. Os módulos de processamento seriam responsáveis por definir uma seqüência ordenada de processamento entre os módulos e quais informações seriam relevantes em cada módulo para a produção ou interpretação de expressões lingüísticas (RADFORD, 1999)⁶.

A hipótese conexionista, ao contrário da anterior, pressupõe que as informações estariam disponíveis em vários pontos do processamento, e não em módulos específicos, e não haveria uma seqüência ordenada de processamento a ser seguida (RADFORD, 1999).

Embora a TOE reconheça um nível de representações cognitivas, não pretende construir um modelo de como o conhecimento está representado e de como é processado na mente do falante. A teoria propõe-se a estudar a natureza desse sistema cognitivo no processamento da linguagem, especificamente, na produção e no reconhecimento de enunciados. Segundo Culioli (1990), o lingüista não tem acesso

⁵ A respeito de sistemas modulares de processamento mental da linguagem, consulte-se Handke (1995) e Singleton (1999).

⁶ A respeito de uma exposição mais abrangente sobre a hipótese da modularidade da mente, consulte-se Fodor (1983).

direto ao nível cognitivo, seu acesso é mediado pelo produto das operações cognitivas, a saber: os enunciados produzidos pelos enunciadores. Nesse sentido, a TOE distancia-se de outras abordagens cujos interesses recaem nas propriedades cognitivas da linguagem, relegando as línguas a um segundo plano. Embora seja uma teoria de operações, a TOE não se ocupa de operações mentais *per se*, independentemente dos traços dessas operações na diversidade das línguas (OSU, 2003).

Segundo Culioli (1995, p. 27),

algumas operações [que] vão nos conduzir (...) [da atividade de linguagem para as línguas] são mais numerosas do que se pode pensar porque há um nível anterior, que transcende a lingüística, que é a área de atividade cognitiva no sentido mais amplo do termo: a construção da nossa percepção, de nossos gostos, nossas antipatias, nossas representações coletivas, objetos com propriedades culturais, física e subjetivamente determinados. (CULIOLI, 1995, p. 27)

Para a TOE, a atividade cognitiva transcende o domínio da lingüística. Compete à lingüística explicar a função reguladora do sistema cognitivo na atividade de linguagem. Culioli (1999a) denomina essa função de “epilingüística”⁷, definido-a como atividade metalingüística não consciente do sujeito. Essa atividade “supõe a capacidade de ajustamento entre sujeitos” (CULIOLI, 1990, p. 26) e se verifica na reflexão inconsciente dos sujeitos sobre sua própria atividade de linguagem e no ajustamento intersubjetivo de quadros de referência e de representação (CULIOLI, 1990). Enquanto produto das operações cognitivas, os enunciados produzidos pelos enunciadores constituem traços das operações que lhes são subjacentes, possibilitando ao lingüista o acesso a esse nível cognitivo e, conseqüentemente, simular os processos geradores do enunciado.

Segundo Rezende (2000, p. 24), a compreensão do que é a atividade epilingüística, entendida como um diálogo interno, amplia os horizontes teóricos da lingüística. Para a autora, essa compreensão

⁷ Tradução do termo “épi-linguistique”, empregado por Culioli (1999a, p. 74).

permite-nos pensar as questões psicossociológicas dentro do conteúdo *línguas* em uma reflexão, como já dissemos, genuinamente interdisciplinar e não vinda de alhures e acoplada. Explicitar esse processo de representação, referenciação e regulação, que é a linguagem, é trazer juntos com essa explicitação o sujeito e a consciência de si próprio que é simultânea ao reconhecimento do outro (REZENDE, 2000, p. 24).

Na Seção seguinte, amplia-se a conceituação do que se entende por atividade de linguagem no âmbito da Teoria das Operações Enunciativas, de Antoine Culioli.

1.4 A atividade de linguagem

A atividade de linguagem é o que possibilita ao sujeito tanto a produção quanto o reconhecimento de representações lingüísticas providas de significação. Essas representações são, ao mesmo tempo, produto da atividade de linguagem e caminho de acesso às operações dessa atividade. Enquanto produto da atividade de linguagem, as formas lingüísticas guardam vestígios das operações lhes deram origem, possibilitando ao lingüista a teorização de um processo que envolve a operações de representação, de referenciação e de regulação (CULIOLI, 1990: 14).

1.4.1 A atividade de representação

A atividade de representação contempla três níveis: o nível das representações mentais ou pré-lingüísticas; o nível das representações lingüísticas ou dos fenômenos lingüísticos observáveis e o nível das representações metalingüísticas.

1.4.1.1 O nível das representações mentais ou infra-lingüísticas

O nível das representações mentais ou infra-lingüísticas, também denominado Nível 1, permite a representação da realidade⁸. Entende-se por realidade todo o material passível de ser representado pelo sujeito a partir da sua percepção, o que incluiria o que tradicionalmente conhecemos como realidade subjetiva (mental e emocional) e objetiva (mundo físico-cultural) (REZENDE, 2000). Essas representações são reguladas por operações abstratas generalizáveis que permitem aos sujeitos a organização das suas experiências e da sua percepção da realidade. Considerando-se que o lingüista não tem acesso direto às representações do Nível 1, postula-se o Nível 2.

1.4.1.2 O nível das representações lingüísticas

O nível das representações lingüísticas ou dos fenômenos lingüísticos observáveis, também denominado Nível 2, constitui os enunciados ou seqüências textuais caracterizados por arranjos léxico-gramaticais. Esses arranjos nada mais são do que arranjos de marcadores de operações do Nível 1. Cada língua dispõe de maneiras específicas de mobilizar essas operações e disponibilizar seus marcadores. Considerando-se que não há relações inequívocas, isto é, um-a-um, entre as operações do Nível 1 e os marcadores do Nível 2, postula-se o Nível 3.

1.4.1.3 O nível das representações metalingüísticas

O nível das representações metalingüísticas, também denominado Nível 3, configura um sistema de representação metalingüística baseado em hipóteses daquilo que possibilita a passagem do Nível 1 ao Nível 2. Esse sistema de representação metalingüística constitui-se de construções que resultam em seqüências textuais formais equivalentes às seqüências textuais observáveis no Nível 2. O Nível 3 configura uma simulação teoricamente controlada das operações do Nível 1 e a relação dessas operações com o Nível 2 (CULIOLI, 1995, p. 23).

Em síntese do exposto, considerem-se as colocações de Culioli (1990, p. 21-22) sobre a relação entre os níveis de representação que compreendem a atividade de linguagem:

O nível 1 é um nível de representações, onde representação remete a representação mental (trata-se da cognição: quando falo de cognição, entendo o termo em sentido amplo [...]. [...]) A tudo isso não temos acesso, no sentido de acesso imediato. [...] No nível 2, temos as representações que chamarei lingüísticas, e que são traços da atividade de representação do nível 1. Tem-se, portanto, representações de segundo grau e agenciamentos de representantes, mas não há relação termo a termo entre as representações do nível 1 e as representações do nível 2. [...] O nível 3 é o nível da construção explícita de representações metalingüísticas. (Culioli, 1990, p. 21-22)

Ressalte-se que os níveis não correspondem a um sistema modular de processamento mental (FODOR, 1983), no qual as operações seguiriam uma seqüência de processamento. Os números 1, 2 e 3 são empregados para indicar o grau de proximidade entre os níveis (GROUSSIER, 2000), e não para indicar uma seqüência de processamento. Acrescente-se, ainda, que o sistema representacional descrito em termos dos Níveis 1, 2 e 3 não pretende configurar um reflexo de como o conhecimento está representado na mente do falante. O conhecimento a que se refere aqui compreende a experiência interiorizada pelos sujeitos a partir da sua interação com o

lingüístico e o enciclopédico (exterior ou interior). Já não se distingue entre conhecimento de mundo (enciclopédico) e lingüístico, uma vez que se está teorizando justamente a articulação desses domínios. A atividade de linguagem enquanto parte da atividade cognitiva em geral, responsável pela organização do conhecimento, não faz distinção entre conhecimento lingüístico e extralingüístico (objetos do mundo físico-cultural ou mental). Tudo está sujeito à atividade simbólica existente nos seres humanos (REZENDE, 2000).

1.4.2 A atividade de referenciação

Considerando-se que a atividade de construção de representação está diretamente relacionada à maneira como os sujeitos percebem a realidade e a enunciam, define-se o conceito metalingüístico de **valor referencial**, cuja finalidade é explicar a construção complexa de um sistema de coordenadas intersubjetivas, de um espaço referencial e de objetos lingüísticos localizáveis nesse espaço (REZENDE, 2000; LOPES, 2000).

A discussão sobre a referência das expressões das línguas naturais instaura-se geralmente a partir de dois pontos de vista: o referencial (ou denotativo), segundo o qual “o significado de uma expressão é aquilo a que ela se refere (ou denota)” (LYONS, 1995, p. 40 – Tradução nossa) e o conceitual (ou mentalista), segundo o qual “a referência de uma expressão é tanto a idéia, ou conceito, a ela associado na mente de alguém que conhece ou entende a expressão” (LYONS, 1995, p. 40).

Para a abordagem referencial, “as expressões lingüísticas se referem a entidades externas no mundo” (ABBOTT, 1997, p. 130), isto é, ao extralingüístico. A referência de uma palavra seria dada pela identificação de todas as entidades (objetos) no mundo (externo) usualmente designadas por tal palavra e a referência de uma sentença seria dada pelo seu valor-de-verdade. A referência da palavra “cachorro”, por exemplo, seria o conjunto de todas as entidades no mundo que poderiam ser designadas por essa palavra. A localização da referência seria decorrente de um valor estável, denominado “sentido”, “referência indireta” ou “modo de apresentar a

referência”, isto é, uma propriedade ou qualidade a partir da qual se estabeleceria a referência. A palavra “cachorro”, por exemplo, estaria em relação de sentido com outras palavras, tais como “animal”, “rottweiler”, “buldogue” etc., considerando-se a possibilidade de aplicação dessas palavras a uma mesma referência (LYONS, 1995, p. 79). O sentido compreende um valor primeiro, estável, consensual, objetivo e variável cujo valor é definido sob ocorrências estritamente particularizadas, abstraindo-se sua variabilidade contextual. Para essa abordagem, a representação mental do referente seria individual e subjetiva e em nada contribuiria para o estudo do significado a relação entre linguagem e mundo interior (mental ou psicológico).

Para a abordagem conceitualista, “as expressões lingüísticas se referem a entidades (o mundo tal como conceituado pelo usuário da língua)” (JACKENDOFF, 1998, p. 212). Essa conceituação do mundo é definida como parte da competência lingüística inata (CHOMSKY, 1970) e corresponderia a um módulo autônomo da capacidade cognitiva humana (FODOR, 1983). Sua função resume-se à decomposição de primitivos semânticos universais, ou funções semânticas, responsáveis por relacionar categorias ontológicas, dentre as quais EVENTO e ESTADO seriam tipos semânticos gerais e Coisa, Ação, Lugar, Trajetória, Propriedade, Modo, Quantidade seriam especializações daqueles dois para a definição de conceitos semânticos. Veja-se, por exemplo, uma proposta de decomposição para a frase *João colocou o carro na garagem* em termos de primitivos semântico-conceituais: [Evento CAUSAR ([Coisa JOÃO],[Evento IR ([Coisa CARRO],[Trajetória PARA ([Lugar EM ([Coisa GARAGEN])])])])]] (OLIVEIRA, 2006, p. 42). No exemplo, os termos em maiúsculas representam etiquetas conceituais, e não palavras do português, e os termos subscritos representam categorias ontológicas definidas *a priori* pela teoria e não estariam em relação direta com o mundo externo, sendo independentes de falantes e de línguas. A referência externa dessas categorias seria demasiadamente variável segundo as intenções ou interesses dos falantes e em nada contribuiria para o estudo do significado a relação entre linguagem e mundo exterior (físico-cultural). A palavra *cachorro*, por exemplo, poderia se referir a um objeto qualquer no mundo externo. Segundo essa abordagem, a referência externa dependeria de intenções ou interesses de um falante, e não da sua estrutura ontológico-conceitual.

Para a abordagem enunciativa de Culioli, os “valores referenciais são construídos linguisticamente” (CORREIA, 2001, p. 355). A realidade a que refere o enunciado é construída **no e pelo** enunciado, segundo a experiência e a percepção dos sujeitos enunciadorees com relação à realidade subjetiva (mental ou emocional) e objetiva (mundo físico-cultural) – oposição que já não se justifica – em situação de interação (FUCHS, 1984).

O valor referencial pressupõe justamente a articulação do mundo interior e exterior com as expressões lingüísticas e os sujeitos enunciadorees, considerando-se que “na atividade simbólica que é a linguagem, a realidade entra permeada pela percepção do sujeito que observa”, ou seja, “a realidade subjetiva (mental ou emocional) ou objetiva (mundo físico-cultural) tornam-se sempre subjetivas enquanto realidades percebidas” (REZENDE, 2000, p. 180).

Embora as unidades sejam portadoras de um profundo e abrangente potencial de significação, nunca aparecem sozinhas na atividade de linguagem, são sempre parte de um enunciado. Nesse contexto, tanto o significado da unidade quanto do enunciado são construídos em um processo dinâmico. Explica-se: na produção de linguagem é estabelecida uma vinculação contextual entre o enunciado e a unidade. Essa ligação restringe aspectos do significado das unidades que se ajustam ao significado do enunciado como um todo. O valor referencial será construído nesse processo de ajustamentos de um potencial de significação em um contexto particular controlado pela própria atividade de linguagem (ROBERT, 1999, p. 25).

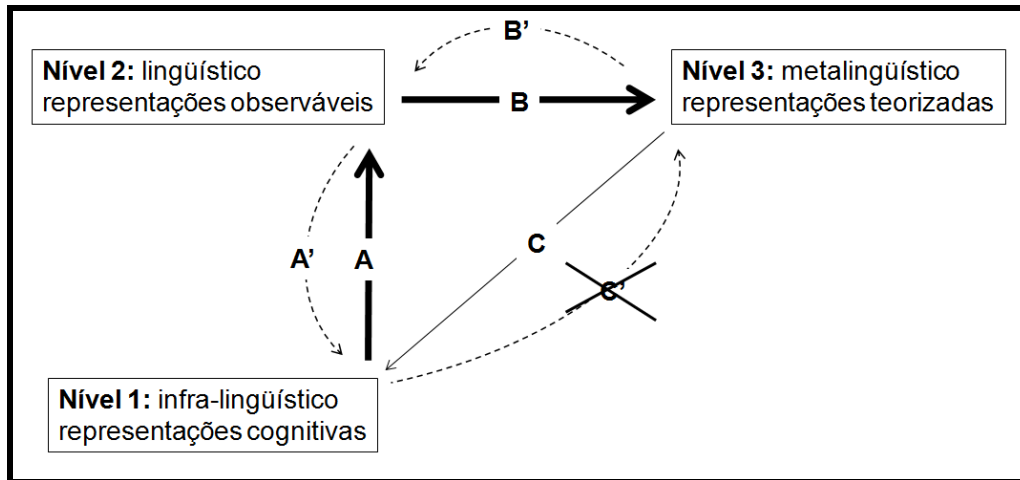
A comunicação lingüística compreende um espaço discursivo que é a base referencial comum compartilhada por interlocutores (locutor e interlocutor). Esse espaço caminha de um vazio referencial em direção a um espaço referencial consideravelmente especificado (ROBERT, 1999, p. 25) na medida em que os interlocutores regulam seus quadros de referência em relação a essa situação particular de interlocução.

1.4.3 A atividade de regulação

A operação de regulação coloca em jogo um conjunto de relações de alteridade entre as representações de um sujeito enunciador e de um co-enunciador em relação ao universo psico-físico-cultural.

Especificamente, a atividade de regulação, também conhecida como atividade epilingüística, refere-se: (i) à reflexão inconsciente dos sujeitos sobre sua atividade de linguagem, em um processo constante de construção e desconstrução de representações. Essa reflexão também se pode designar como “diálogo interno ou intrasubjetivo”; (ii) aos ajustamentos entre sujeitos quanto: aos quadros de referência e de representações; à validação dos enunciados com relação a estados de coisas ou classes de estados de coisas, e à construção de caminhos apreciados e de trajetórias orientadas em espaços ponderados. Esses ajustamentos também se podem designar como “diálogo externo ou intersubjetivo”; (iii) a uma outra forma de teleonomia que diz respeito a processos internos como estabilização, preponderância e equilíbrio (CULIOLI, 1990, p. 177-213).

A relação entre os Níveis 1, 2 3 está esquematizada no Esquema 1. As letras sem a apóstrofe representam a trajetória da atividade de linguagem de um sujeito enunciador. Já a apóstrofe representa a trajetória do lingüista na teorização dessa atividade.



Esquema 1 - Esquematização da relação entre os níveis infralingüístico, lingüístico e metalingüístico, adaptado de Culioli e Desclé (1982b).

Se o objetivo do lingüista for o acesso a essa atividade geradora, como o é para a TOE, o enunciado e os processos constitutivos da sua construção assumem um estatuto privilegiado de investigação.

O estatuto do enunciado será o assunto da próxima Seção e, posteriormente, serão contemplados os processos constitutivos da sua construção.

1.5 O enunciado e a significação

Tendo como objeto de estudo a atividade de linguagem manifestada através das línguas naturais e, sendo o enunciado o agenciamento de marcadores de operações dessa atividade (CULIOLI, 1990), essa materialidade assume o estatuto de dado mais diretamente observável ao lingüista (OSU, 2003).

O enunciado é definido por Culioli (1999a, p. 11) como um construto teórico e, ao contrário do que se habitou fazer, não é definido pela TOE nem relação à frase/sentença nem em relação à enunciação.

A frase é um construto teórico restrito à descrição de relações sintáticas, especificamente combinatórias de classes de palavras (nome, verbo, adjetivo,

preposição etc.), aplicáveis a línguas específicas ou generalizáveis a todas as línguas. Sobre essas combinatórias são feitos julgamentos de boa formação sobre o grau de vinculação entre classes de palavras, tendo como parâmetro a idealização de arranjos léxico-gramaticais ou vinculações mais recorrentes (ou típicas) em uma ou várias línguas. Esses julgamentos se traduzem em termos da oposição gramaticalidade/agramaticalidade. Com efeito, serão gramaticais vinculações que atendem ao parâmetro de avaliação e agramaticais as vinculações não previstas pelo parâmetro. O estudo do significado da frase está sempre relegado a um plano disjuncto daquele responsável pelo seu engendramento. No domínio denominado interface sintaxe-semântica, embora sejam estabelecidas aproximações entre engendramento e significado da frase, isso ocorre em um momento posterior ao estudo de cada instância em separado. Ou seja, tanto em um caso como no outro, o significado é contemplado como algo externo ao engendramento.

A boa formação de um enunciado, entretanto, não é avaliada segundo a oposição gramaticalidade/agramaticalidade, mas segundo a sua localização em relação a uma situação de enunciação. Dentre os exemplos utilizados por Culioli (1999a, p. 129), cite-se “O gato come doces”⁹, ou seja, uma frase bem formada sintaticamente. As vinculações presentes no exemplo são recorrentes na língua portuguesa: [_F[_{SN} Det. + N] [_{SV} V + N]]¹⁰. Entretanto, será necessária a localização da frase em relação a uma situação singular de enunciação para que ascenda ao estatuto de enunciado bem formado: “(Mãe, há) o gato (que) come doces”¹¹. “Há” localiza o enunciado em uma situação particular. Assim, os julgamentos sobre a gramaticalidade da frase distinguem-se dos julgamentos sobre a boa formação do enunciado (CULIOLI, 1990a).

A enunciação é outro construto teórico em relação ao qual se costuma definir o enunciado. No âmbito das teorias enunciativas, o enunciado é, em geral, definido como o produto da enunciação. Benveniste (1991, p. 82), precursor dessas teorias, define a enunciação como o “colocar a língua em funcionamento por um ato individual de

⁹ Tradução de “Le chat mange des gâteaux”, no original (CULIOLI, 1999a, p. 129).

¹⁰ Leia-se: Uma frase (F) estrutura-se em termos de um sintagma nominal (SN) seguindo de um sintagma verbal (SV); o sintagma nominal estrutura-se em termos de um determinante (Det.) seguido de um nome (N); o sintagma verbal estrutura-se em termos de um verbo (V) seguido de um nome.

¹¹ Tradução de “(Maman! Il y a) le chat (qui) mange des gâteaux”, no original (CULIOLI, 1999a, p. 129).

utilização” (BENVENISTE, 1991, p. 82). Assim, a enunciação é entendida como um conjunto de parâmetros externos ao enunciado e à própria atividade de linguagem. Estabelece-se, então, o paradoxo: se a enunciação compreende um conjunto de fatores externos ao enunciado e, se o enunciado é produto da enunciação, a enunciação é produto do que?

O paradoxo pode ser esclarecido com base nas considerações de De Vogüé (1992) sobre o que se pode entender por “enunciação”. Dependendo de como o termo é interpretado, distinguem-se dois movimentos epistemológicos cujas conseqüências definem dois objetos de análise.

Em uma primeira interpretação, entende-se a enunciação como a maneira pela qual um sujeito se enuncia (o ato de alguém). O enunciado será entendido como o produto dessa enunciação do sujeito. Nesse caso, o objeto de análise define-se como sendo o sujeito que se enuncia (a maneira pela qual ele se enuncia). Em uma segunda interpretação, entende-se a enunciação como a maneira pela qual um enunciado se enuncia (o processo de constituição de um objeto - o enunciado). O enunciado será entendido como um agenciamento de vestígios das operações realizadas na sua construção. Nesse caso, o objeto de análise define-se como sendo o enunciado em sua materialidade formal (a maneira pela qual ele tem a forma que tem).

A TOE assume a segunda interpretação do termo “enunciação”, concebendo essa instância não como um acontecimento singular real em que um enunciado é proferido em uma situação de interlocução, mas como um processo que aciona um conjunto de parâmetros abstratos internos à atividade de linguagem (VOGÜÉ, 1992). O enunciado será o produto desse processo. Culioli (1978) esclarece que, do ponto de vista da atividade de linguagem, o enunciado

não constitui uma simples ocorrência material, mas também um constructo teórico, que se pode definir como um arranjo de marcadores (isto é, de traços de operações), localizado em relação a um sistema complexo de coordenadas enunciativas. O primeiro enunciador (locutor) constrói o enunciado, isto é, agencia um arranjo regulado de marcadores, de modo que o co-enunciador (interlocutor) ajuste seu sistema de determinação, graças ao enunciado (entre outros índices) e reconstrua as operações cujos traços são encontrados no texto (CULIOLI, 1978, p. 486).

O enunciado define-se por um duplo estatuto: teórico e material. O primeiro se pode definir como um arranjo de marcadores e, o segundo, como unidade empírica de observação constituída de materialidade. É esse duplo estatuto que viabiliza a articulação do domínio das observações com o domínio teórico, ou seja, do Nível 2 – das representações lingüísticas – com o Nível 3 – das representações metalingüísticas, possibilitando simular, assim, as representações do Nível 1.

Uma vez que o processo gerador do enunciado engendra parâmetros que o situam em relação a um complexo sistema de coordenadas enunciativas, o enunciado traz consigo um potencial interpretativo, mas isso não implica afirmar que o significado de um enunciado é definido *a priori*, exteriormente à sua localização em relação a uma situação particular. Se, por um lado, o enunciado traz um potencial interpretativo que seleciona seus contextos de ocorrência, por outro lado, será uma seqüência interpretável quando da sua ocorrência em seus contextos possíveis (FRANCKEL, 1998). O significado será contemplado não como um dado, mas como um construído (CULIOLI, 1976).

1.6 Os processos de construção do enunciado

Nessa Seção, não se pretende apresentar um formalismo que visa a descrever agenciamentos de superfície do enunciado. Apresenta-se um esquema suficientemente geral que assegura a compreensão dos funcionamentos sintáticos e dos efeitos semânticos ligados a esses funcionamentos (VIGNAUX, 1988, p. 100). Essas instâncias

serão sempre contempladas em um contínuo. Isso implica não relegar a semântica das línguas naturais a uma semântica interpretativa de sistemas de engendramento sintático ou ignorar que toda mudança sintática implica uma mudança semântica. A TOE argumenta em favor da existência de uma gramática de relações primitivas, em um nível bastante profundo (pré-lexical), que não justifica a distinção entre sintaxe e semântica. Regras de inserção lexical, regras sintáticas e semânticas, além de modulações retóricas e estilísticas (CULIOLI, 1999a, p. 34) são contempladas em um contínuo de filtragens na construção do enunciado.

Esse contínuo compreende a constituição de uma léxis instanciada por noções semânticas, uma relação primitiva de orientação da léxis, uma relação predicativa que constrói um termo de partida e um localizador constitutivo e uma relação enunciativa que localiza uma léxis em relação a um sistema referencial definido por uma situação enunciativa. O conceito de léxis, relação primitiva, relação predicativa e relação enunciativa serão abordados nas seções que seguem.

1.6.1 A léxis e a relação primitiva

A léxis e a relação primitiva estão no início do processo de constituição de um enunciado, denominado Situação 0 (“zero”) e representado por SIT0.

As duas seções seguintes contemplam, primeiro, o processo de constituição da léxis e, posteriormente, da relação primitiva.

1.6.1.1 A léxis¹²

O esquema formal denominado esquema de léxis, ou simplesmente léxis, simbolicamente representado por λ ou pela tripla $\langle \xi_0, \xi_1, \pi \rangle$, sendo π uma variável para operador de predicação e ξ_0 e ξ_1 duas variáveis para argumentos.

Do ponto de vista cognitivo, esse esquema é a base da estruturação de um conteúdo de pensamento ou conteúdo proposicional (DANON-BOILEAU, 1987). O esquema não se confunde com a estrutura clássica Sujeito-Verbo-Complemento que se destina à descrição de uma sintaxe de superfície (VIGNAUX, 1988) e não se confunde com uma função interpretativa em uma semântica lógica. Na lógica de predicados, uma função interpretativa estabelece correspondências entre as expressões lingüísticas e objetos atômicos, isto é, construídos (propriedades e relações), do modelo¹³, possibilitando a interpretação das expressões lingüísticas¹⁴. As noções que instanciam o esquema de léxis não correspondem a objetos atômicos. Diferentemente de uma lógica de predicados, que opera com objetos construídos, a léxis teoriza a construção desses objetos a partir de um conjunto de relações entre seus constituintes (as noções) e a relação predicativa.

Embora a léxis seja representada pelo símbolo lambda (“ λ ”), sua definição não se identifica teoricamente como o conceito de operador lambda, representado pelo mesmo símbolo, na lógica. O operador lambda foi introduzido na matemática por Church (1941). Na lógica esse símbolo representa operação sobre a delimitação de predicados ou conjuntos (sem a necessidade de listagem de cada um de seus elementos) de entidades que têm a propriedade especificada pela fórmula dentro do seu escopo. Exemplifica-se: a fórmula $[\text{calvo}'(x)]$ é uma função proposicional que contém a variável livre x . A partir dessa função, pode-se construir a seguinte expressão- λ : $[\lambda x[\text{calvo}'(x)]]$. Lê-se: “o conjunto de indivíduos x tal que x é calvo”, “a propriedade de

¹² Tradução do termo “lexis”, empregado por Culioli em suas publicações.

¹³ Um modelo fornece uma imagem simplificada de uma realidade complexa. Uma expressão α é interpretada com relação a um modelo M em virtude de uma função interpretativa g que estabelece a correspondência entre α e M , ou seja, entre a expressão lingüística e um modelo de mundo.

¹⁴ A respeito de semântica de modelos, consulte-se Borges Neto (2003).

ser um x tal que x é calvo” ou “a propriedade que x tem de ser calvo”, e que é equivalente ao conjunto abstrato $\{x: \text{calvo}'(x)\}$, isto é, “o conjunto de todos os x tal que x é calvo”¹⁵.

Os espaços formais da léxis (ξ_0, ξ_1, π) são instanciados por “noções”¹⁶, ou seja, sistemas cognitivos complexos que estruturam propriedades físico-culturais apreciadas no interior das culturas. Essas noções são representadas por termos do léxico, mas não correspondem a itens lexicais, uma vez que a léxis é anterior a qualquer categorização em nome, verbo, adjetivo etc. (CULIOLI, 1999a, p. 101). Entretanto, a léxis atua como um filtro lexical, já que as propriedades das noções às quais os termos remetem está na base da sua seleção (VIGNAUX, 1988). Instanciados os termos, configura-se uma grande e imprecisa direção de sentido, fundamentalmente indeterminada (REZENDE, 2000), denominada relação primitiva.

1.6.1.2 A relação primitiva¹⁷

A orientação é inerente à constituição da relação primitiva. Essa orientação caminha da origem em direção ao objetivo (*origem* → *objetivo*) e é dependente das propriedades dos termos que instanciam a léxis. Na notação $\langle \xi_0, \xi_1, \pi \rangle$, ξ_0 , ou primeiro argumento, representa a origem da relação, ξ_1 , ou segundo argumento, representa o objetivo da relação e π , ou predicado, representa a relação estabelecida entre origem e objetivo (VIGNAUX, 1988).

Segundo Culioli (1999a, p. 100), embora fatores determinados culturalmente e condições de enunciação dificultem a descrição de uma lista de possíveis agentes, a relação de agentividade pode ser descrita segundo domínios relativamente estáveis nas culturas. Esses domínios se compõem dos seguintes fatores: (i) noção de /animado/: humano, animado, adulto, infantil, animal doméstico, inanimado, forças da natureza etc.; (b) noção de /determinado/: individuável, massivo, insecável etc.; (c) /teleonomia/:

¹⁵ A respeito da atuação do operador lambda, consulte-se Allan (2001).

¹⁶ Esse conceito será oportunamente retomado na seqüência do trabalho.

¹⁷ Tradução da expressão “relation primitive”, empregada por Culioli em suas publicações.

processo finalizado, iniciador, consciente ou não, acidental, errôneo, restrito, forçado, instrumento etc.; (d) /apreciativo/: benéfico (para si, para outro), detrimental (para si, para outro), indiferente.

Essas propriedades contribuem para a determinação da orientação semântica da relação primitiva. A partir da léxis <João cortar bolo>, constrói-se um enunciado tal como “João cortou o bolo na festa de sua prima”. Nesse enunciado, há uma relação orientada de um “cortador” (origem: “João”) em direção a um “cortado” (objetivo: “bolo”) estabelecida pelo predicado “cortar”. Essa relação de orientação que se depreende de um enunciado pode ser formalizada empregando-se o operador $\underline{\in}$, cujos valores serão de identificação (representado por “=”) e de diferenciação (representado por “≠”). Associado esse operador à relação primitiva, descrevem-se: (i) a relação que há entre uma origem e um objetivo ($\xi_0 \underline{\in} \xi_1$); (ii) a identidade de propriedade entre a origem e o predicado da relação ($\xi_0 \underline{\in} \pi$) e (iii) a identidade e/ou diferença de propriedade entre o objetivo e o predicado da relação ($\xi_1 \underline{\in} \pi$). Considerem-se a léxis <João fabricar móveis> e o enunciado “João é fabricante de móveis”. A realização desse enunciado resulta da relação descrita por (ii).

As propriedades das noções que instanciam a léxis <João cortar bolo> constroem uma rede de causalidade que também contribui para a determinação da orientação da relação primitiva. O predicado estabelece uma relação entre um “agente” (alguém que faz) e um “paciente” (alguma coisa que recebe o fazer de alguém) de um processo (um fazer) que constrói a existência da representação. Em relação ao enunciado “João cortou o bolo na festa de sua prima”, há uma coincidência, de um lado, do agente com o termo-origem e, de outro lado, do paciente com o objetivo da relação primitiva.

Embora o enunciado acima tenha contribuído para a exemplificação de conceitos teóricos, a léxis não é um enunciado. Ressalte-se que a léxis não é assertada, nem não-assertada e somente ascenderá ao estatuto de enunciado quando se encontrar situada (localizada) em um espaço enunciativo munido de um referencial (sistema de coordenadas enunciativas). Assim, a léxis é um potencial, uma forma, gerador de uma eventual família de enunciados relacionados, denominada de família parafrástica de enunciados (CULIOLI, 1999a, p. 101). Assim, um enunciado será o produto da

operação de localização de uma léxis (λ) em relação a uma situação de enunciação (Sit). A notação formal para essa operação será: $\langle \lambda \underline{\epsilon} \text{Sit} \rangle$. Nesse caso, o operador $\underline{\epsilon}$ terá o valor de localizador da relação.

Antes de ascender ao estatuto de enunciado, localizado em relação a uma situação de enunciação, a léxis passa por um processo de ordenação, denominado relação predicativa.

1.6.2 A relação predicativa¹⁸

A relação predicativa configura um segundo momento no processo de constituição de um enunciado, denominado Situação 1 e representado por SIT1.

Instanciados os espaços formais da léxis (ξ_0 , ξ_1 e π) por termos que remetem a noções e, definida a orientação da relação primitiva (da origem em direção ao objetivo), a relação predicativa implica a ordenação linear dos termos da léxis. Entretanto, para que a relação predicativa se efetue, isto é, para que se atribua ordenação aos termos da léxis, há que se distinguir um “termo de partida”, isto é, um argumento tematizado ou privilegiado, e, então, ordenar os demais termos da léxis em relação a esse termo (CULIOLI, 1999a, p. 104). Esses requisitos, segundo Vignaux (1998, p. 105), instauram jogos de orientação que resultam (i) na focalização de um termo em relação a um outro termo ou (ii) em relações mais específicas entre esses dois termos. Essas relações serão comentadas nesta Seção.

Ressalte-se que a orientação da relação primitiva não implica a distinção de um termo a partir do qual vai se organizar o enunciado. Na relação predicativa, tanto a origem (ξ_0) quanto o objetivo (ξ_1) da relação primitiva podem ser tomados como “termo de partida”, ou, ainda, não se distingue nenhum termo de partida. Exemplifica-se: uma mesma léxis $\langle \text{João cortar bolo} \rangle$ poderá, dependendo do argumento que será o termo de partida, dar origem aos seguintes enunciados: (a) “João cortou o bolo na festa de sua prima” e (b) “O bolo foi cortado por João na festa de sua prima”. Tanto em (a)

¹⁸ Tradução da expressão “relation prédictive”, empregada por Culioli em suas publicações.

quanto em (b), “João” remete ao termo-origem da relação primitiva. Entretanto, o termo de partida da relação predicativa, em (a), é “João”, e, em (b), “o bolo”.

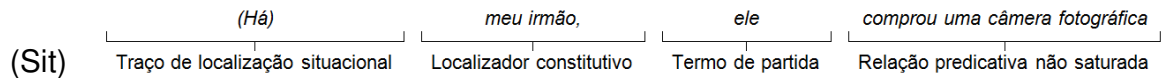
Diferentes fatores constitutivos da atividade de linguagem contribuem para a distinção de um termo de partida e para a ordenação dos demais termos da relação predicativa em relação a esse termo. Quando se excluem esses fatores da atividade de linguagem, fala-se em efeitos semânticos de ordem pragmática, discursiva etc.. Nesse caso, assume-se um núcleo neutro, objetivo, que seria a mensagem e, depois, acoplam-se aqueles fatores a esse núcleo (REZENDE, 2000). A TOE teoriza não exclui esses fatores da atividade de linguagem. O objetivo não é, portanto, descrever efeitos de sentido, mas chegar a operações que explicitem como esses se constroem. Duas operações são pertinentes para a ordenação dos termos na relação predicativa: a localização e a identificação (VIGNAUX, 1995).

A escolha de um termo de partida que servirá de localizador ou de primeiro ponto de referência para o restante da relação construída é definida pela operação de localização. Em “O livro está sobre a mesa”¹⁹, o termo localizado é “livro”. Do ponto de vista da localização, questionamentos sobre a existência ou não de outros objetos sobre a mesa ou a necessidade de distinguir, por exemplo, uma ocorrência de “livro” que se está procurando seriam motivações para que “livro” figurasse como termo de partida, nesse enunciado. Nesse caso, pode-se pensar em “o livro”, e somente ele, ou “o livro”, dentre outras coisas, tais como a caneta, o caderno etc. está sobre a mesa. Do ponto de vista da identificação, um sujeito pode estar diante de várias ocorrências de livro e precisa distinguir uma ocorrência que se identifica, ainda que parcialmente, com uma ocorrência prototípica do que vem a ser um livro (aquilo que é verdadeiramente um livro).

A identificação pressupõe uma localização anterior. A identificação pressupõe uma localização anterior. Segundo Culioli (1990, p. 138), a relação predicativa orientada comporta um termo de partida, mas, quando se constitui um enunciado a partir de uma relação predicativa, escolhe-se, ainda, um localizador constitutivo. O termo de partida é localizado (nos casos mais simples) em relação ao localizador constitutivo e esse é

¹⁹ Tradução de “Le livre est sur la table”, no original (VIGNAUX, 1988, p. 106).

localizado em relação ao localizador situacional (Sit). O enunciado “(Há) meu irmão, ele comprou uma câmera fotográfica”²⁰ exemplifica essas relações de localização, na sua constituição:



Ressalte-se que não há uma coincidência necessária entre localizador constitutivo e termo de partida, na constituição de um enunciado.

1.6.3 A relação enunciativa²¹

A relação enunciativa configura um terceiro momento no processo de constituição de um enunciado, denominado Situação 2 e representado por SIT2.

A relação enunciativa é de fundamental importância para assegurar a passagem de um esquema de léxis a um enunciado constituído como produto da atividade de linguagem (VIGNAUX, 1998, p. 108).

Um enunciado será o produto da localização de uma léxis (λ) em um sistema de coordenadas enunciativas. Esse sistema é representado por Sit. A operação que localiza uma léxis (λ) em relação a uma Sit é representada de modo simplificado pela notação $\langle \lambda \in \text{Sit} \rangle$. Assim, a partir de relações orientadas (relação primitiva) e ordenadas (relação predicativa) precedentes, localizadas em relação a um sistema de coordenadas enunciativas (Sit), é possível derivar uma família de relações predicativas e possivelmente uma família de enunciados em relação parafrástica.

²⁰ Tradução de “(il y a) mon frère, il s’est acheté un appareil photo”, no original (CULIOLI, 1990, p. 138).

²¹ Tradução da expressão “relation enonciative”, empregada por Culioli em suas publicações.

O sistema de coordenadas enunciativas que localiza uma léxis (λ) inclui um localizador-origem da situação de enunciação, representado por Sit_0 , um localizador do evento enunciativo, representado por Sit_1 , e um localizador do evento ao qual se refere o enunciado, representado por Sit_2 . Cada localizador compreende dois parâmetros: um sujeito enunciador, locutor, representado por S , e localizadores espaço-temporais da origem enunciativa, do ato de locução e do evento ao qual se refere. Esse conjunto de localizadores é representado por T (CULIOLI, 1990, p. 80; CULIOLI, 1999a, p. 105).

O conjunto das relações enunciativas implicados na localização situacional da léxis está formalmente representado no Esquema 2:

$$\langle \lambda \in \langle Sit_2 (S_2, T_2) \in Sit_1 (S_1, T_1) \in Sit_0 (S_0, T_0) \rangle \rangle$$

Esquema 2 - Formalização do sistema de localização situacional de uma léxis.

Descreveu-se, nesta Seção, um percurso de operações constitutivas de um enunciado. Em síntese: foram contemplados (i) o esquema de léxis e a instanciação do esquema pelas noções, (ii) a orientação que se estabelece entre os termos da relação primitiva, (iii) a ordenação que define um termo de partida na relação predicativa e (iv) a localização da léxis em relação a um sistema de coordenadas enunciativas.

Segundo Culioli (CULIOLI, 1990, p. 80), esse conjunto estruturado de operações habilita o analista a reconstruir a categoria da determinação e, em particular, a lidar com a quantificação e a qualificação dos termos que entram em uma relação de localização enunciativa. Essa relação constrói na língua e pela língua os termos. Costa e Sousa (1999, p. 502) explicam que, paulatinamente,

após uma primeira introdução no espaço enunciativo [termos lingüísticos] vão sofrendo alterações sucessivas, múltiplas localizações. (CAMPOS, 1997, p. 143). Isto é, vão ganhando determinação. A construção de objetos lingüísticos e a sua sucessiva determinação fazem intervir o conjunto dos parâmetros constitutivos do discurso. A sucessão destes parâmetros manifesta-se explicitamente na linearidade do discurso, cada uma das localizações deixa traços ao nível das marcas lingüísticas. O conceito de localização permite-nos precisar a natureza das operações que estão presentes no discurso: as operações são conceitos relacionais, que podem estabelecer-se no interior dos enunciados, entre os enunciados ou como seu exterior (COSTA E SOUSA, 1999, p. 502).

Segundo Rezende (2000, p. 18), “a linguagem é um mecanismo de “localização” e, portanto, um mecanismo que organiza um “espaço” distanciando e aproximando “pontos” ou “lugares”” e, acrescenta, ““localizar” significa, de um lado, a necessidade de triar entre os objetos localizados ou localizáveis e, por outro lado, significa a própria possibilidade de poder fazer essa operação” (REZENDE, 2000, p. 101).

A Seção seguinte dá seqüência à compreensão desse mecanismo de localização que é a linguagem.

1.7 A relação de localização²²

A relação de localização é construída por uma operação primitiva elementar chamada operação de localização. A constituição de um enunciado passa por vários estágios de construção e resulta da aplicação de um conjunto de operações de localização sobre relações primitivas, relações predicativas e coordenadas enunciativas. Basicamente, essa operação pressupõe a localização de um termo em relação a outro. Nesse contexto, “termo” deve ser entendido em sentido amplo, referindo-se a qualquer objeto construído que entra em uma relação dentro de um

²² Tradução do termo “repérage”, empregado por Culioli em suas publicações.

sistema, seja esse termo uma noção, uma relação ou coordenadas enunciativas (CULIOLI, 1990).

Considerem-se, assim, dois termos X e Y, sendo o primeiro o termo localizado e o segundo, o localizador. Se X é localizado com relação a Y, X é situado com referência a Y, podendo Y passar a termo localizado em relação a outro localizador. Ou seja, um termo localizador, em uma relação de localização, pode passar a localizado em outra relação de localização. Um termo pode ser ainda, ao mesmo tempo, localizado e localizador de si próprio (seu próprio ponto de referência).

Embora a relação entre termos seja binária, considerem-se os termos X e Y, por exemplo, é construída por uma operação unária “ser localizado por” ou “ter como localizador”, representada pelo símbolo $\underline{\in}$ (“épsilon”), isto é, um operador que coloca os termos em relação (PAILLARD, 1992). O operador de localização representa uma operação determinista “para todo objeto X, existe um e apenas um objeto Y que é o localizador de X” (CULIOLI;DESCLÉS, 1982a). Assim, $\langle X \underline{\in} Y \rangle$ descreve uma relação em que “X é localizado por Y” e $\langle X \underline{\in} () \rangle$ descreve, ao mesmo tempo, (i) uma relação que se pretende estabelecer na qual X é o termo localizado e, (ii) uma relação que visa à construção de um localizador, entendendo-se “construção”, nesse caso, como o processo de construção ou o produto desse processo, isto é, o construído.

O operador de localização pode designar três tipos de localização abstrata: identificação, diferenciação e ruptura, a partir da combinatória de duas propriedades primitivas simetria/não-simetria e reflexividade/não reflexividade. A operação de localização tem uma propriedade reflexiva [σ] quando, para todo objeto X, tem-se: $\langle X \underline{\in} X \rangle$ ²³. A operação de localização tem uma propriedade simétrica [ρ] quando, para todo objeto X e para todo objeto Y, tem-se: $\langle Y \underline{\in} X \rangle$. A operação de localização tem uma propriedade transitiva [τ] quando, para todo objeto X, para todo objeto Y e para todo objeto Z, tem-se: $\langle X \underline{\in} Y \rangle$, $\langle Y \underline{\in} Z \rangle$, $\langle X \underline{\in} Z \rangle$. A operação de localização possui uma propriedade não-reflexiva [$!p$] quando, para todo objeto X, tem-se: $\sim \langle X \underline{\in} X \rangle$ ²⁴. A operação de localização possui uma propriedade assimétrica [$A\sigma$] quando, para

²³ Em todos os casos, assume-se a verdade da relação.

²⁴ O símbolo “ \sim ” representa a negação lógica.

todo objeto X e para todo objeto Y , tem-se: $\sim \langle Y \in X \rangle$. A operação de localização possui uma propriedade dissimétrica $[D\sigma]$ quando existe um objeto Y , tal que: $\sim \langle Y \in X \rangle$.

Se um operador possui as propriedades reflexiva $[\rho]$ e simétrica $[\sigma]$, constitui-se um operador de identificação, que não se deve confundir com identidade, igualdade ou equivalência. Assim, a identificação é constitutiva de uma relação reflexiva $[\rho]$ e simétrica $[\sigma]$. Se um operador possui a propriedade assimétrica $[A\sigma]$, constitui-se um operador de diferenciação. Assim, a identificação é constitutiva de uma relação assimétrica $[I\rho]$. Se um operador possui as propriedades não-reflexiva $[I\rho]$ e reflexiva $[\sigma]$, constitui-se um operador de ruptura $[\omega]$. A ruptura é constitutiva de uma relação não-reflexiva $[I\rho]$ e simétrica $[\rho]$. O Quadro 1, a seguir, sintetiza a relação entre operador e propriedade.

Operador	Propriedade	Símbolo
Identificação	reflexiva $[\sigma]$ e simétrica $[\rho]$	=
Diferenciação	assimétrica $[A\sigma]$	\neq
Ruptura	não-reflexiva $[I\rho]$ e simétrica $[\sigma]$	ω

Quadro 1 - Síntese da relação entre operador e propriedade.

No enunciado “A verdade é como azeite”, dentre muitos outros, “é como” é um traço de uma operação de identificação que não tem a propriedade transitiva $[T]$. O verbo de cópula é tem valor de identificação ainda que os dois termos identificados não tenham necessariamente papéis identificados. Em $a \text{ é } A$, pode-se deduzir que a e A sejam identificáveis em alguns casos sem que se tenha $A \text{ é } a$. O verbo copulativo é pode engendrar uma diferenciação necessária á inclusão de classes, como em “Os lobos são mamíferos”. O valor de ruptura encontra-se, por exemplo, na categoria da pessoa: ELE está em ruptura com “EU” e “TU”.

A partir do operador de localização $\underline{\epsilon}$, deriva-se um operador dual $\underline{\exists}$ (“épsilon espelho”), tal que $\langle X \underline{\epsilon} Y \rangle \rightarrow \langle Y \underline{\exists} X \rangle$. Assim, se “X é localizado por Y”, então, “Y localiza X”. Considere-se, por exemplo, a relação entre (a) *X está sobre Y* ou *X está dentro de Y* e (b) *a superfície de Y contém X e o interior de Y contém X*. Se (a), então (b).

Retomando-se Costa e Sousa (1999, p. 502), a cada localização, traços são deixados ao nível das representações lingüísticas que agenciam marcadores daquelas operações. Esse conjunto de marcadores e as operações de que são marcadores configuram uma gramática, não no sentido tradicional do termo, que pressupõe categorizações tais como nome, verbo, adjetivo etc., mas enquanto uma gramática operatória anterior a essas categorizações tradicionais.

As categorias implicadas por essa gramática que sustenta o processo de construção de representações lingüísticas são o tema da próxima Seção.

1.8 Categorias gramaticais

Segundo Culioli (1999b, p. 37), um dos objetivos da lingüística é mostrar, a partir da observação de diversas línguas e da aquisição de uma língua, como se constroem as categorias gramaticais, estabelecendo correspondências entre um conjunto de operações e os marcadores dessas operações. O resultado desse objetivo será “uma representação metalingüística explícita” da articulação da linguagem com as línguas naturais.

Nesta Seção, serão apresentadas algumas operações pertinentes ao processo de construção de categorias gramaticais, tais como o domínio nocional, a determinação (quantificação e qualificação), a modalidade e o aspecto.

1.8.1 A noção e o domínio nocional²⁵

Segundo Culioli (1990, p. 50), quando se considera a atividade de linguagem, não se restringe ao lingüístico, ou seja, a configurações de uma língua dada. Quando se trabalha em um domínio que recupera toda a atividade simbólica, cognitiva etc., é necessário que se tenha lugares híbridos. A noção e o domínio nocional são entidades de caráter híbrido que aliam o lingüístico e o não lingüístico.

1.8.1.1 A noção

Ainda nas representações do Nível 1 encontram-se sistemas complexos estruturam propriedades físico-culturais construídos cognitivamente a partir da interação com o mundo, tanto o mundo “objetivo”, exterior, quanto com o mundo “subjetivo”, interior (CULIOLI, 1990, p. 67-81). Esses sistemas, denominados noções e relações entre noções (CULIOLI, 1990, p. 50), são as fontes de categorização dos objetos e dos fenômenos do mundo e sustentam as representações de propriedades físico-culturais no interior da cultura de uma dada língua. Desse modo, segundo Culioli (1990, p. 50), “falar em noção é falar de problemas que são da alçada de disciplinas que não podem ser identificadas com a lingüística”.

Do ponto de vista lingüístico, as noções são abordadas como entidades cognitivas apreciadas não só por uma dada cultura, mas também por condições enunciativas. Assim, só podem ser apreendidas através de ocorrência fenomenológicas, em eventos enunciativos. Assim, o reconhecimento de uma noção, que requer a passagem de ocorrências fenomenológicas a ocorrências abstratas, envolve: distinguir ocorrências fenomenológicas, identificar propriedades, estimando-se a distância uma da outra, medir o grau e o tipo de similaridade e decidir entre manter as

²⁵ Tradução dos termos “notion” e “domaine notionnel”, empregados por Culioli em suas publicações.

ocorrências qualitativamente distintas ou categorizá-las como identificadas com relação a uma tipificação (CULIOLI, 1990).

A noção não corresponde, portanto, a “conceito” (CULIOLI, 1995, p. 33-34), entidade geralmente definida pela semântica de cunho cognitivista com base em propriedades essenciais ou universais que todos os sujeitos perceberiam na interação entre pessoas ou de pessoas e objetos, independentemente da cultura na qual se inserem ou como o somatório de toda a bagagem cultural da humanidade. A noção também não corresponde a “signo”, entidade definida pela semântica de cunho lógico com base em propriedades essenciais que estariam difundidas socialmente entre os sujeitos de uma cultura. Tanto o “conceito” quanto o “signo” contemplam apenas representações estabilizadas culturalmente, denominadas propriedades essenciais.

A noção distingue-se do “conceito” e do “signo” justamente porque faz intervir o estável – dado pela representação de propriedades físico-culturais definidas no interior de uma cultura e socializadas entre os sujeitos nela inseridos – e o deformável – dado pelas modulações do sujeito sobre o estável (ou o que é tido como estável nas relações intersubjetivas) segundo sua vontade, desejo e intenção ou, ainda, do impedimento dessas três diante do que está estabilizado.

Segundo Culioli (1990, p. 129), os fenômenos lingüísticos “formam sistemas dinâmicos que são regulares, mas com uma margem de variação devido a fatores de uma grande diversidade: fenômenos que são estáveis e plásticos”. Subjacente à variação encontra-se um nível de estabilidade que controla os limites do deformável. Segundo Pereira (1997, p. 19),

a deformabilidade implica um trabalho sobre formas abstratas que se constroem a partir de formas empíricas. A análise de um marcador [...] deverá levar a uma representação formal com características estáveis e controláveis. A partir dessa representação formal – ou forma esquemática – constituem-se formas suplementares que são deformações da forma de base. Submetendo a configuração de base a uma deformação certas propriedades variam enquanto outras permanecem invariáveis, por conseguinte, será possível fazer predições relativamente às entidades formais em jogo (PEREIRA, 1997, p. 19).

Se, por um lado, a noção faz intervir o estável e o deformável no Nível 1 – o nível das representações cognitivas – e, por outro lado, a atividade de linguagem faz intervir o Nível 1 e o Nível 2 – o nível das representações lingüísticas –, a noção coloca um problema para o Nível 3 – o nível das representações metalingüísticas. Culioli (1990, p. 52) formula o seguinte encaminhamento para esse problema:

Defrontar-se com o problema da noção é encontrar, por um lado, feixes de propriedades físico-culturais ou propriedades de objetos (de organização) e, por outro lado, por intermédio das marcas de asserção (“há”; “é ... que”; etc.), de negação, de interrogação, mostrar o problema da construção de um complementar. Assim, retorna-se ao problema do predicado, quer dizer, que em todo caso, trata-se de trabalhar a partir de uma relação predicativa não saturada (p, p') que possibilita apreender o domínio nocional. As propriedades que regem o domínio sairão de diversas categorias: “Enumeremos de modo não exaustivo alguns dos domínios que constituem as categorias nocionais (...). Sendo dada uma categoria nocional *P*, distingue-se uma propriedade “p” segundo o domínio:

- semântico /ser cachorro/, /ser líquido/, /ler/;
- noção gramatical: aspectualidade, modalidade;
- noção quantitativa/qualitativa: avaliação do grau de intensidade ou de extensividade (acabamento, finalização)” (CULIOLI, 1990, p. 52 - grifos do autor).

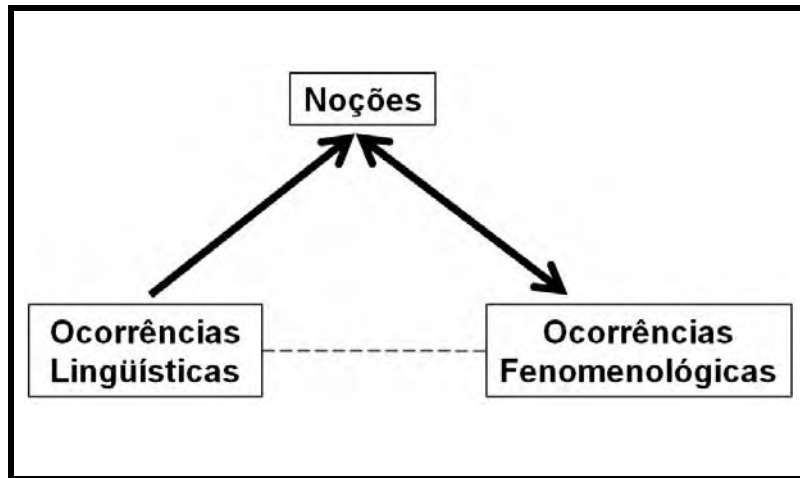
Ressalte-se que, a noção é definida em intensão como um todo sólido não fragmentado anterior a qualquer categorização em termos de classes de palavras (nome, verbo, adjetivo etc.) (CULIOLI, 1990, p. 77) ou qualquer referencialidade em termos semânticos (intensão ou extensão). O termo “intensão” não é empregado aqui com o sentido que lhe atribuí a lógica intensional formulada por Carnap. Na lógica intensional, o termo “intensão” remete a uma propriedade definidora de uma classe de entidades de um mundo previamente definido. Os elementos da classe podem ser referidos pela propriedade que a define. Uma expressão lingüística como *presidente do Brasil* estaria se referindo à classe que incluiria indivíduos, tais como José Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva. O termo “intensão” é empregado pela TOE com o sentido de “propriedade que será localizada relativamente a um sistema de coordenadas enunciativas em uma situação

particular de enunciação”. A constituição da noção será a de um todo sólido não fragmentado (representado ou por um predicado insecável / () ser P/ ou entre barras obliquas /P/) cujas ocorrências serão construídas em situações particulares.

1.8.1.2 A ocorrência

A ocorrência da noção pode ser contemplada sob três pontos de vista: o fenomenológico, o lingüístico e o metalingüístico.

Do ponto de vista fenomenológico, as ocorrências dizem respeito à existência de objetos com os quais entramos em contato desde a infância. A manipulação das diferentes constituições desses objetos e da sua participação em fenômenos variados é fonte de processos cognitivos de categorização e da construção de representações no interior de uma cultura. Segundo Culioli (1990, p. 55), embora essas ocorrências não sejam da alçada do lingüista, quando seu objetivo é a articulação da linguagem com a diversidade das línguas naturais, terá de trabalhar sobre domínios híbridos de articulação que relacionam representações do Nível 1 – dos processos cognitivos de categorização e da construção de representações – e do Nível 2 – das representações lingüísticas, isto é, dos arranjos léxico-gramaticais que atuam como marcas de operações no Nível 1 – para poder formular representações do Nível 3 – das representações metalingüísticas. Dada a interdependência das ocorrências fenomenológicas e das ocorrências lingüísticas (e metalingüísticas) representadas no Esquema 3, a articulação desses domínios.



Esquema 3 - Esquematização da relação entre a noção e suas ocorrências lingüísticas e fenomenológicas.

Do ponto de vista lingüístico, as ocorrências dizem respeito à materialização da noção, ou seja, de “sistemas complexos de representação de propriedade físico-culturais, isto é, das propriedades do objeto obtidas por manipulações necessárias, tomadas no interior de culturas” (CULIOLI, 1990, p. 50) na forma de linguagem através das línguas naturais (CULIOLI, 1990, p. 10).

Embora a noção constitua um todo sólido não fragmentado, sua apreensão será possível na forma de linguagem através de suas ocorrências materiais inscritas em um sistema de referência definido por parâmetros enunciativos (Sujeito enunciador e Tempo-espço da enunciação). Essa “passagem de uma representação mental, incorpórea, a uma atividade que permite referir corresponde a um “colocar em forma” a noção” (CULIOLI, 1990, p. 10), pode ser apreendida, segundo Culioli (1999b), de várias maneiras. A saber:

- ela se funde sobre uma operação fundamental de construção ligada à predicação de existência, tal como marca, em particular, a locução *há...*, ou *seja*. A existência pode ser colocada de duas maneiras diferentes:
 - * de um lado, a passagem de/nada/a/qualquer coisa. Não há grau de existência. (Exemplo: pode-se dizer *quase vivo*, mas não *quase morto*, a não ser em contextos restritos);
 - * de outro lado, a uma forma de extração, no sentido doravante estabelecido do termo. Uma vez que uma entidade exista, ela se demarca ou pode se demarcar de outras que não existem: a predicação de existência pode tornar-se uma propriedade diferencial. É o que se obtém em um exemplo como *Os fantasmas existem*. Assim, QNT corresponde à *construção de uma ocorrência* (por extensão, de uma classe de ocorrências abstratas). Com efeito, uma ocorrência é um evento enunciativo que delimita uma porção de espaço/tempo especificada pela propriedade P. Inversamente, a propriedade P está inserida em um texto graças a um jogo de determinações que lhe atribui um estatuto de ocorrência (menção do dicionário, título, membro de um enunciado) [...];
- ela vai de par com a **quantificalização** (ou **fragmentação**);
- QNT corresponde a um modo de apreensão de QLT através ou sob o modo de um agregado de ocorrências de P (o que chamei acima de classe de ocorrências). Estabelece-se, assim, uma relação entre QLT (o primeiro QLT é “infralinguístico” e um estatuto diferente daquele que aparece em QNT QLT, no qual QNT QLT nota um modo de apreensão de QLT (CULIOLI, 1999b, p. 10-11 - grifos do autor).

Segundo Gilbert (1999, p. 1), uma ocorrência pode ser analisada como correspondendo ao resultado de um evento enunciativo que opera um recorte sobre uma noção. Esse recorte tem uma dupla função: de um lado, uma delimitação quantitativa e, de outro lado, uma delimitação qualitativa. A primeira constrói a ancoragem situacional da ocorrência, e há, portanto, traço da sua manifestação, sua existência (real ou imaginária). A segunda constrói sua estruturação subjetiva. Essa estruturação consiste na avaliação de uma ocorrência em relação a um protótipo, ou seja, distingue-se um tipo de ocorrência de outro tipo.

Uma segunda dimensão qualitativa será pertinente na construção de uma ocorrência. Essa dimensão, ao invés de distinguir um tipo de ocorrência de uma ocorrência de outro tipo, distingue uma ocorrência de certo tipo de uma ocorrência do mesmo tipo. Assim, se a primeira dimensão qualitativa é característica da identificação de ocorrência, já que é “por identificação, [que] o sujeito estabelece que uma ocorrência *a* é uma ocorrência da noção *A*” (CULIOLI, 1990, p. 96), a segunda dimensão coloca

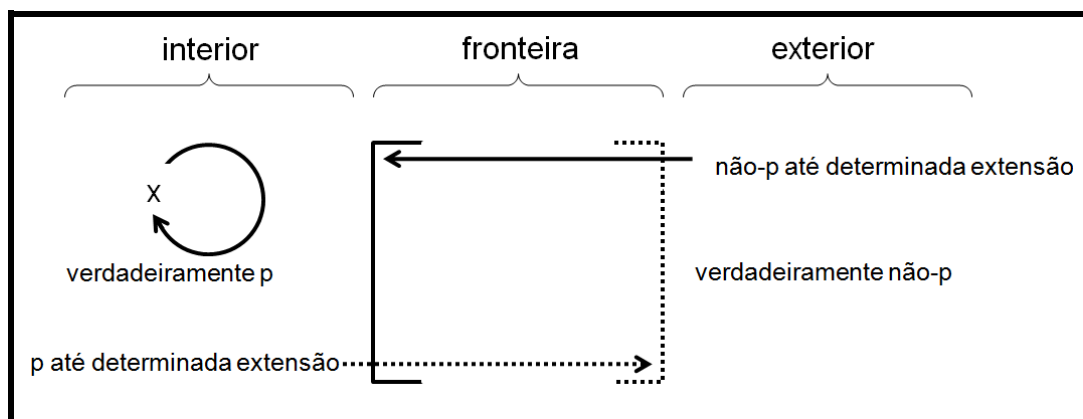
em questão a diferenciação de ocorrências possíveis e imagináveis umas em relação às outras, no interior do domínio nocional.

O domínio nocional, do ponto de vista metalingüístico, compreende um domínio abstrato, não de representações cognitivas, mas de representações metalingüísticas que estruturam ocorrências das noções. Segundo Culioli (1990, p. 54), os “domínios não são apreendidos senão através das ocorrências que permitem sua constituição”.

A estruturação desse domínio é a temática da Seção seguinte.

1.8.1.3 A estruturação do domínio nocional

A finalidade do domínio nocional, notado por p, p' , é estruturar classes de ocorrências da noção (notadas por κ) em um espaço topológico (IE) composto por um interior (I) (munido de um atrator, de um tipo e de um gradiente); por um exterior (E); por uma fronteira (F) e por um complementar (P') (CULIOLI, 1990, p. 70). Uma esquematização desse espaço topológico encontra-se no Esquema 4.



Esquema 4 - Esquematização do conceito de domínio nocional, adaptada de Culioli (1990, p, 71).

Segundo Culioli (1990, p. 70), o interior do domínio é um espaço aberto. Esse espaço é orientado por um processo de identificação (um X_i é identificado com um X_j)

de maneira que não há um ponto inicial ou final que o delimite. O interior do domínio contém um centro organizador (protótipo) que atua como um centro atrator que também pode compreender um gradiente (do centro em direção ao exterior). Os valores para o interior podem ser informalmente glosados como ‘verdadeiramente p ’, ‘verdadeiramente representativo de p ’. O exterior do domínio resulta de um processo de diferenciação que pressupõe uma identificação anterior. Os valores exteriores ao domínio podem ser descritos como ‘verdadeiramente $não-p$ ’, ‘totalmente diferente de p ’, ‘não tendo nenhuma propriedade em comum, nem a mais tênue, com p ’.

Para discernir ocorrências não homogêneas, tais como X_m e X_n , de uma noção p , que evidenciam estados qualitativamente alterados da propriedade p , recorre-se a uma área de fronteira. Fechando-se o interior do domínio, organizam-se ocorrências em contínuo sobre $não-p$, mas ainda pertencentes à área- p . Os valores para esse fechamento do interior podem ser glosados como ‘ p até certa extensão, qualquer que seja, uma vez que se mantém sobre o lado de p ’ ou ‘não verdadeiramente p ’. Fechando-se o exterior, os valores para esse fechamento podem ser glosados como ‘ $não-p$ até certa extensão, qualquer que seja, uma vez que se mantém sobre o lado de $não-p$ ’ ou ‘não verdadeiramente $não-p$ ’. Há, portanto, uma complementaridade entre o interior (I) e o exterior (E) do domínio na definição de valores das ocorrências da noção.

A estruturação do interior do domínio a partir do seu centro organizador será contemplada na Seção seguinte.

1.8.1.3.1. O Centro organizador²⁶ do domínio

O centro organizador é responsável pela construção de um pólo de referência para a construção de representações. Segundo Culioli (1999b, p. 11),

²⁶ Tradução do termo “centre organisateur”, empregado por Culioli em suas publicações.

não existe representação de qualquer ordem que seja que não se coloque em relação a um pólo de referência. Caminha-se do desconhecido ao conhecido, constrói-se relativamente a um centro organizador [...]. Esse pólo de referência é a própria condição da regulação intersubjetiva (CULIOLI, 1999b, p. 11).

Esse pólo de referência organiza-se em relação a um “tipo” e um “atrator”. Essas instâncias serão abordadas nas duas próximas seções.

1.8.1.3.1.1 O tipo²⁷

Segundo Culioli (1995, p. 47), o progresso da pesquisa²⁸ tem demonstrado que é própria da espécie humana, na atividade simbólica, a construção de protótipos. Explica-se, quando os seres humanos se deparam com eventos que à primeira vista parecem marcadamente distintos em qualidades, ele os aproxima de maneira que chega a ocorrências identificáveis a um protótipo. Para Culioli (1995, p. 43), a construção de protótipos é uma capacidade cognitiva inata do ser humano e está fundamentada na capacidade de saber isolar propriedades pertinentes e comparar eventos aparentemente não relacionados em relação a um protótipo. É essa capacidade que habilitaria o ser humano a construir representações abstratas distanciadas da realidade.

Na TOE, essa tipificação tem sua importância na estruturação de domínios nocionais. O domínio se constrói em torno de uma ocorrência tipo, no interior do domínio, organizando seu centro. Todo domínio é munido de um centro que assegura a identificação de ocorrências a essa ocorrência tipo, nas situações enunciativas (CULIOLI, 1999b, p. 71). Todas as ocorrências são comparadas a esse centro organizador (CO) de tal maneira que se possa dizer sobre as ocorrências: ‘elas são intercambiáveis, isto é, qualitativamente indistintas’, ‘elas são qualitativamente diferentes’ ou ‘elas são comparáveis’ (CULIOLI, 1995, p. 49).

²⁷ Tradução do termo “type” (do Francês), empregado por Culioli em suas publicações.

²⁸ Cite-se que, segundo Culioli (1995, p. 43), pesquisas modernas em áreas tais como a matemática, a psicologia e a psicanálise, embora a questão seja abordada desde a tradição clássica, nos escritos de Platão.

O tipo atua na organização da fragmentação da noção, construindo uma “ocorrência representativa” ou privilegiada. Essa fragmentação é decorrente da localização das ocorrências em uma situação de enunciação. Assim, as ocorrências são representações da noção e, ao mesmo tempo, exibem uma dispersão, assumindo propriedades que lhe são próprias em uma situação de enunciação. Daí se poder dizer: ‘um cachorro tem as orelhas levantadas’ e ‘outro cachorro tem as orelhas pontudas’ (CULIOLI, 1995, p.42).

O tipo será, portanto, uma “ocorrência representativa” ou privilegiada da noção P em uma classe de ocorrências porque remete a *ser P*, isto é, ao QLT. Enquanto tal servirá de localizador em uma operação identificação/diferenciação que delimita quais ocorrências de uma classe são ou não ocorrências da mesma propriedade (CULIOLI, 1999b, p. 11-12).

Diferentes graus de identidade resultarão dessa operação identificação/diferenciação: ocorrências idênticas ou quase idênticas ao tipo serão agrupadas próximas do centro organizador; ocorrências com propriedades menos comuns com o tipo serão agrupadas em ordem decrescente de identidade e crescente diferenciação em relação ao centro; ocorrências com propriedades bastante significativas em comum com o centro serão definidas como pertencentes ao interior do domínio nocional; ocorrências que não têm nenhuma propriedade significativa em comum com o centro serão definidas como pertencentes ao exterior do domínio nocional; e, tendo em vista a pertinência de algumas propriedades para a definição de uma ocorrência no interior do domínio, sua ausência excluirá uma dada ocorrência do interior do domínio nocional (GROUSSIER, 2000, p. 166). Essa “ocorrência representativa” pode se definir enunciativamente sob formas tais como *isso que eu chamo X, a idéia que eu faço de X, um verdadeiro X para mim* (CULIOLI, 1999b, p. 12).

Se, por um lado, o tipo contribui para a organização do centro na delimitação de quais ocorrências de uma classe são ou não ocorrências da mesma propriedade, por outro lado, o atrator é uma ocorrência imaginária delimitada em relação a si mesma.

1.8.1.3.1.2 O atrator²⁹

O atrator, assim como o tipo, é uma ocorrência reguladora que constitui um pólo de referência na organização do domínio nocional. Entretanto, difere do tipo, segundo Culioli (1999b), pelas seguintes razões:

é inacessível e fornece um valor extremo, auto-referenciado (a ocorrência remete à noção da qual ela é ocorrência), de modo estável (ela se aproxima de um ponto fixo) e produzido por um processo de abstração que faz que ela não se confunda com um grau último em uma escala de adequação (CULIOLI, 1999b, p. 71).

O atrator é uma ocorrência imaginária, portanto, inacessível, que congrega todas as propriedades da noção em alto grau (seu valor extremo), ou seja, não se coloca em questão as propriedades que lhe são próprias versus as que não são. Essa ocorrência imaginária constitui seu próprio termo de referência (sua autoreferencialidade) que será sua origem absoluta, sem que diferentes graus de identidade tenham sido considerados em uma escala de adequação.

Segundo Culioli (1999b, p. 13), o funcionamento das exclamativas toca o problema de um valor absoluto se construir pela impossibilidade de constituir um valor último. Para que a exclamativa se realize, tem de haver predicado e possibilidade de graduar. *Que!*³⁰ é a marca analisada por Culioli para ilustrar a construção de um atrator. A marca percorre todos os graus, sendo a imagem de todos os possíveis. Assim, para:

- *Que!* interrogativo: não se fecha, há recurso ao outro;
- *Que!* retórico (*quel livre? Je ne vois pa de livre!*³¹): questiona-se a própria existência da ocorrência;

²⁹ Tradução do termo “attracteur”, empregado por Culioli em suas publicações.

³⁰ Esse termo pode ser traduzido por “qual”, no português.

³¹ Em português: “qual livro? Eu não vejo nenhum livro!”.

- *Que!* exclamativo: constroem-se as ocorrências sobre o gradiente do valor. Tem-se um percurso orientado em direção a uma ocorrência distinta que desemboca sobre o alto grau.

Segundo Culioli (1999, p. 13), embora haja uma diferença entre o tipo e o atrator, são possíveis reversões de um a outro. O atrator, estabilizando um valor absoluto, resulta em uma singularidade em relação a qual nenhuma alteridade pode mais se definir. Os termos citados como exemplo por Culioli são: “puro” e “verdadeiro”. A permanência qualitativa de uma propriedade pode se fundar tanto sobre a estabilização que alcança seu mais alto grau, como em “uma pura obra-prima”, ou sobre o que é minimamente constitutivo, como em “um simples mal-entendido/um puro e simples mal-entendido”³². Eliminando-se tudo o que constitui variantes singulares, tem-se a propriedade em “tudo o que ela tem de ordinário”.

Se, por um lado, o domínio nocional é estruturado por um espaço topológico munido de um centro que oferece um organizador (“é verdadeiramente tal coisa”), um atrator (o “alto grau”) e um gradiente, por outro lado, também é munido de um exterior e de uma fronteira que se organizam em relação a esse centro (CULIOLI, 1990, p. 88). Essa relação será contemplada nas duas próximas seções.

1.8.1.3.2 A fronteira³³

É em relação ao atrator (“o verdadeiramente p ”) que se organiza a área de fronteira, como um limiar ou uma zona de alteração, de transformação, de p . Nessa área, constrói-se aquilo que tem, ao mesmo tempo, a propriedade p e uma alteração da propriedade p . Não se pode afirmar que algo é totalmente p , mas também não se pode afirmar que algo é totalmente exterior ao domínio de p (“o verdadeiramente $não-p$ ”).

Comenta-se um caso fornecido por Culioli (1990, p. 88-90), em caráter de ilustração. Considere-se *dia* e seu complementar *noite*³⁴, ou seja, considere-se que, no

³² Tradução de “un pur chef-d’aevre” e “un simple malentendu/um pur et simple malentendu”, no original (CULIOLI, 1999b, p. 13).

³³ Tradução do termo “frontière”, empregado por Culioli em suas publicações.

interior do domínio, constrói-se um valor por excelência *dia-dia* (“tudo aquilo que é estritamente dia”) e, no exterior do domínio, constrói-se seu complementar *noite-noite* (“tudo aquilo que não é estritamente dia”). Na área de fronteira, constrói-se o *dia-noite*, a “alvorada”, o “ocaso”, por exemplo, isto é, um valor intermediário entre o *dia-dia* e a *noite-noite* (“não exatamente dia”; “não exatamente noite”).

A noção de fronteira procura dar conta de fatos de difícil administração segundo os referenciais da lógica clássica, ainda que se recorra a uma lógica difusa (CULIOLI, 1990). Para a lógica, um exemplo como o mencionado acima se resumiria a uma relação de antonímia, isto é, de oposição de significado entre os termos “dia” e “noite”, e não haveria espaço para valores intermediários. Segundo Culioli (1990, p. 84), a idéia de antonímia entre termos configura uma ilusão tal como é teorizada pela lingüística segundo pressupostos da lógica, tendo em vista que se define sobre a negação absoluta da propriedade p . Daí ser possível, para a lógica, trabalhar em universos restritos de valores e opor, por exemplo, “bom/mal”, “grande/pequeno” e “branco/preto” (CULIOLI, 1990, p. 84).

A área de fronteira teoriza uma negação mais fraca (“é diferente mas não totalmente diferente”) da propriedade p e possibilita a visualização de pares de oposição entre termos tais como “dia” e “alvorada” quando a diferença está em questão, mas, ao mesmo tempo, se abstraídas as diferenças, esses mesmos termos seriam sinônimos.

1.8.1.3.3 O complementar

Segundo Culioli (1990, p. 61), sendo dado um domínio aberto p , seu complementar lingüístico tem as propriedades de um fechado (um “simplesmente outro”). Se definido em relação à fronteira, basta a negação parcial da propriedade p para que se construa o complementar p' . Se definido em relação ao exterior ao domínio, será necessária a negação total de p para que se construa seu complementar.

³⁴ Tradução de “jour” e “nuit”, no original (CULIOLI, 1990, p. 88-90).

1.9 As operações de determinação

Em lingüística, os termos “determinação” e “determinante” estão geralmente vinculados ao estudo da incidência de artigos definidos e indefinidos no grupo nominal, e à identificação do tipo de referência (genérica ou específica) de uma expressão lingüística (Culioli, 1999b, p. 37). Essa abordagem, entretanto, é questionável quando se considera que os artigos (comuns em línguas como o inglês, o francês e o português) não aparecem em todas as línguas. O que se passa nas línguas que não tem artigo com relação à determinação?

Assumindo que o objetivo da lingüística é produzir uma representação metalingüística explícita, Culioli (1999b, p. 38) propõe-se a estudar a determinação não do ponto de vista da classificação de unidades superficiais, mas do ponto de vista de um conjunto de operações elementares, cujas marcas podem não estar visíveis na realização superficial de todas as línguas. Incluem-se entre essas operações elementares a quantificação, a qualificação, a extração, o percurso e a varredura.

1.9.1 A quantificação e a qualificação

A operação de quantificação, notada Qt , associa-se eventualmente a uma operação sobre uma quantidade ou sobre uma qualidade (CULIOLI, 1999b, p. 46). As operações de determinação dão relevo a arranjos ponderados de duas operações elementares: a operação de quantificação (Qnt) e a operação de qualificação (Qlt) (CULIOLI, 1990, p. 130).

Segundo Culioli (1999b, p. 82), a operação de quantificação remete

à operação pela qual se constrói a representação de **alguma coisa** que se pode distinguir e situar em um espaço de referência. [...] Assim, **alguma coisa** não se refere ao inanimado (por oposição a **alguém**), mas remete a um estado (interno ou externo) do qual se pode dizer que se distinguirá de um outro estado, que implicará, então, descontinuidades, que será localizado (no sentido abstrato do termo) em um domínio de representações. Pode-se dizer de outro modo: **alguma coisa** remete a uma ocorrência [de uma noção], qualquer que seja ela, que um sujeito possa apreender, discernir (perceber como uma forma singular em relação ao meio), distinguir (eliminar a indeterminação) e situar (um sujeito situa essa alguma coisa em um espaço-tempo, que pode ser imaginário) (CULIOLI, 1999b, p. 82 - Grifos do autor).

A fragmentação e a construção da existência de uma ocorrência fragmentada de uma noção são duas operações que se efetuam a partir dessa operação mais abrangente, denominada quantificação.

A fragmentação (ou quantificabilização) atua sobre uma noção P de maneira que se possam construir ocorrências dessa noção na produção/reconhecimento de enunciados. É essa fragmentação que permite: (i) passar de uma qualidade indivisível a uma qualidade fragmentada; e (ii) construir quaisquer ocorrências e construir ocorrências diferenciadas.

A fragmentação da noção passa por uma operação abstrata de individualização que conduz (i) a passagem de uma qualidade indivisível a uma qualidade fragmentada; e (ii) a construção de ocorrências quantitativa e/ou qualitativamente diferenciadas. A construção da existência de uma ocorrência atua sobre uma noção fragmentada, situando-a no espaço-tempo enunciativo que um sujeito enunciador tenha construído em relação a um co-enunciador. Assim, uma ocorrência passa do nada a alguma coisa no espaço de localização (CULIOLI, 1999b, p. 82-83). Quando se tem uma pergunta como “Você tem um romance para me emprestar?³⁵”, transforma-se um nada em uma ocorrência possível de “romance” que, segundo Culioli já é um modo de existência.

A operação de qualificação entra em jogo toda vez que se efetua uma operação de identificação/diferenciação sobre alguma coisa. Ainda que um qualificativo apareça como resultado dessa operação, qualificar não se encerra em acrescentar um

³⁵ Tradução de “Est-ce que tu as un roman à me prêter?”, no original (CULIOLI, 1999b, p. 83).

qualificativo. A operação que leva à explicitação do qualificativo é o que está em questão aqui.

Considerem-se os seguintes enunciados: “(1) Durante sua viagem, note / (2) observe o menor detalhe; (3) se você encontrar o menor obstáculo, me chama; (4) eu não encontrei o menor obstáculo; (5) você encontrou o menor obstáculo?”³⁶. “O menor” marca a entrada/saída do domínio de validação nos três últimos exemplos. Em (3), a asserção fictícia (o hipotético) constrói a existência (eventual) de <ocorrência de obstáculos>. Assim, “alguma coisa eventualmente encontrada” é qualificada (trata-se da noção <ser-obstáculo>). Em (4), salvo que o movimento é inverso, o mesmo esquema ocorre com a negação: percorre-se o interior do domínio de validação, não se encontra qualquer ocorrência de <ser-obstáculo>, daí a saída do interior, pela qual se marca a inexistência de qualquer obstáculo. Aqui, “alguma coisa eventualmente encontrada” foi qualificada e lhe foi atribuída inexistência. A interrogação marca a varredura de todas as possibilidades (isto é, entrada/saída) (CULIOLI, 1999b, p. 84).

A operação de qualificação não só afeta alguma coisa que existe, mas também possibilita alargar o domínio do que se tem caracterizado de modo provisório. Com efeito, será pertinente todo predicado associado à transformação de um preconstructo (Culioli, 1999b, p. 85).

Segundo Culioli (1999b, p. 46), a operação de quantificação manifesta-se em três operações fundamentais: a extração, a flechagem e a varredura.

1.9.1.1 A extração³⁷

A extração consiste na individualização de uma ocorrência. Isso consiste em localizar uma ocorrência em relação a um sistema situacional. Isola-se um ou mais elementos de uma classe de ocorrências ou isola-se uma quantidade de uma classe de

³⁶ Tradução de “Pendant ton voyage, note / observe le moindre détail; si tu rencontres le moindre obstacle, appelle-moi; je n’ai pas rencontré le moindre obstacle; est-ce que tu as rencontré le moindre obstacle?”, no original (CULIOLI, 1999b, p. 84).

³⁷ Tradução do termo “extraction”, empregado por Culioli em suas publicações.

quantidades. Atribui-se, assim, um estatuto existencial, real ou imaginário, a uma ocorrência situada de uma noção que não tem nenhum outro traço distintivo além de ter sido singularizada. O que antes era uma ocorrência de uma classe abstrata torna-se uma ocorrência singular, delimitada, com propriedades situacionais. (CULIOLI, 1990, p. 182).

À operação de extração podem corresponder, entre outros, os marcadores: *um* (artigo indefinido singular/plural); *um, dois, três, n* (numerais); \emptyset (artigo zero) e *alguns*. O artigo indefinido (*um, uns, uma(s)*) marca a extração de uma ocorrência singular que não tem nenhum outro traço distintivo além de ter sido singularizada (CULIOLI, 1990); o artigo zero (\emptyset) é marcador de operação de extração, sendo a determinação espaço-temporal construída como uma classe de ocorrências quantitativamente indeterminada (CULIOLI, 1999b); os numerais, embora sejam marcadores da operação de extração, não relacionam essa operação à predicação de existência (CULIOLI, 1999b).

Considere-se o exemplo: “Apareceu um tigre”³⁸. O contexto marca a passagem de uma ocorrência (0) <nenhuma ocorrência de TIGRE> para uma ocorrência (1) <uma ocorrência localizada de TIGRE>. Nenhuma diferenciação é efetuada sobre uma ocorrência construída a partir da fragmentação da noção /tigre/. Daí Qnt ser preponderante.

A extração será uma condição anterior a uma flechagem.

1.9.1.2 A flechagem³⁹

A flechagem marca uma estabilidade existencial. Dada uma primeira ocorrência extraída de P, haverá flechagem se uma segunda ocorrência de P for idêntica à ocorrência anterior. Se a segunda ocorrência refere-se a uma ocorrência diferente de uma primeira ocorrência, as duas ocorrências não se identificam. Nesse caso, não há

³⁸ Tradução de “Um tigre apparut”, no original (CULIOLI, 1990, p. 186).

³⁹ Tradução do termo “fléchage”, empregado por Culioli em suas publicações.

estabilidade existencial caracterizada pela identidade de uma primeira e uma segunda ocorrência (CULIOLI, 1990, p. 182).

Veja-se o exemplo: “Apareceu um tigre₍₁₎. Esse tigre₍₂₎ é impressionante”⁴⁰. A segunda ocorrência de “tigre₍₂₎” identifica-se com a primeira ocorrência (“tigre₍₁₎”). O demonstrativo “esse” marca a operação de flechagem que identifica contextualmente a ocorrência (2) com a ocorrência (1) de “tigre”. Como se mantém uma estabilidade referencial na ocorrência (2), em relação à ocorrência (1), Qlt é preponderante, em (2). Além do demonstrativo, é comum o artigo definido ser marcador dessa operação de flechagem (CULIOLI, 1990, p. 187; CULIOLI, 1999b, p. 47).

Se, por um lado, as operações de extração e varredura distinguem ocorrências de uma classe, há ainda a possibilidade de não se distinguir uma ocorrência. Nesse caso, tem-se uma operação de varredura.

1.9.1.3 A varredura⁴¹

A operação de varredura consiste em percorrer todos os valores assinaláveis de classe de ocorrências abstratas no interior de um domínio sem poder se ater a um valor distinto em relação a uma situação particular. Vejam-se os exemplos: “todo cão tem quatro patas”; “todo cão late”⁴². Percorre-se a classe dos cães sem que nenhuma ocorrência seja individualizada em relação a uma situação particular. É comum que quantificadores como “todo”, “cada”, “qualquer” sejam marcadores dessa operação de percurso (CULIOLI, 1990, p. 182; CULIOLI, 1999b, p. 48).

⁴⁰ Tradução de “Um tigre apparut. Ce tigre était impressionnant”, no original (CULIOLI, 1990, p. 186).

⁴¹ Tradução do termo “parcours”, empregado por Culioli em suas publicações.

⁴² Tradução de “Tout chien a quatre pattes” e “Any dog barks”, no original (CULIOLI, 1999b, p. 48).

1.9.2 A modalidade e o aspecto

A modalidade e o aspecto estão entre as categorias gramaticais que contribuem para a construção de valores referenciais dos enunciados.

1.9.2.1 A modalidade

A modalidade é uma categoria gramatical que incide sobre a relação predicativa na construção do enunciado. Culioli (1985) distingue quatro tipos de modalidade. Na seqüência, cada uma é apresentada isoladamente, embora, segundo Culioli (1985), a operação de modalização possa congrega mais de um tipo ao mesmo tempo. A saber, as quatro modalidades definidas por Culioli (1985) são:

- **Modalidade 1:** asserção. Essa modalidade marca asserções (afirmativas ou negativas), interrogativas e injuntivas sobre uma relação predicativa. A asserção marca a assunção positiva ou negativa sobre a relação. Isso é o que se observa, por exemplo, em “Eu não comi peixe hoje”. A interrogação marca que um enunciador se exime de assumir um valor (positivo ou negativo) sobre a relação. O enunciador atribui a um co-enunciador a tarefa de assumir um valor. Isso é o que se observa no exemplo: “Você vem a minha casa amanhã”, cujas respostas podem ser: “Sim, eu vou” (valor positivo), “Não, não vou” (valor negativo) ou “Talvez” (valor de incerteza). A injunção marca uma oscilação entre um valor assertivo e um valor interrogativo. Isso é o que se verifica, por exemplo, nos pedidos, como em “Eu queria um copo d’água”;
- **Modalidade 2:** epistêmica. Essa modalidade marca a incerteza do enunciador com relação à validação de uma relação predicativa. Daí essa modalidade ser a expressão de uma oscilação entre o provável e o improvável, o possível e o

impossível, o necessário e o eventual, o certo e o incerto. Essa modalidade se manifesta no seguinte exemplo: “Eu posso abrir a porta para você”;

- **Modalidade 3:** apreciativa. Essa modalidade marca apreciações sobre uma relação predicativa ou sobre parte dela. Essas avaliações se manifestam em termos de julgamentos favoráveis, desfavoráveis sobre a relação. Essa modalidade se manifesta no seguinte exemplo: “Eu penso que ele veio à minha casa”; e
- **Modalidade 4:** intersubjetiva. Essa modalidade marca as relações que se estabelecem entre sujeitos enunciadore. Essas relações são marcadas pela expressão de um valor deôntico, da obrigação, do desejo, da permissão, da sugestão. Essa modalidade se manifesta no seguinte exemplo: “Eu espero que você não se atrase”.

Ressalte-se que a combinatória dessas quatro modalidades é fundamental na construção do enunciado (VIGNAUX, 1995). Além dessa relação entre os tipos de modalidade, a própria categoria da modalidade está relacionada, dentre outras categorias, com a categoria do aspecto, no processo de construção do enunciado.

1.9.2.2 O aspecto

Segundo Culioli (1999a, p. 130), o aspecto é mais uma das grandes categorias gramaticais da linguagem. Através dessa categoria, o lingüista pode estabelecer uma correspondência entre uma noção gramatical (a ser definida) e um jogo de marcadores específicos a uma língua dada (CULIOLI, 1999a, p. 145). Segundo Culioli (1978), esse jogo

vai, de um lado, se situar no plano do que é construído, quer dizer, daquilo que é predicado no enunciado, marcando, assim, fronteiras, e por outro lado, de algum modo, projetar esse espaço sobre um eixo, localizando-o na ordem temporal (tempo da enunciação, lugar do sujeito em relação ao que ele enuncia, coordenadas que fixam os instantes e amplitude do processo) com o fim de fixar o tipo de representação visada (CULIOLI, 1978 *apud* VIGNAUX, 1995, p. 580).

As operações aspectuais são constitutivas de um percurso enunciativo, desde um momento origem até um momento visado, esperado ou atingido (VIGNAUX, 1995, p. 580) e contemplam problemas em várias dimensões, tais como a diátese, quantificação e qualificação, modalidade, topologia do tempo e a referenciação em relação a um ponto de referência⁴³ (CULIOLI, 1999a, p. 147-158).

Segundo Rezende (2000, p. 106), as operações aspectuais executam modulações sobre conteúdos de pensamento colocados como pontos de referência no plano do que é predicado no enunciado, localizando-os no tempo e no espaço. Assim, segundo a autora,

todo processo enunciativo manifesta o empreendimento de um sujeito, agindo sobre estados de pensamento. É preciso colocar um estado de pensamento em relação predicativa inicial, mas isso apenas para ter a oportunidade de afirmar, em seguida, através de um jogo de pistas referenciais estratégicas, a singularidade de sua própria posição quanto a esse estado de pensamento, colocado em estado inicial (REZENDE, 2000, p. 106)

⁴³ A respeito da construção desse ponto de referência remete-se à Seção 1.5.2 deste trabalho.

2 O ADJETIVO

O adjetivo tem sido motivo de polêmica desde a definição da classe pela gramática clássica. As discussões em torno de critérios que definam uma classe homogênea permanecem nos estudos lingüísticos que, sob enfoques distintos, promovem a profusão de taxonomias que, em última instância remontam aos critérios empregados pela gramática clássica para definir a classe.

Trabalhos recentes propõem uma alternativa ao emaranhado de critério, taxonomias e procedimentos tradicionais. Nesses estudos a noção de classe é abandonada em favor de uma abordagem que se propõe a contemplar cada unidade na singularidade dos seus empregos.

Nesta Seção, recupera-se, em 2.1, o histórico da delimitação da classe; em 2.2, o tratamento do adjetivo nos estudos de gramática; em 2.3, a polêmica sobre os critérios que definem a classe dos adjetivos na tradição dos estudos lingüísticos; e, em 2.4, uma abordagem alternativa às anteriores que se propõe encontrar a identidade do adjetivo “grand”, em francês, em seus contextos de variação.

2.1 Histórico da delimitação da classe

A categoria que hoje se conhece como “adjetivo” foi definida pelos filósofos escolásticos, na Idade Média. Até então, ou se assumia, segundo as categorias definidas por Platão e Aristóteles, que os itens lexicais pertencentes a essa categoria eram “verbos”, porque sua função típica seria a predicação, ou se assumia, segundo as categorias definidas pelos Estóicos, que os itens lexicais pertencentes a essa categoria eram “substantivos”, porque flexionavam em número e caso, no grego e no latim (BORBA, 1971).

O estabelecimento, o reconhecimento e a definição de classes de palavras iniciou-se, na Grécia Antiga (século V a. C.), devido à preocupação de filósofos com a

categorização do léxico (NEVES, 2002). As teorias lingüísticas desenvolveram-se (século XIX) e, ainda hoje, a categorização do léxico é central para alguns modelos gramaticais.

As primeiras categorias lexicais foram definidas por Platão (429-347 a. C.) com base no *logos* (a proposição lógica, a expressão do juízo) quando a gramática ainda era vista como “parte da Filosofia”. Inicialmente, definiram-se duas categorias: “substantivos” e “verbos”. Desde então, outras categorias foram definidas ou reorganizaram-se as já existentes. Aristóteles (384-322 a. C.), por exemplo, definiu as “conjunções”, os estóicos, definiram os “artigos”, Dionísio o Trácio (fim do século II a. C.) definiu os “advérbios”, os “participios”, o “pronomes” e as “preposições”. Na *Téchnē grammatikē*, Dionísio o Trácio define as categorias da gramática com base em paradigmas gramaticais, incluindo as categorias anteriormente definidas com base no *logos*. Desde a sua concepção, esses paradigmas, instituídos como modelos de “boa linguagem”, já excluíam a variação no estudo das línguas. Essa tendência manteve-se na lingüística até a metade do século XX, quando alguns lingüistas se propuseram a estudar a variação, e não a excluir *a priori*. Citem-se, p.ex., os trabalhos de Labov sobre a variação no sistema e os trabalhos de Culioli sobre a articulação da linguagem com as línguas naturais.

A variação, entretanto, colocou dificuldades à definição de categorias lexicais desde a Antiguidade. Some-se a essa dificuldade a assunção etnocêntrica e equivocada da universalidade das categorias definidas pela gramática clássica, a assunção de critérios distintos e não explicitados de análise. Resumem-se essas dificuldades, basicamente, nas confusões decorrentes das intervenções dos sujeitos subjacentes às análises (REZENDE, 2000, p. 178), introduzindo a variação quando se pretendia excluí-la.

À semelhança do que ocorria na Antiguidade, a definição de classes de palavras com base em um ou outro critério nas diversas línguas naturais nunca perdeu seu caráter etnocêntrico. É amplamente aceita pelos lingüistas a universalidade da distinção entre “nomes” e “verbos” nas diferentes línguas particulares. Está na base dessa aceitação a distinção semântica entre referência (função semântica dos nomes) e predicação (função semântica dos verbos) (LYONS, 1977). “Nome” e “verbo” estariam

presentes em todas as línguas, ainda que no nível da estrutura profunda, segundo a gramática gerativa (CHOMSKY, 1965). “Nome”, “verbo” e “adjetivo” seriam três classes universais, segundo teorias funcionalistas e pragmáticas. Essas classes resultariam dos pareamentos prototípicos de três tipos semânticos (ação, objeto e propriedade) a três funções pragmáticas (predicação, referência e modificação) (CROFT, 1991). Do ponto de vista semântico, o verbo expressaria ação, o nome, objeto e, o adjetivo, propriedade. Já do ponto de vista pragmático, o verbo atuaria na predicação, o nome, na referenciação e, o adjetivo, na modificação (CROFT, 1991). As relações entre nome, verbo e adjetivo e seu valor semântico de um ponto de vista semântico e pragmático estão sintetizadas no Esquema 5.

verbo:	ação	⇔	predicação
nome:	objeto	⇔	referência
adjetivo:	propriedade	⇔	modificação

Esquema 5 - Pareamentos prototípicos de tipos semânticos e funções pragmáticas.

A universalidade das categorias lexicais encontra seus limites em línguas não-indo-européias. “A gramática geral trabalha apenas com as línguas indo-européias, nas quais a oposição verbo e nome é funcional, pré-codificada e claramente expressa na morfossintaxe” (AUROUX, 1984, p. 18). Em Lakhota (língua da tribo dos Sioux da América do Norte), entretanto, os adjetivos comportam-se morfossintaticamente como nomes e, em Dyrbal (língua aborígine australiana (DIXON, 1972)) e Quechua (língua falada nas montanhas andinas da América do Sul (WÖLCK, 1987), comportam-se morfossintaticamente como nomes. Em Salish (língua do noroeste da América do Norte), não se distinguem classes que possam ser rotuladas como “nome”, “verbo” ou “adjetivo”. Nessa língua, todas as palavras de conteúdo são predicados.

As causas limitadoras para a definição de classes, ainda que não tenham sido contempladas na sua totalidade, tornam-se irrelevantes diante do fato de que, e isso se pretendeu enfatizar, independentemente da abordagem teórica, definir um conjunto de

categorias fixas, estáveis e, o que é mais desafiador, universais, não surtiu alterações quanto ao que se pretendia ainda no século V a.C.: o estabelecimento, o reconhecimento e a definição de classes de palavras de caráter verdadeiramente universal.

Consciente das dificuldades de se trabalhar com categorizações lexicais e gramaticais, a TOE não toma como ponto de partida nenhuma categorização. O ponto de partida são entidades que precedem qualquer categorização: as noções. “Nome”, “verbo” e “adjetivo” tal como definem as gramáticas e as teorias lingüísticas são resultado de um conjunto de operações sobre as noções e assumem diferentes configurações morfossintáticas nas línguas. Citem-se, por exemplo, as diferenças entre línguas isolantes e flexionais. As primeiras não possuem flexão. Nessas línguas, as informações gramaticais expressas por flexão em línguas flexionais são expressas por palavras invariáveis. Nas línguas flexionais os morfemas são representados por afixos, como em português (PRIA, 2006). Cite-se, ainda, a dificuldade de definir verbo em português e inglês, considerando-se as diferenças paradigmáticas quanto à expressão de tempo, modo, número e pessoa.

Ressalte-se que, embora seja recorrente o emprego do termo “adjetivo”, neste trabalho, deve-se ao fato de se estar lidando com termos assim classificados pela tradição de estudos gramaticais e pelas teorias lingüísticas. Esse tributo que se faz, neste trabalho, a essa tradição de estudos gramaticais e lingüísticos, empregando-se o termo “adjetivo”, tem por finalidade estabelecer relações de diálogo entre esta tese e outros trabalhos recuperados ao longo da pesquisa aqui relatada. Afinal, ainda que se pretenda questionar a própria validade da categoria, faz-se necessário passar pela sua própria conceituação.

2.2 O adjetivo nos estudos de gramática

Entende-se por “estudos de gramática” as iniciativas de filósofos, filólogos e, mais tardiamente, de gramáticos de pensar fatos de língua e linguagem, cuja origem, no ocidente, encontra-se na Grécia Antiga. Foram esses estudos que subsidiaram,

durante muito tempo, qualquer discussão minimamente responsável sobre questões de língua.

A retomada desses estudos deve-se a dois fatores: (i) embora não apresente caráter científico, foram os estudos desenvolvidos no âmbito dessa abordagem de cunho mais filosófico e filológico do que “lingüístico”, em um sentido amplo do termo, que nortearam a maior parte dos trabalhos em lingüística, em um sentido agora estrito, seja porque seus pressupostos tenham sido negados, em detrimentos de novas pesquisas, seja porque seus pressupostos tenham sido incorporados às teorias lingüísticas; (ii) embora as especulações de origem praticadas pela gramática tradicional sejam rechaçadas pelas teorias lingüísticas, em grande parte estão presentes nessas teorias. A diferença, nesse caso, está mais na setorização dessa prática do que na mudança de atitude.

Faz-se, aqui, uma distinção entre Gramática Tradicional e Gramática Normativa (GN). A segunda embora seja tributária da primeira requer diferenciações pertinentes para que se esclareça o porquê das duas seções seguintes. A Gramática Tradicional, apesar das críticas que possa receber sobre a famigerada especulação de origem, ainda é fonte de reflexão sobre fatos de linguagem, talvez mais de língua do que linguagem (mas esse não é o foco aqui), e esteve inserida no contexto escolar até meados de 1950, quando se iniciou sua substituição pelas Gramáticas Normativas, menos reflexivas e mais doutrinadoras.

Na Seção seguinte, recuperam-se considerações de algumas Gramáticas Tradicionais quanto às suas considerações sobre o “adjetivo” e, na Seção posterior, recuperam-se as considerações da Gramática Normativa.

2.2.1 O adjetivo na Gramática Tradicional

Dentre os pressupostos da Gramática Tradicional está o conceito de classes de palavras, denominadas também de categorias gramaticais ou “partes-do-discurso”. O “adjetivo”, conforme retrata o histórico da Seção anterior, foi uma das classes de palavras delimitadas pela Gramática Tradicional.

Seguindo a tradição filosófica, a Gramática Tradicional via o adjetivo como modificador do substantivo e na função atributiva classificava-o, semanticamente, em **qualificativo e determinativo**.

Quanto à sua distribuição, a posição do adjetivo **determinativo** seria sempre antes do substantivo. Identificando-se adjetivos cuja posição fosse variável: anteposto seria *determinativo*, posposto, *qualificativos*. Citam-se os exemplos: “certa hora”; “hora certa”. O **explicativo** (enunciativo de uma “qualidade essencial”) viria anteposto ao substantivo: “lúcida inteligência”, “álgida frieza” e “cristalina transparência” (GÓIS, 1958, p. 30-32).

Quanto ao seu valor semântico, os adjetivos **qualificativos** modificariam a compreensão do substantivo. A qualidade expressa pelo adjetivo seria *acidental* ou *inerente* ao substantivo. Quando *acidental*, o adjetivo **qualificativo** se dizia **restritivo** e, quando *inerente*, **explicativo**. Já os adjetivos **determinativos**, subdivididos em: articulares, numerais, demonstrativos, possessivos, relativos, interrogativos e indefinidos, limitariam a extensão dos substantivos (PEREIRA, 1918, p. 83-84; BUENO, 1958). Citam-se os exemplos: “vários alunos”, “aquelas casas”.

As gramáticas normativas restringem o termo “adjetivo” apenas aos **qualificativos**, seja na posição anteposta seja na posposta ao substantivo e distribuem os **determinativos** em outras categorias: numeral, pronome (CEGALA, 1966), encerrando, assim, qualquer discussão sobre o assunto.

2.2.2 O adjetivo na Gramática Normativa

Baseando-se na identidade de forma, isto é, na identidade de “acidentes” flexionais, as Gramáticas Normativas incluíram “adjetivo e substantivo numa mesma classe – a dos nomes – distinguindo-os pela posição no sintagma nominal: o substantivo ocupa o núcleo do sintagma nominal. Assim, “um velho rico” e “um rico velho” são tomadas como expressões equivalentes independentemente da posição do adjetivo em relação ao substantivo e das diferenças de significado que possam apresentar (BORBA, 1996, p. 142-3). O adjetivo, segundo a Gramática Tradicional,

modificaria ou qualificaria (não se explica como) as entidades nomeadas pelo substantivo.

Essas gramáticas descrevem a classe em termos de flexão de gênero e número, nas suas relações de concordância com o substantivo, observando-se diferenças, por exemplo, entre “revolver falso” e “blusa falsa”. Nesse caso, o adjetivo flexiona gênero FALS-(O)-(A): “O” para masculino e “A” para feminino. A “blusa falsa” se pode opor “blusas falsas”. Nesse caso, o adjetivo flexiona número FALSA-(Ø)-(S): “Ø” para singular e “S” para plural. Em termos das funções sintáticas que a classe assume na constituição da frase, dois contextos distribucionais (ou sintáticos) são descritos para o adjetivo: (i) quando se relaciona diretamente com o substantivo “núcleo” do sintagma nominal, anteposto ou posposto ao substantivo: “comadres alegres”/“alegres comadres”; (ii) quando se relaciona com o substantivo pela mediação de um verbo: “A realidade é descomunal”; “Encontrei meu pai pensativo”; “Chamaram-lhe de medroso”. Em termos sintáticos, a função do adjetivo, em (i), denomina-se atributiva e, em (ii), função predicativa. E em termos de como a classe “acrescenta” propriedades ao substantivo indicam-se propriedades permanentes, necessárias, essenciais e inerentes etc. a alguns substantivos e circunstanciais, adventícias, aleatórias etc. a outros substantivos segundo os referenciais do gramático em relação ao que seria uma propriedade permanente e o que seria uma propriedade circunstancial.

Nessas gramáticas, afirma-se, por exemplo, que ninguém negaria que em “neve branca”, “branca” refere-se a uma propriedade essencial a “neve”. Esse caráter necessário quanto à brancura da neve se apresentaria de caráter duvidoso para um esquimó, uma vez que na cultura esquimó distinguem-se vários aspectos da neve, inclusive em relação a sua cor. Na esquimó, há neve vermelha, azul, lilás etc. Esses fatos colocam a dúvida: será que a brancura da neve é um essencial? Se “ter cor” for, então, definida como propriedade essencial, a neve não terá apenas cor, e questão permanece girando em torno de falsas questões, colocadas pela variação no tempo, no espaço e na cultura.

Embora não seja objetivo deste trabalho a discussão de questões de ensino-aprendizagem, questiona-se se os manuais escolares utilizados na formação de crianças e jovens não estão mais confundindo os estudantes e promovendo uma

limitação de raciocínio do que oferecendo encaminhamentos que ampliem o universo experiencial desses estudantes.

Segundo Ilari (1993, p. 41), a gramática tradicional, embora não dê conta de todos os usos possíveis de adjetivo, fornece um estereótipo útil. Esse estereótipo a que se refere Ilari (1993) será relevante para esta tese nos seguintes aspectos: (i) não só resgata a origem dos questionamentos no que refere aos adjetivos, mas também (ii) explicita que os referenciais dessa origem permanecem em trabalhos subseqüentes que já se dedicaram ao mesmo tema.

Na Seção seguinte, são retomados trabalhos cujo objeto de investigação também é o adjetivo. Será possível observar que, se a Gramática Tradicional fornece um estereótipo dos usos dos adjetivos, isso não é diferente em uma bibliografia que se dedica a essa questão de um ponto de vista lingüístico.

Nas seções subseqüentes à próxima Seção, o enfoque passa a ser trabalhos produzidos em um domínio supostamente menos especulativo do que aquele da Gramática Tradicional, nos últimos dez anos, em sua maioria. Será possível observar, nesses trabalhos, a permanência de concepções da Gramática Tradicional no estudo da semântica das línguas naturais, em geral, e, especificamente, no estudo da semântica do adjetivo.

2.3 O adjetivo na tradição dos estudos lingüísticos

Nesta Seção, apresenta-se uma síntese de trabalhos desenvolvidos na tradição dos estudos lingüísticos para o que, desde a tradição gramatical se denominou “adjetivo”. Esses trabalhos não rejeitam a noção de classe e, revendo alguns dos critérios utilizados pela tradição gramatical na definição da classe, apresentam uma reformulação à proposta inicial. Essa reformulação é caracterizada pela especificação de subclasses, promovendo uma profusão de taxonomias.

O conceito de categoria é o que tem orientado toda a pesquisa desenvolvida até então no que se refere ao estudo de uma gama variada de fenômenos gramaticais cujas diferenças são, em um primeiro momento, abstraídas em favor de uma

categorização homogeneizante. Em decorrência do padrão de cientificidade assumido pela lingüística quando da sua instituição, nessa bibliografia os dados analisados não são fatos de língua em si, mas o próprio conceito de classe que, em última instância, remonta à tradição gramatical. O procedimento metodológico adotado nessa bibliografia assume um sentido primeiro ou próprio para a unidade que é analisada isoladamente, abstraindo-se as variações que lhe são próprias em cada contexto de ocorrência.

A variação observada entre um valor definido *a priori*, isto é, um sentido primeiro ou próprio da palavra, e um valor verificado em uma ocorrência pontual é utilizada na validação dos critérios que definem a classe. Na impossibilidade de reformulação desses critérios com base em dados empíricos ou meta-dados formulados pelo lingüista, propõe-se a especificação de subclasses, reproduzindo-se o procedimento inicial, em detrimento da explicitação dos mecanismos que viabilizam ou restringem a variação dos valores da unidade em cada contexto, isto é, qual a invariante que sustenta a variação entre um sentido primeiro e os demais sentidos. A metodologia tradicional empregada no estudo do adjetivo abstrai das particularidades de cada sentido observado. Espera-se que essa abstração conduza à definição de um conjunto de classes de caráter universal.

Pria (2005) sistematiza a profusão de taxonomias e chega a uma síntese que evidencia uma convergência taxonômica. Em última instância, os critérios que definem as subclasses de adjetivos da língua portuguesa remonta à tradição lógico-filosófica e, ainda que sejam empregados critérios de natureza distinta, estão na base dessa taxonomia os critérios intensionalidade/extensionalidade, inerência/acidentalidade empregados desde a tradição gramatical quando se definiu a classe dos adjetivos como uma das categorias do pensamento. Assim, à profusão taxonômica que se encontra na literatura de especialidade no estudo do adjetivo, na tradição dos estudos lingüísticos, parece se aplicar a afirmação de Rezende (2000, p. 25) de que “a profusão de rótulos é sempre grande em domínios em que mudanças substanciais não existem” (REZENDE, 2000, p. 25). Essa desarticulação entre *léxico e gramática* (REZENDE, 2000) ou entre *seqüência e contexto* (FRANCKEL, 1998) não está presente apenas no estudo do adjetivo. É um procedimento mais abrangente que se encontra na maior parte das pesquisas lingüísticas. Segundo Rezende (2000, p. 12), “no enfoque estático, a

proposta de que a linguagem seja determinada e o conceito de sintaxe dela derivado separam léxico e gramática”.

Para a pesquisa que se descreve nesta tese, a bibliografia que consta da Seção seguinte tem por finalidade:

- a) evidenciar os diferentes critérios estabelecidos na definição da classe e de suas subclasses, a falta de consenso no estabelecimento de critérios que definam a classe e a conseqüente profusão de taxonomias que resulta dessa falta de consenso nos trabalhos que tomam o adjetivo como objeto de estudo e
- b) evidenciar a amplitude do que já se produziu sobre o adjetivo na língua portuguesa para demarcar **em que medida se está propondo, nesta tese, uma reorientação quanto aos procedimentos utilizados na investigação do adjetivo nessa língua.**

A finalidade da Seção seguinte, nesta tese, não é, portanto, fomentar a polêmica sobre a adequação de um ou outro critério na definição da classe para que, ao final se estabelecessem mais critérios e, conseqüentemente, mais polêmica, mas expor a polêmica de modo a justificar a proposta desta tese, isto é, a proposta de uma metodologia alternativa que não se limite ao estabelecimento de critérios que abstraíam dos usos de cada ocorrência, mas, considerando cada uso em toda a sua particularidade, encontre invariantes que sustentem toda a variação identificada nas configurações construídas de uma mesma unidade.

2.3.1 A delimitação de critérios definidores da classe dos adjetivos

A bibliografia que consta desta Seção tem como objeto de estudo a realização do adjetivo em língua portuguesa. Isso não significa que não tenha sido investigada uma

bibliografia de obras que contemplam outras línguas, como o espanhol, o francês e, principalmente, o inglês. Entretanto, as bases teórico-metodológicas que subsidiam os trabalhos voltados à língua portuguesa estão em trabalhos desenvolvidos para outras línguas, principalmente a língua inglesa. Assim, ainda que indiretamente, estão sendo recuperados, neste trabalho, os procedimentos e as descobertas de um conjunto de pesquisas que não contempla especificamente a língua portuguesa.

Ilari (1993) propõe uma reformulação dos critérios definidores da classe dos adjetivos com base em conceitos da lógica. Para o autor, o critério extensional adotado pela Gramática Tradicional para definir a classe dos adjetivos não contempla todos os usos da classe. Segundo Ilari (1993),

- a) ao uso do adjetivo na função de predicativo do sujeito a gramática clássica fazia corresponder uma afirmação de inclusão: supondo que o sujeito e o predicado são expressões nominais, o conjunto de objetos expresso pelo sujeito estaria sempre contido no conjunto de objetos expresso pelo predicado; por exemplo, a sentença “*todo paulista é brasileiro*” afirmaria que o conjunto dos paulistas está contido no conjunto dos brasileiros.
- b) o uso do adjetivo em função de adjunto seria por sua vez uma maneira de definir a intersecção dos conjuntos denotados pelo nome e pelo adjetivo; assim a expressão “romance machadiano” definiria o conjunto de objetos que são simultaneamente romances e machadianos, isto é, escritos por Machado de Assis, e a expressão “pássaro preto” delimitaria um sub-conjunto a partir de dois conjuntos de objetos: o dos pássaros e o das coisas, animais etc. pretos (ILARI, 1993, p. 41).

A abordagem tradicional estaria equivocada, segundo as colocações de Ilari (1993), porque representa o adjetivo como delimitando extensões e associa à função sintática de adjunto uma operação de multiplicação de classes. Esse critério não daria conta dos adjetivos em geral. Haveria adjetivos que não operariam sobre extensões, isto é, sobre conjuntos de objetos, mas sobre intensões dos nomes, isto é, sobre as propriedades de um substantivo. Dentre os adjetivos que não poderiam ser definidos segundo o critério extensional, o autor cita: “pretense” e “suposto”, em exemplos como “pretensa autoridade” e “suposto comunista”. Os adjetivos “pretense” e “suposto” não poderiam ser predicados diretamente do sujeito, como em: “Pedro, enquanto comunista

é pretense/suposto”, e introduz o critério intensional, sugerindo que esse critério seja empregado na definição da classe. Para o autor, esse critério seria adequado a derivar a propriedade “suposto comunista” das propriedades expressas por “suposto” e “comunista” (ILARI, 1993).

Segundo Ilari (1993), uma alternativa adequada à definição de subclasses de adjetivos poderia se pautar em outros dois critérios da lógica: sincategorematicidade e categorematicidade.

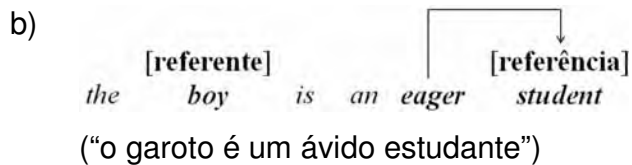
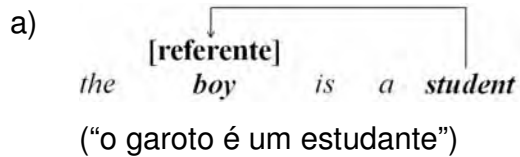
Borges Neto (1991) desenvolve a hipótese de Ilari (1993), associando esses critérios a outros três critérios da lógica. Borges Neto (1991) sintetiza no conceito de “transferibilidade” quatro critérios para o estudo do comportamento semântico do adjetivo, no português: inerência/acidentalidade; intensionalidade/extensionalidade; modificação de referente/modificação de referência e categorematicidade/sincategorematicidade.

Esses conceitos são retomados de Bolinger (1967), Vendler (1968) e Zuber (1973), que tentam, registre-se, classificar as relações semânticas estabelecidas pelos adjetivos na língua inglesa. Seus *corpora* de análise se compõem de sintagmas adjetivais que se realizam apenas na função de predicado, como em “The boy is an eager student” (“o garoto é um ávido estudante”) ⁴⁴, nunca na função de sujeito, como em “an eager student won the challenge” (“um ávido estudante venceu o desafio”).

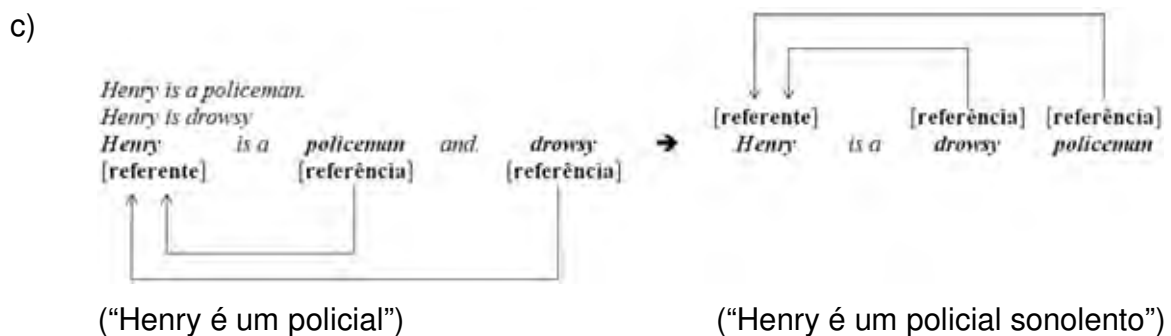
A oposição inerência/acidentalidade é proveniente de Bolinger (1967) e baseia-se no fato de que alguns adjetivos expressam qualidades temporárias (AQT), como em “the girl is faint” (“a garota é frágil”), enquanto outros expressam qualidades não-temporárias (AQNT), como em “the girl is foolish” (“a garota é tola”). AQT não poderia ocorrer em função predicativa (*“the faint girl” – “a frágil garota”). Já AQNT ocorreria nas funções predicativa (“the girl is foolish” – “a garota é tola”) e atributiva (“the foolish girl” – “a garota que é tola”). Essa proposta seria um caminho alternativo ao consenso gerativista (na época, década de 60) de que adjetivo em função atributiva resulta de transformações generalizadas (CHOMSKY, 1957) ou transformações de relativas (CHOMSKY, 1965).

⁴⁴ Mantiveram-se os exemplos originais, em língua inglesa, tal como constam de Borges Neto (1991). Apresenta-se uma possível tradução para a língua portuguesa.

A oposição **modificadores de referente/modificadores de referência** também é proveniente de Bolinger (1967). Adjetivos em função predicativa seriam modificadores de referente (a). Já em função atributiva seriam modificadores de referência (b).



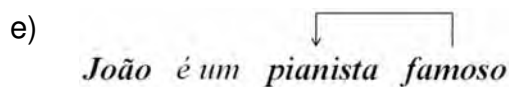
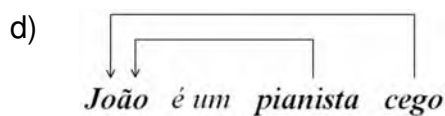
Em (a), “student” modificaria o referente de “boy” e, em (b), “eager” modificaria a referência estudante. Poderiam ocorrer casos de atributo modificador de referente resultantes da redução de conjunção de predicativos (c).



Segundo Bolinger (1967), em “Henry is a drowsy policeman” (“Henry é um policial sonolento”), não se poderia dizer que “Henry” é sonolento (“drowsy”) apenas enquanto policial (“policeman”). “Henry” seria sonolento e policial.

Essa proposta é questionável quanto às restrições que coloca à atividade de linguagem. Ora se estabelece relação entre linguagem e mundo exterior ora essa relação é vedada. Outra questão importante para o estudo da linguagem é a relação entre os elementos que compõem um enunciado, na construção de um conteúdo. Essa análise pressupõe a independência de elementos lexicais em relação a outros elementos lexicais e gramaticais, analisando-os individualmente.

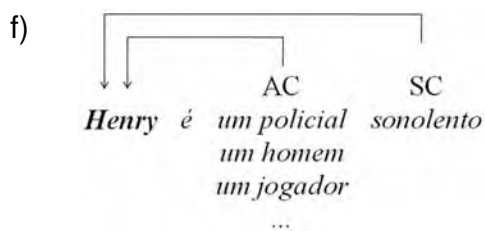
A oposição categoremático/sincategoremático é proveniente de Zuber (1973) e baseia-se no fato de que adjetivos categoremáticos (CA) teriam seu sentido estabelecido independentemente do sentido do nome ao qual se ligam (d), enquanto adjetivos sincategoremáticos (SC) teriam seu sentido intimamente ligado ao sentido do nome (e).



Em (d), “cego” estaria ligado a “pianista”, mas modificaria “João”. Em (e), “famoso” estaria intimamente ligado ao sentido de “pianista” e, por isso, “João” só seria famoso enquanto “pianista”.

A “transferibilidade” definida por Borges Neto (1991) como denominador comuns das propostas de Bolinger (1967) e Zuber (1973) assume a independência entre os componentes de um enunciado. Borges Neto (1991) assume que, em (3), “drowsy” é independente de “policeman”, justificando que “drowsy” e “policeman” seriam

predicados do mesmo nível. Aplicando o conceito de “transferibilidade”, imbuído de concepções questionáveis, ao português, em (f), *sonolento* seria transferível de um nome a outro, desde que os nomes se referissem a “Henry”. Em suma, os adjetivos categoremáticos (ou modificadores de referente) seriam transferíveis, porque modificariam ora o referente ora a referência. Os sincategoremáticos, enquanto modificadores de referência seriam não-transferíveis.



O que está na base da distinção **categoremático/sincategoremático** são as instâncias **intensionalidade** e **extensionalidade**. A **extensionalidade** é a operação sobre objetos. Na frase “Henry is a drowsy policeman”, os dois adjetivos colocariam Henry em classes: a dos “policeman” e a dos “drowsy”. Em “Henry is an eager student”, o adjetivo “eager” seria **intensional** porque operaria sobre “student,” que seria uma propriedade de “Henry”.

A classificação **categoremático** e **sincategoremático** esbarra em problemas de interpretação decorrentes dos procedimentos que emprega. Por exemplo, em “Pedro é um senador honesto”, torna-se ambíguo saber se “Pedro é honesto” apenas enquanto “senador” ou se é “honesto” enquanto cidadão e, possivelmente, como “senador”. Segundo Borges Neto (1991), às vezes, a anteposição do adjetivo elimina essa ambigüidade. Em “Pedro é um honesto “senador”, a anteposição tornaria “honesto” sincategoremático, mas isso não seria possível em relação a “Luiz é um professor competente”. Aqui tanto “professor competente” como “competente professor” expressariam sincategorematicidade.

Diferentemente de Ilari (1993) e Borges Neto (1991) que se pautam em critérios da lógica, Borba (1996) parte de uma definição distribucional para a delimitação da

classe dos adjetivos, segundo a hipótese de que o adjetivo é um predicado na estrutura profunda. Suas funções sintáticas de atributo e predicativa seriam derivadas dessa estrutura profunda. Os valores semânticos da categoria são definidos a partir de uma tipologia de valores definida *a priori* segundo os critérios **qualificação** e **classificação**. Os valores, segundo o autor, dependeriam da colocação da palavra em cada contexto/situação (BORBA, 1996, p. 156).

Os **qualificadores** atribuiriam ao nome uma determinada propriedade ou uma qualificação dependente de julgamento pessoal (“subjativa”) e se incorporariam à natureza do nome, como se constituíssem um traço dele. A amplitude na distribuição dos adjetivos pertencentes a essa classe estaria em poderem configurar tanto em posição predicativa como adnominal, ocorrer tanto pós- quanto prenominalmente posição adnominal.

Segundo Borba (1996), são necessárias compatibilidades de traços semânticos entre o adjetivo e o nome e compatibilidades entre o adjetivo e as relações lógicas estabelecidas com toda a oração. Esses requisitos implicariam muitas restrições contextuais à classe. Em “vaca esperta”, por exemplo, seria atribuído a “vaca” um valor subjetivo por meio do adjetivo “esperta”. Para o autor, a característica esperteza é um traço de seres capazes de raciocinar, mas a relação entre o adjetivo “esperta” e o nome “vaca” não implicaria restrições semânticas, ao contrário do que aconteceria em “*mesa esperta”, porque, nesse caso, o adjetivo “esperta” e o nome “mesa” teriam incompatibilidades semânticas. Rapidamente, o autor conclui que somente seres animados teriam traços semânticos compatíveis com os do adjetivo “esperta” e por isso poderiam ser por ele modificados.

Com relação as **classificadores**, segundo Borba (1996), não expressam propriedade, são definitórios, apenas colocam o nome numa classe objetivamente. Distribucionalmente, a maioria dos adjetivos dessa classe ocorreria em posição pós-nominal.

Borba (1996) especifica uma tipologia dos valores semânticos para os adjetivos que se incluíam em cada uma das subclasses que propõe para a categoria maior. Essa tipologia, tendo em vista que apenas rotula termos segundo uma variabilidade de valores semânticos mais se aproxima dos procedimentos da Gramática Tradicional.

Borba (1996) não explicita as bases que fornecem os critérios empregados em seu trabalho. Ao empregar termos oriundos de diferentes abordagens e concepções da pesquisa em semântica, infere-se que o autor não se valeu de uma única fonte para a definição de critérios que definissem a categoria dos adjetivos. A obra sugere que critérios de diferentes domínios foram empregados na medida em que em poderiam ser utilizados pelo autor para fornecer alguma explicação aos valores do adjetivo em seus usos.

Segundo Borba (1996), dentre os **qualificadores** encontram-se adjetivos que indicam: **dimensão, medida, volume, os avaliativos e os emotivos**; dentre os **classificadores**, encontram-se adjetivos que indicam: **nacionalidade**, os de **forma geométrica** e os **circunstanciais**, que se subdividiriam em **locativos, temporais, instrumentais, causativos e modais**.

Propondo um “refinamento” da tipologia de valores semânticos para adjetivos qualificadores, o autor passa a listar quais adjetivos se poderia incluir em cada uma dessas classes tipológicas de valores semânticos. Entre os adjetivos **avaliativos** estariam: “lamentável”, “terrível”, “justo”, “bom”, “útil”, “correto”. Esses seriam sempre **qualificadores**, porque expressariam “uma apreciação subjetiva do conteúdo nominal por parte do falante” (BORBA, 1996, p. 184). Entre os **sensoriais** estariam: “doce”, “claro”, “escuro”, “sonoro”, “picante”, “perfumado” etc.. Esses adjetivos, segundo o autor, se encarregam de “traduzir” “sensações percebidas pelos sentidos” (BORBA, 1996, p. 185).

Nas considerações de Borba (1996), todos os adjetivos listados acima expressariam propriedades sendo, portanto, **qualificadores**, mas, paradoxalmente, em certos contextos passam a **classificadores**. Borba (1996) apresenta ainda uma tipologia de valores semânticos para os adjetivos **classificadores**. Dentre os adjetivos **pátrios** estariam: “chileno”, “canadense” etc.. Dentre os adjetivos de **forma geométrica** estariam: “oval”, “hexagonal” etc. Adjetivos que apresentassem esses valores, segundo Borba (1996), teriam distribuição fixa pós-nominal.

Segue a tipologia de Borba (1996) para os adjetivos classificadores. Os adjetivos **circunstanciais** formariam uma subclasse dos **classificadores** e seriam provenientes

de função adverbial subjacente expressa por um sintagma preposicional ou não. Em sua distribuição, seriam encontrados pós-nominais.

Subespecificando a tipologia de valores para os adjetivos circunstanciais, Borba (1996) informa que estariam nesse grupo adjetivos que apresentassem valores:

- a) Locativo: “traumatismo craniano” (< “que ocorreu no crânio”), “fabricação caseira” (= “feita em casa”), “orla marítima” (= “que fica à beira do mar”), “corte superficial”, “entrada lateral”;
- b) Temporal: “publicação mensal” (= “feita por mês”), “reunião anual”, “encontro semanal”, “reajuste semestral”;
- c) Instrumental: “conversa telefônica” (= “por telefone”), “resposta telegráfica”, “trabalho braçal”; e
- d) Causativo: “doença tropical” (“causada pelo clima dos trópicos”).

Retomando a distinção que já se encontra na Gramática Tradicional, Borba (1996) afirma, quanto aos adjetivos que indicam cores, que “em seu valor primeiro e denotativo” “são adjetivos **qualificadores** – camisa verde, lápis preto, lenço roxo”; “em seu valor derivado (metafórica ou metonimicamente)” seriam **classificadores**: “partido verde”, “voto branco”, “regime vermelho” (p. 186).

Borba (1996, p. 181) também trata dos “itens fixos”, no grupo dos adjetivos **classificadores**. Corresponderiam a essas expressões: “jornal local”; “casa térrea”; “escola estadual”; “tarifa postal”; “aparelho circulatório”.

Seguindo a classificação de Borba (1996), Neves (2000) também apresenta uma tipologia de valores semânticos para os adjetivos definidos pela tipologia qualificadores/classificadores. Nesse, caso, entretanto, os valores semânticos dos adjetivos são expressões em termos de valores **modalizadores e avaliativos**. Segundo a autora, esses valores poderiam ser de modalização epistêmica (“É possível que eu o veja”) ou deôntica (“É obrigatório ter suco na merenda”). Em se tratando de valores avaliativos, poderia se tratar de avaliação psicológica, nesse caso estariam (e não nos

demais?) em relação com o estado psicológico do falante – (“Tinham impressionante ar de família), avaliação de propriedades intensionais que descreveriam o substantivo (“O negrão é grande mas não é dois”) e avaliação de termos lingüísticos (“Temos o clássico exemplo do que poderia acontecer”).

Na tipologia de valores semânticos expressos por Neves (2000) para adjetivos classificadores estariam aqueles que comportam prefixos de valor numérico (“ácidos poliinsaturados”, “propósitos ambivalentes”), adjetivos derivados de nomes próprios (“método machadiano”) e adjetivos que expressam noções adverbiais (“de 1924 a 1933 o mundo científico internacional...”, “eu ficava oculto no capão próximo e...”, “...comecei essa viagem mensal...”).

Nunes-Pemberton (2000), ao estudar exclusivamente a anteposição do adjetivo no sintagma nominal, na língua portuguesa, parte de uma tipologia de valores semânticos segundo três critérios: **quantificação**, **dêixis** e **intensificação**. Esses critérios são de natureza sintática e enunciativa, cujas bases encontram-se na Gramática Gerativa e na proposta de Fiorin (1997), respectivamente.

Os **quantificadores** são subespecificados em termos de três tipos de valores: (i) aqueles que estabeleceriam a quantidade de elementos que compõe o grupo denotado pelo nome, não apresentando pressuposição de existência, podendo ocorrer na posição de sujeito, na qual pode ter escopo largo (“inúmeros/diversos alunos comeram duas pizzas”); (ii) aqueles que introduziriam leitura de grupo (específica ou não-específica) seja na posição de sujeito ou objeto, tendo na segunda escopo estreito ou largo sobre GQPs, CQPs e DQPs⁴⁵ em posição de sujeito (“tem determinados/certos livros de biologia que alguns alunos leram”); (iii) predicados que favoreceriam leitura distributiva teriam adjetivos que estabelecem a quantidade de elementos que compõe o grupo denotado pelo nome (“diferentes/variados gourmets experimentaram algumas tortas”), mas, em predicados que não oferecessem leitura coletiva, o adjetivo selecionaria nomes que se referem a subtipos na formação de um sintagma (“diferentes/variados (tipos de) animais latem”).

⁴⁵ QP = “quantifier phrase” (“sintagma quantificado”); GQP = “group-denoting QP” (“denotação de grupo”); CQP = “counting QP” (“quantificação sobre contáveis”) e DQP = “distributive-universal QP” (“quantificação distributiva universal”).

O valor dos adjetivos **dêíticos** seria o de localizar entidades no espaço físico ou lingüístico (“na próxima avaliação ... eu pergunto”) e no tempo cronológico ou lingüístico (“nem me lembro a última vez que comprei”). Esses adjetivos ficariam restritos à dêixis enunciativa quando antepostos (“pelo menos nos últimos anos”).

Por fim, o valor semântico dos adjetivos **intensificadores** (“falava-se do alto custo de vida”) seria expresso por uma qualidade de forma intensificada. Mais do que atribuir uma propriedade ao nome, esses adjetivos “intensificariam” tal propriedade.

O valor dêítico a que se refere Nunes-Pemberton (2000) foi definido por Fiorin (1997). Esse autor parte de critérios enunciativos para a definição de subclasses de adjetivos. A primeira distinção feita pelo autor é entre adjetivos **temporais** de adjetivos **de idade**. Segundo Fiorin (1997, p. 6), adjetivos temporais “dizem respeito ao tempo cronológico, ou seja, à idade físico-biológica (número de unidades de tempo transcorridas ou quantidade de tempo passada) de seres animados ou não animados”. Já os adjetivos de idade, segundo o autor, “concernem ao tempo lingüístico, ou seja, situam os eventos em relação ao momento da enunciação” que está relacionado a um contexto discursivo.

Segundo Fiorin (1996), existiriam adjetivos homônimos que, ora seriam temporais, ora de idade. O autor exemplifica essa variação com o adjetivo “velho” que, posposto, exprimiria idade em sentido estrito (“um homem velho”). Já a anteposição (“um velho amigo”) indicaria que “não se fala da idade do amigo em sentido estrito, mas da duração da amizade” (p. 6). Segundo Fiorin (1996), é “a posição do adjetivo [que] permite distinguir esses dois valores semânticos” (p. 6).

Outros dois valores que, segundo Fiorin (1997), definiriam subclasses de adjetivos seriam: o **genérico**, que definiria adjetivos que não seriam precisos em descrever uma quantidade de tempo (“novo”, “idoso”, “velho”, “jovem”), e o **específico**, que definiria adjetivos que determinariam uma quantidade de tempo (“centenário”, “secular”, “milenar”) com “precisão”. Outro valor que definiria subclasses de adjetivos seria referir-se a tempo lingüístico. Assim, haveria adjetivos enunciativos, enuncivos e adjetivos que acumulariam características enunciativas e enuncivas. Os **enunciativos** se definiriam por expressarem: (a) anterioridade: passado (“na última parte... das aulas de Terça-feira **passada** tinha muito pouca gente”); (b) concomitância: atual,

presente (“de maneira que o avião acaba sendo o meio de transporte... único possível nas **atuais** circunstâncias”); e (c) posterioridade: próximo, futuro (“se o **próximo** animal (que eu) preciso caçar é um cavalo eu vou”) (FIORIN, 1997).

Os adjetivos enuncivos se definiriam por indicar anterioridade ou posterioridade em relação a marcos pretéritos ou futuros. Seriam definidos como enunciativos-enuncivos adjetivos que, além de indicar a situação do evento em relação a um marco temporal presente, pretérito ou futuro, indicassem também um valor crônico. Esses adjetivos se definiriam por expressarem: (a) anterioridade, “velho”, “antigo”; (b) concomitância: “contemporâneo”, “moderno”, “novo”; e (c) posterioridade: “imminente”, “imediatto”.

Depois de observada a dificuldade em se estabelecer critérios consensuais que definam a classe dos adjetivos ou suas subclasses, na Seção seguinte, discute-se a dificuldade de se definir critérios para a inclusão do adjetivo FALSO em uma subclasse.

2.3.2 O adjetivo FALSO

O adjetivo FALSO encontra-se, segundo Ilari (1993) entre os adjetivos que não poderiam ser definidos segundo o critério extensional da Gramática Tradicional. Segundo o autor, seria mais adequado empregar o critério intensional na definição da subclasse que inclui FALSO. Para o autor, esse critério seria adequado a derivar a propriedade “falso comunista” das propriedades expressas por “falso” e “comunista” (ILARI, 1993) e explicaria o porquê FALSO não poderia ser predicado diretamente do sujeito, como em: “Pedro, enquanto comunista é falso/suposto”.

Considerando esse fato de FALSO não poder ser predicado diretamente do sujeito, Mória (1992) o inclui na subclasse dos adjetivos que denotam funções e estabelece o seguinte critério para a inclusão de FALSO nessa subclasse: se uma frase como “SN é um N ADJ” implica a verdade de uma frase como “SN não é um N”, o adjetivo que nelas ocorre denota uma função. Caso contrário, o adjetivo não pertence a

esta classe. O autor propõe a seguinte formalização para esse comportamento anti-restritivo: “ $AN(x) \rightarrow \neg N(x)$ ”⁴⁶.

Segundo Mória (1992), FALSO seria um exemplo típico da subclasse dos adjetivos que denotam função. O autor cita o exemplo: “Este quadro é um {falso Picasso/Picasso falso}”. Para o autor, a verdade dessa frase implicaria necessariamente a verdade de “Este quadro não é um Picasso”. O valor do adjetivo FALSO corresponderia a um valor lógico de negação (de pertença a uma classe). Assim, a verdade de uma expressão com a forma [falso N (x)] implicaria necessariamente a falsidade de [N(x)].

A inferência que Mória elabora para a interpretação da frase “Este quadro é um {falso Picasso/Picasso falso}” não faz distinção quanto à posição do adjetivo em relação a “Picasso”. Ao ignorar as possíveis diferenças interpretativas que a posição do adjetivo pode promover, Mória (1992) adota um procedimento que não se distingue daquele praticado pela Gramática Normativa⁴⁷. Embora desenvolva uma análise segundo uma orientação formalista, Mória (1992) apresenta algumas considerações sobre o emprego do adjetivo FALSO que, devido à metodologia empregada pelo autor não dispõe de meios para administrar. Para o autor, embora falso apresente um valor lógico, também pode apresentar outros valores, designados pelo autor como “valores lexicais próprios da expressão”. Vejam-se esses valores: “X tem a aparência de N” ou “X pode ser confundido com N”, isto é, que, aparentemente, [N(x)] é uma proposição verdadeira. A partir dessas constatações, afirma o autor, seriam possíveis inferências como: “nem tudo o que não é um Picasso é um falso Picasso” ou “um falso Picasso tem outras propriedades para além da de não ser um Picasso”.

Apesar da uma aparente similaridade entre os adjetivos FALSO e “suposto” a que se refere Ilari (1993), Borba (2002) define esses adjetivos segundo critérios distintos: considera “falso” como um classificador, enquanto “suposto” seria um qualificador. A inclusão de um ou outro adjetivo em uma mesma subclasse, empregando-se os critérios definidos para adjetivos classificadores e qualificadores encontra seus limites nos próprios empregos que se fazem dessas palavras.

⁴⁶ “(x)” indica uma variável de predicado, “ \rightarrow ” indica inferência e “ \neg ” indica a negação do predicado.

⁴⁷ A respeito desse procedimento na Gramática Normativa, remete-se à Seção 2.2.2.

Segundo Ferreira (2003), a delicadeza dos limites entre qualificadores e classificadores fica ainda mais evidente quando se comparam os empregos de suposto e falso. Para o autor, assim como não se poderia dizer que “uma arma falsa” seja uma “arma”, também não se poderia dizer que “uma suposta arma” seja uma “arma”, o que invalidaria critérios que incluem esses adjetivos em subclasses distintas, tal como se encontra em Borba (2002).

Ferreira (2003) compartilha do critério definido por Ilari (1993) para a inclusão de Falso em uma subclasse. Entretanto, procede a distinção de um segundo critério para a definição do valor desse adjetivo que, segundo o autor, teria funcionamento de modificador do significado ou intensão dos nomes, tal como prevê Ilari (1993), e funcionamento de caráter qualificativo, ou seja, esses critérios incluiriam o adjetivo FALSO em duas subclasses de valores semânticos segundo dois empregos possíveis. Segundo Ferreira (2003), em “falso médico”, não seria possível a correlação de “ADJ+N” com “N é ADJ”. FALSO, nessa ocorrência, não se definiria pelo critério qualificação. Entretanto, FALSO se definiria com um valor qualificativo, em “o médico é falso”. O adjetivo em questão possibilitaria a realização de uma estrutura predicativa em decorrência de uma mudança de significado. Assim interpreta Ferreira (2003): “o indivíduo referenciado e modificado pelo adjetivo pode ter qualificação para a profissão, a propriedade designada é outra: trata-se, neste caso, do seu “caráter moral””.

Como se pode observar, há falta de consenso na definição de critérios que definiam a classe dos adjetivos, mas há também falta de consenso na definição de critérios que definam a inclusão do adjetivo FALSO em uma subclasse.

Na Seção seguinte, apresenta-se uma síntese de uma pesquisa, cujos objetivos distinguem-se daqueles descritos até este ponto da tese. Franckel e Vogüe (2002) propõem-se a extrair os princípios de variação semântica de um único adjetivo: GRAND, na língua francesa, tomando por base uma hipótese sobre o que constitui a sua identidade. A pesquisa desenvolvida pelos autores foi conduzida segundo os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria das Operações.

2.4 Identidade e variação do adjetivo “grand”

Segundo Franckel e Vogüe (2002), a atenção já dispensada pela pesquisa ao adjetivo GRAND, em particular, os tratamentos lexicográficos, privilegiam um sentido primeiro ou próprio, aquele no qual GRANDE tem um valor espacial relacionado à altura e aos seres verticais e, particularmente relacionado aos seres humanos. Segundo os autores, um exemplo prototípico do emprego desse adjetivo seria: “Pierre est grand”⁴⁸. Nesse caso, “Pierre” é compreendido como um humano e sua altura é dada como sendo relativamente elevada. Franckel e Vogüe (2002) concluem: essa é a imagem que GRAND evoca quando é tomado isoladamente.

Para Franckel e Vogüe (2002), “ser grande” não é somente um problema de altura. Segundo os autores, quando se atribui tal predicado a uma pessoa (“ela é grande”), pode-se entender que houve um elogio. Em um ambiente escolar, por exemplo, quando se atribui esse predicado a alguém, pode-se entender que houve a intenção de estabelecer um objetivo a ser atingido pelas crianças, isto é, o objetivo de ser superior, de ter maturidade. Outra possibilidade colocada por Franckel e Vogüe (2002), para uma consideração isolada do predicado, é poder evocar o sublime (a partir de GRAND constrói-se “grandioso”) ou marcar a elevação espiritual (em se tratando de uma instância divina).

Segundo os autores, embora a pesquisa tradicionalmente formule suas hipóteses teóricas com base na observação dessas variações, a situação é mais complexa. Do ponto de vista espacial, por exemplo, GRAND pode ter um valor multidimensional. Não havendo garantias de que o adjetivo descreva o volume da entidade. Segundo Franckel e Vogüe (2002), GRAND será muito mais percebido como determinando um espaço cujas delimitações são pouco restritivas e no qual alguma coisa se sente à vontade para se movimentar com liberdade. Os autores propõem que se imagine, por exemplo, alguém cujos braços se distanciam e marcam que em todas as direções os limites estão distantes. Um enunciado prototípico para essa situação seria: “La maison est grand”⁴⁹.

⁴⁸ Sugere-se a seguinte tradução para o português: “Pedro é alto”.

⁴⁹ Sugere-se a seguinte tradução para o português: “A casa é grande”.

Na tentativa de reconstruir situações nas quais esse enunciado poderia ser proferido, os autores vislumbram um locutor olhando a casa de seu interior para descrever seu espaço interno, comparando volumes. Franckel e Vogüe (2002) concluem: GRAND tem valor espacial antes que se faça considerações a respeito de volume.

Pautando-se nessas considerações, Franckel e Vogüe (2002) sustentam que não cabe à pesquisa que desenvolvem vislumbrar em que medida um protótipo é mais protótipo que outro para se chegar a uma compreensão de fatos relacionados a GRAND. Segundo os autores, a característica mais marcante de GRAND é precisamente oferecer a oportunidade de que cada uma das suas configurações, por mais distintas que sejam, se realizem. Franckel e Vogüe (2002) elaboram, assim, uma forma esquemática para dar conta dos valores e empregos desse adjetivo. Essa forma, segundo os autores, será suficientemente plástica e suficientemente restritiva para viabilizar algumas deformações e bloquear outras.

Para chegar à elaboração dessa forma esquemática, Franckel e Vogüe (2002) partem dos seguintes exemplos: (1) “le grand jour”; (2) “un grand jour”; (3) “trois grands jours”; (4) “il faisait grand jour”; (5) “au grand jour”⁵⁰. Segundo os autores, identificam-se: em (1) e (2), a duração do referente, o tempo de que se dispõe. Configura-se qualitativamente a duração dessa disponibilidade: um dia separado como tal (da média dos dias); um dia excepcional, memorável, distinguido; em (3), há uma limitação quantitativa do tempo; em (4), há um ponto distante dos limites ou fronteiras iniciais do dia, distante da sua posição, que é a noite. Não se trata de uma ocorrência particular de dia. Trata-se de um ponto no tempo com uma grande quantidade da qualidade “dia”; em (5), há desvelamento, isto é, passagem do obscuro e secreto para o claro e o explícito, passagem de um lado para outro.

Segundo Franckel e Vogüe (2002), essas caracterizações do referente da expressão Det+A+N expostas de (1) a (5) dizem respeito à variação de “dia”. GRAND avalia um traço do referente em questão e marca o grau de singularidade da ocorrência particular de JOUR em cada ocorrência, colocando em cena três parâmetros: (i) um referente (Ref), tal que: Ref(Det+A+N); (ii) um traço com valor variável X; (iii) o valor que

⁵⁰ Mantiveram-se as formulações originais. Sugerem-se as seguintes traduções para o português: (1) “o grande dia”; (2) “um grande dia”; (3) “três grandes dias”; (4) “faz um grande dia”; e (5) “no grande dia”.

esse traço recebe no caso do referente X(Ref). Retomando as formulações de (1) a (5), os autores afirmam que N (“dia”) determina Ref(Det+A+N). Nesses casos, “dia” designa um momento de vida particular, que é o de um dia particular: (a) “dia” determina X(Ref) – duração de um dia (em 1, 2 e 3); (b) “dia” determina X (ele próprio), que é um traço de diurno – “um estado de coisa”, em (4). X é o traço que GRAND avalia de “dia”. Assim, chega-se a: X(Ref) é o que resulta da avaliação marcada por GRAND. Esse resultado será: em (1) e (2) o grau de singularidade da ocorrência particular de “dia”; em (3), a extensão da duração dos três dias evocados; em (4), o caráter mais ou menos exposto, claro, visível da situação descrita. Em (5), o emprego do adjetivo diferencia-se de (1) a (4). As relações de X com Ref acarretam efeitos variáveis de avaliação. Em (5), quanto mais o “dia” (“a luz”) for grande, mais é “dia” (“mais luz é grande, mais ela é luz”). Assim, em (5), GRAND não descreve um traço de “dia”; “dia” designa X ele próprio.

Franckel e Vogüe (2002) especificam que a avaliação-origem da especificação de X(Ref) como sendo GRAND implica dois parâmetros suplementares: um ponto de vista de um sujeito avaliador (S) e um ponto de confrontação, isto é, um outro valor X_0 de X, independente de Ref. Chega-se, assim, à seguinte formulação: (i) Ref<Det+A+N>; (ii) X(Ref) no qual X é um traço específico de A que faz variar Ref; (iii) X_0 é a medida construída, tomando-se por base as ocorrências de X (X_i, X_j, X_k, X_n), que servirão como medida para se avaliar uma nova ocorrência de X; e (iv) S é o ponto de vista do avaliador. S medirá a distância entre X_0 e X. O resultado dessa medida será o valor de X(Ref) no qual Ref é (Det+A+N) e X é um traço específico de A.

Retomando os dados de partida, de (1) a (5), e a manipulação que fazem desses dados, Franckel e Vogüe (2002) propõem o seguinte questionamento: “se temos o mesmo N, o mesmo A e a mesma posição, como obtivemos valores diferentes para X(Ref)? Os autores concluem seu trabalho respondendo essa pergunta. Afirmando que os diferentes valores de X(Ref) resultam da articulação entre léxico, gramática e a avaliação do sujeito na construção da representação, ou seja, (a) dos elementos gramaticais (o artigo definido, o artigo indefinido, o numeral, a posição direita-esquerda, a indeterminação do sujeito na expressão “il faisait” (“faz”)) que marcam operações quantitativas e qualitativas como resultado da avaliação feita por S entre X_0 e X; (b) da natureza nocional dos léxicos em questão A = GRAND e N = “dia” que oferecem as

possibilidades (latitudes) de extração de medidas quantitativas e qualitativas; e (c) da experiência de S com as ocorrências de X(Ref) em relação a X_0 .

A análise que se propõe nesta tese para FALSO deverá seguir a mesma orientação teórico-metodológica empregada Franckel e Vogüe (2002). Com isso, espera-se, utilizando-se uma mesma orientação, contribuir para a produção de pesquisas que contemplem unidades tradicionalmente rotuladas como “adjetivos” em uma perspectiva alternativa que promova uma compreensão diferenciada de fenômenos que ainda demandam investigação lingüística.

3 OS PROCESSOS ENUNCIATIVOS DE VARIAÇÃO SEMÂNTICA DE “FALSO”

Esta Seção está subdividida em duas subseções. Em 3.1, encontra-se a análise do marcador FALSO; em 3.2, uma forma esquemática para esse marcador.

3.1 Estudo do marcador FALSO

O estudo dos valores prototípicos associados a um adjetivo, tal como estão descritos na Seção 2 desta tese tem a sua relevância na medida em que se propõe a discutir o problema da variação nos valores que se encontram estabilizados na superfície da língua portuguesa.

Entretanto, o resultado daquelas pesquisas é insatisfatório devido à metodologia que empregam. Se, por um lado, a análise das unidades isoladas dos contextos em que se realizam conduz a uma abstração dos empregos de um adjetivo ou de uma subclasse de adjetivos, por outro lado, também fogem a essa abstração as invariantes que permanecem e que viabilizam ou restringem a estabilização de valores.

Nesta Seção, desenvolve-se a análise do adjetivo FALSO. O objetivo da análise é extrair os princípios de variação do sentido desse adjetivo, partindo da hipótese de que existe algo de invariante que constitui a sua identidade, isto é, que viabiliza e, ao mesmo tempo, restringe a estabilização dos valores desse adjetivo observados em suas realizações na superfície da língua portuguesa.

Os tratamentos tradicionais descritos na Seção 2.3.2 demonstram que naquelas pesquisas procura-se definir um sentido primeiro para esse adjetivo, enquanto suas realizações, o motivo da polêmica na definição desse sentido primeiro, parecem escapar à definição de um sentido primeiro ou próprio que se encontre em todas as suas realizações. As análises tradicionais dos adjetivos “jogam os protótipos uns contra

os outros”⁵¹ para, a partir das diferenças observadas, extraírem um terceiro valor que será motivo de polêmica tanto quanto os protótipos que lhe deram origem.

As análises que se apresentam nesta Seção não pretendem estabelecer critérios que definam a inclusão de FALSO em uma subclasse de adjetivos. A característica de FALSO é justamente oferecer a oportunidade de que cada um de seus valores se configure na superfície da língua por mais distintos que sejam esses valores. Assim, as análises têm por finalidade resultar em uma representação metalingüística, denominada forma esquemática, que se associa às construções da forma empírica FALSO, e constitui a identidade semântica dessa forma.

O cópús de análise é composto de cinco enunciados extraídos do jornal **Folha de São Paulo**, em sua versão eletrônica⁵². Em todos os enunciados, FALSO encontra-se em função de adjunto (também denominada “função atributiva”) e aparece posposto ao nome. Constam do cópús:

Enunciado 1: *Segundo a Polícia Civil paranaense, Mércio Eliano Barbosa, 28, titular da apólice de seguro, morava nos EUA há três anos. Forjou sua morte ao usar um atestado de óbito falso fornecido pelo funcionário do IML João Alcione Cavalli.*

Enunciado 2: *O delegado explicou que o estrangeiro passava dinheiro falso havia seis meses. “O comércio na região do Brás recebe compradores de vários países da América do Sul. São comuns os pagamentos em moedas estrangeiras. Ele aproveitava isso para aplicar o golpe”, disse Araújo. O peruano não revelou a procedência do dinheiro.*

Enunciado 3: *Duas pessoas foram condenadas à morte por envolvimento no escândalo. Em 2004, pelo menos 12 bebês morreram e quase*

⁵¹ Expressão empregada por Franckel e Vogüé (2002).

⁵² Disponível em: <www.folhaonline.com.br>.

200 sofreram de desnutrição após consumirem leite em pó falso, sem as vitaminas, proteínas e gordura necessárias.

Enunciado 4: *O Ministério da Saúde informou que circulam na internet e-mails falsos com informações sobre a dengue. Na verdade, as mensagens podem infectar o computador do usuário, afirma o órgão, que diz não ter enviado qualquer comunicado à população sobre a doença via internet.*

Enunciado 5: *Pearlman, de 53 anos, havia se declarado em março culpado de uma acusação de lavagem de dinheiro, duas de conspiração e outra de abrir um pedido falso de falência.*

Na seqüência, encontram-se as análises do marcador nesses enunciados.

3.1.1 Enunciado 1

Segundo a Polícia Civil paranaense, Mércio Eliano Barbosa, 28, titular da apólice de seguro, morava nos EUA há três anos. Forjou sua morte ao usar um atestado de óbito falso fornecido pelo funcionário do IML João Alcione Cavalli.

λ_1 : </alguém/ /usar/ /atestado de óbito/>

λ_2 : </alguém/ /fazer/ /atestado de óbito/>

Com base nas léxis (λ_1) e (λ_2), elaboram-se as seguintes glosas:

- 1a) Suponhamos que um atestado de óbito é alguma coisa que alguém faz para atestar que alguém está morto. Constrói-se o interior do domínio de p. (se: $p \rightarrow q$)
- 1b) Suponhamos que um atestado de óbito ateste que alguém está vivo. Isso causa estranheza, porque um atestado de óbito é alguma coisa que alguém faz atestar que alguém está morto. Constrói-se então o exterior do domínio, o não-p, por exemplo, um não-atestado-de-óbito. (se: $p \rightarrow \sim q : p'$)
- 1c) Suponhamos que existe um atestado de óbito de alguém que está vivo, que não está morto. Se, por um lado, temos um atestado de óbito porque ele atesta que alguém está morto, por outro lado, não se trata de um atestado de óbito porque a condição para existir um atestado de óbito é alguém morto. Então, tem-se um atestado de óbito falso. ($p \sim q$)

Nesse enunciado, o enunciador coloca duas posições: “alguém usar um atestado de óbito” e “alguém fazer um atestado de óbito”. No momento em que aquele que produz o enunciado fala, ambas as colocações remetem ao que é o caso. O pretérito perfeito e o particípio (“forjou”; “foi fornecido”) contribuem para a identificação de que o momento em que o enunciado é produzido já houve realização efetiva daquilo que é tido pelo enunciador como sendo o caso.

A partir do enunciado, pode-se observar uma relação de alteridade⁵³ entre o sujeito da léxis ($\lambda 1$), “aquele que usa um atestado de óbito” (“Mércio Eliano Barbosa”), e o sujeito da léxis ($\lambda 2$) “aquele que faz um atestado de óbito” (“João Alcione Cavalli”) para o sujeito da ($\lambda 1$).

A partir da léxis ($\lambda 1$), o enunciador constrói uma representação de “atestado de óbito”, estabilizando o que não é esperado pelo co-enunciador, isto é, que um “atestado de óbito” seja ao mesmo tempo, “um atestado de óbito” e “outra coisa, menos um

⁵³ Entende-se por alteridade o processo de diferenciação de objetos, sujeitos, entidades etc.. O correlato da alteridade é a identidade dessas instâncias.

atestado de óbito”. O enunciador parte de uma relativa estabilidade, ou seja, identifica “um atestado de óbito como alguma coisa que alguém faz para atestar que alguém está morto” (se: $p \rightarrow q$), passa pela instabilidade, considerando a possibilidade de “um atestado de óbito atestar que alguém está vivo” e a possibilidade de “um atestado de óbito” ser outra coisa menos “um atestado de óbito” (se: $p \rightarrow \sim q : p'$) e estabiliza novamente a representação, colocando o co-enunciador diante do inesperado, que “um atestado de óbito”, sem deixar de ser um atestado de óbito, também seja “um não-atestado de óbito” uma vez que não estão satisfeitas todas as condições para que um “um atestado de óbito” seja aquilo que o enunciador pensa ser o esperado pelo co-enunciador em relação a “um atestado de óbito”. Estabiliza-se, assim, “alguma coisa que não é verdadeiramente um atestado de óbito, mas ainda é um atestado de óbito” ($p \sim q$).

O adjetivo participa na construção da existência de “alguma coisa que não é verdadeiramente um atestado de óbito, mas ainda é um atestado de óbito” ($p \sim q$). O adjetivo aciona uma operação de qualificação que resulta na diferenciação qualitativa de /atestado de óbito/. Para que se obtenha “alguma coisa que é verdadeiramente um atestado de óbito” não poderia haver alguém vivo, senão o que há é um atestado de vida, outra coisa que não é um atestado de óbito.

Parte-se do interior do domínio, caminha-se em direção ao exterior e estabiliza-se um valor em uma zona de fronteira em relação ao interior aberto ($p \sim q$).

3.1.2 Enunciado 2

O delegado explicou que o estrangeiro passava dinheiro falso havia seis meses. “O comércio na região do Brás recebe compradores de vários países da América do Sul. São comuns os pagamentos em moedas estrangeiras. Ele aproveitava isso para aplicar o golpe”, disse Araújo. O peruano não revelou a procedência do dinheiro.

λ_1 : </alguém/ /passar/ /dinheiro/>

λ_2 : </alguém/ /fazer/ /dinheiro/>

Com base nas léxis (λ_1) e (λ_2), elaboram-se as seguintes glosas:

2a) Suponhamos que um dinheiro só possa ser feito por um sujeito (específico) ou por alguém que tem a permissão desse sujeito para fazer dinheiro. Constrói-se o interior do domínio de p. (se: $p \rightarrow q$)

2b) Suponhamos que um dinheiro não seja feito por um sujeito (específico) que faz dinheiro ou por alguém que tem a permissão desse sujeito para fazer dinheiro⁵⁴. Isso causa estranheza, por que um dinheiro tem que ser feito apenas por um sujeito que faz dinheiro ou por alguém que tem a permissão desse sujeito para fazer dinheiro. Constrói-se então o exterior do domínio, o não-p, por exemplo, um não-dinheiro. (se: $p \rightarrow \sim q : p'$)

2c) Suponhamos que existe um dinheiro feito por um sujeito que não é o sujeito que faz dinheiro ou por alguém que tem a permissão desse sujeito para fazer dinheiro. Se, por um lado, temos um dinheiro feito por alguém, mas que não é o fazedor de dinheiro, por outro lado, não se trata de um dinheiro porque a condição para existir um dinheiro é ele ter sido feito por alguém que faz dinheiro ou por alguém que tem a permissão desse sujeito para fazer dinheiro. ($p \sim q$)

Nesse enunciado, o enunciador coloca duas posições: (i) “alguém passar dinheiro” e (ii) “alguém fazer dinheiro”. No momento em que aquele que produz o

⁵⁴ Embora estejamos culturalmente imbuídos da idéia de que são máquinas que fazem dinheiro, esses equipamentos são projetados, construídos e controlados por sujeitos que interagem em uma relação de causalidade. As paráfrases “alguém faz que a máquina faça o que ela sabe fazer, que é fazer dinheiro” e “alguém faz/gera/produz dinheiro através de/com/de posse de uma máquina” explicitam essa relação.

enunciado fala, essas colocações remetem ao que é o caso, em (i) e (ii). O pretérito imperfeito (“passava”; “havia seis meses”) contribuem para a identificação de que o momento em que o enunciado é produzido já houve realização efetiva daquilo que é tido pelo enunciador como sendo o caso, em relação a (i). O pretérito perfeito (“revelou”) também contribui para a identificação de que o momento em que o enunciado é produzido já houve realização efetiva do acontecimento, em relação a (ii).

A partir do enunciado, pode-se observar uma relação de alteridade entre o sujeito da léxis (λ_1), “aquele que passa dinheiro” (“o peruano”), e o sujeito da léxis (λ_2), “aquele que faz dinheiro” para sujeito da (λ_1). Nesse enunciado, é possível identificar apenas o sujeito da léxis (λ_1) (“o peruano”). O enunciador pressupõe que o sujeito da léxis (λ_1) poderia informar quem seria o sujeito da léxis (λ_2). O sujeito da léxis (λ_1) “não revelou”, nesse caso, quem seria o sujeito da léxis (λ_2), que permanece poupado de ser identificado (“O peruano não revelou a procedência do dinheiro”). O adjetivo marca que a existência de “um dinheiro feito por alguém que não é o fazedor de dinheiro” promove uma instabilidade nocional nas relações de alteridade, mas não entre o sujeito da léxis (λ_2) em relação ao sujeito da léxis (λ_1) (“o peruano”), mas entre esses sujeitos e um terceiro sujeito que está ausente da relação entre o sujeito da léxis (λ_2) e o sujeito da léxis (λ_2).

A partir da léxis (λ_1), o enunciador constrói uma representação de “dinheiro”, estabilizando o que não é esperado pelo co-enunciador, que “dinheiro” seja ao mesmo tempo, “dinheiro” e “qualquer outra coisa que não é dinheiro”. O enunciador parte de uma relativa estabilidade, ou seja, identifica “um dinheiro como algo que pode ser feito por um sujeito (específico) ou por alguém que tem a permissão desse sujeito para fazer dinheiro” (se: $p \rightarrow q$), passa pela instabilidade, considerando a possibilidade de “um dinheiro não ser feito por um sujeito (específico) que faz dinheiro ou por alguém que tem a permissão desse sujeito para fazer dinheiro” e a possibilidade de “dinheiro” ser outra coisa menos “dinheiro” (se: $p \rightarrow \sim q : p'$) e estabiliza novamente a representação, nesse jogo de relações intersubjetivas, colocando o co-enunciador diante do inesperado: que “dinheiro”, sem deixar de ser “dinheiro”, também seja “um não-dinheiro” uma vez que não estão satisfeitas todas as condições para que “dinheiro” seja aquilo que o enunciador pensa ser o esperado pelo co-enunciador em relação a “dinheiro”.

Estabiliza-se, assim, “alguma coisa que não é verdadeiramente dinheiro, mas ainda é dinheiro” ($p \sim q$).

Nesse enunciado, o adjetivo participa na construção da existência de “alguma coisa que não é verdadeiramente dinheiro, mas ainda é dinheiro” ($p \sim q$). O adjetivo aciona, como se referiu acima, relações de alteridade resultante de uma instabilidade observada pelo enunciador, mas essa instabilidade não está na relação entre o sujeito da léxis ($\lambda 2$) em relação ao sujeito da léxis ($\lambda 1$) (“o peruano”), mas entre esses sujeitos e um terceiro sujeito que está ausente, uma terceira pessoa. Essa instabilidade impede que se obtenha “alguma coisa que é verdadeiramente dinheiro”.

Parte-se do interior do domínio, caminha-se em direção ao exterior e estabiliza-se um valor em uma zona de fronteira em relação ao interior aberto ($p \sim q$).

3.1.3 Enunciado 3

Duas pessoas foram condenadas à morte por envolvimento no escândalo. Em 2004, pelo menos 12 bebês morreram e quase 200 sofreram de desnutrição após consumirem leite em pó falso, sem as vitaminas, proteínas e gordura necessárias.

$\lambda 1$: </alguém/ /consumir/ /leite em pó/>

$\lambda 2$: </alguém/ /fazer/ /leite em pó/>

Com base nas léxis ($\lambda 1$) e ($\lambda 2$), elaboram-se as seguintes glosas:

3a) Suponhamos que um leite em pó é alguma coisa que alguém faz para nutrir alguém. Constrói-se o interior do domínio de p . (se: $p \rightarrow q$)

3b) Suponhamos que um leite em pó não nutra alguém. Isso causa estranheza, porque um leite em pó é alguma coisa que alguém faz para nutrir alguém. Então, isso não é um leite em pó. Constrói-se então o exterior do domínio, o não-p, por exemplo, um não-leite em pó. (se: $p \rightarrow \sim q : p'$)

3c) Suponhamos que existe um leite em pó feito por alguém para nutrir alguém e esse leite em pó não nutre alguém. Se, por um lado, temos um leite em pó feito por alguém para nutrir alguém, por outro lado, não se trata de um leite em pó porque a condição para existir um leite em pó é alguém nutrido. ($p \sim q$)

Nesse enunciado, o enunciador coloca duas posições: (i) “alguém fazer leite em pó” e (ii) “alguém consumir leite em pó”. No momento em que aquele que produz o enunciado fala, essas colocações remetem ao que é o caso, em (i) e (ii). O participio (“foram condenadas”) contribui para a identificação de que no momento em que o enunciado é produzido já houve realização efetiva daquilo que é tido pelo enunciador como sendo o caso, em relação a (i). O pretérito perfeito (“morreram”; “sofreram”) também contribui para a identificação de que o momento em que o enunciado é produzido já houve realização efetiva do acontecimento, em relação a (ii).

Nesse enunciado, é possível identificar o sujeito da léxis (λ_1) como sendo “12 bebês” e “200 bebês”. Pelo menos “duas pessoas” podem ser identificadas como os sujeitos da léxis (λ_1). A partir do enunciado, pode-se observar uma relação de alteridade entre o sujeito da léxis (λ_1), “alguém que consome leite em pó” (“12 bebês”; “200 bebês”), e o sujeito da léxis (λ_2), “aquele que faz leite em pó” (pelo menos “duas pessoas”) para o sujeito da (λ_1).

A partir da léxis (λ_1), o enunciador constrói uma representação de “leite em pó”, estabilizando o que não é esperado pelo co-enunciador, isto é, que “leite em pó” seja ao mesmo tempo, “leite em pó” e “outra coisa, exceto “leite em pó”. O enunciador parte de uma relativa estabilidade, ou seja, identifica “um leite em pó como alguma coisa que alguém faz para nutrir alguém” (se: $p \rightarrow q$), passa pela instabilidade, considerando a possibilidade de “um leite em pó não nutra alguém” e a possibilidade de “leite em pó”

ser outra coisa menos “leite em pó” (se: $p \rightarrow \sim q : p'$) e estabiliza novamente a representação, nesse jogo de relações intersubjetivas, colocando o co-enunciador diante do inesperado: que “leite em pó”, sem deixar de ser “leite em pó”, também seja “um não-leite-em-pó” uma vez que não estão satisfeitas todas as condições para que “leite em pó” seja aquilo que o enunciador pensa ser o esperado pelo co-enunciador em relação a “leite em pó”. Estabiliza-se, assim, “alguma coisa que não é verdadeiramente leite em pó, mas ainda é leite em pó” ($p \sim q$).

Nesse enunciado, o adjetivo participa na construção da existência de “alguma coisa que não é verdadeiramente leite em pó, mas ainda é leite em pó” ($p \sim q$). O adjetivo aciona uma operação de quantificação, motivada pela instabilidade na quantidade de alguma coisa que está em falta (“as vitaminas, proteínas e gordura”), na léxis ($\lambda 1$), para que se obtenha “alguma coisa que é verdadeiramente leite em pó”. Por meio da modalidade (“necessárias”), o enunciador avalia como necessária essa quantidade que está em falta.

Nesse enunciado, mais uma vez, o adjetivo marca uma relação que parte-se do interior do domínio, caminha-se em direção ao exterior e estabiliza-se um valor em uma zona de fronteira em relação ao interior aberto ($p \sim q$).

3.1.4 Enunciado 4

O Ministério da Saúde informou que circulam na internet e-mails falsos com informações sobre a dengue. Na verdade, as mensagens podem infectar o computador do usuário, afirma o órgão, que diz não ter enviado qualquer comunicado à população sobre a doença via internet.

$\lambda 1$: </alguém/ /enviar/ /e-mail/> através de um determinado canal>

(A) (R) (B) (C)

λ_2 : </alguém/ /comunicar/ /alguma coisa/> através de um determinado canal>

(A) (R) (B) (C)

Com base nas léxis (λ_1) e (λ_2), elaboram-se as seguintes glosas:

4a) Suponhamos que um e-mail é alguma coisa que alguém (específico) envia para alguém para alguém (específico) comunicar alguma coisa a alguém através de um canal (específico). (se: $p \rightarrow q$)

4b) Suponhamos que um e-mail seja enviado por alguém (específico) envia para alguém para alguém (específico) comunicar alguma coisa a alguém através de um canal (não específico). Isso causa estranheza, porque um e-mail é alguma coisa que alguém (específico) envia para alguém para alguém (específico) comunicar alguma coisa a alguém através de um canal (específico). Constrói-se, então, o exterior do domínio, o não-p, por exemplo, um não-e-mail. (se: $p \rightarrow \sim q : p'$)

4c) Suponhamos que existe um e-mail que foi enviado por alguém (específico) envia para alguém para alguém (específico) comunicar alguma coisa a alguém através de um canal (não específico). Se, por um lado, temos um e-mail que foi enviado por alguém (específico) para alguém para alguém (específico) comunicar alguma coisa a alguém, por outro lado, não se trata de um e-mail porque a condição para existir um e-mail é ter sido enviado por um canal (específico). ($p \sim q$)

Nesse enunciado, o enunciador coloca duas posições: (i) “alguém enviar e-mails através de um determinado canal” e (ii) “alguém comunicar alguma coisa através de um determinado canal”. No momento em que aquele que produz o enunciado fala, não valida as relações, em (i) e (ii). O enunciador deixa ao co-enunciador a

responsabilidade pela validação das suas colocações. O enunciador fala a partir de um discurso reportado da fala de alguém (“Ministério da Saúde”).

O enunciador assume a validação da existência de “e-mails falsos” quando enuncia: “O Ministério da Saúde informou que circulam na internet e-mails falsos”. Por outro lado, não assume a validação da existência de e-mails falsos quando enuncia: “Na verdade, as mensagens podem infectar o computador do usuário, afirma o órgão, que diz não ter enviado qualquer comunicado à população sobre a doença via internet.”. Se, ao invés de utilizar o infinitivo+particípio (“ter enviado”), que coloca a possibilidade da dúvida (existe/não existe), o enunciador utilizasse o passado simples (“enviou”), estaria assumindo a validação da existência da representação juntamente com alguém (“Ministério da Saúde”) cujo discurso está sendo reportado. Em suma, não há um engajamento do enunciador com o discurso do Ministério da Saúde.

Dependendo do julgamento que um co-enunciador fizer das colocações do enunciador, poderá identificar ou não o sujeito das léxis. Se o co-enunciador eliminar a negação (“não”) e assumir as colocações como sendo o caso, identificará o sujeito das léxis com o Ministério da Saúde. Se o co-enunciador não eliminar a negação e assumir as colocações como sendo o caso, não identificará o sujeito das léxis.

A partir da léxis (λ_1), o enunciador constrói uma representação de “e-mails”, estabilizando o que não é esperado pelo co-enunciador, isto é, que “e-mails” sejam ao mesmo tempo, “e-mails” e “outra coisa que não são e-mails”. O enunciador parte de uma relativa estabilidade, ou seja, identifica “um e-mail é alguma coisa que alguém (específico) envia para alguém para alguém (específico) comunicar alguma coisa a alguém através de um canal (específico)” (se: $p \rightarrow q$), passa pela instabilidade, considerando a possibilidade de “um e-mail ser enviado através de um canal (não específico)” e a possibilidade de “e-mail” ser outra coisa menos “e-mail” (se: $p \rightarrow \sim q : p'$) e estabiliza novamente a representação, nesse jogo de relações intersubjetivas, colocando o co-enunciador diante do inesperado: que “e-mails”, sem deixar de ser “e-mail”, também sejam “não-e-mails” uma vez que não estão satisfeitas todas as condições para que “e-mails” sejam aquilo que o enunciador pensa ser o esperado pelo co-enunciador em relação a “e-mails”. Estabiliza-se, assim, “alguma coisa que não são verdadeiramente e-mails, mas ainda são e-mails” ($p \sim q$).

Nesse enunciado, o adjetivo participa na construção da existência de “alguma coisa que não são verdadeiramente e-mails, mas ainda são e-mails” (p~q). O argumento (C) é uma marca de alteridade que o enunciador recupera em um discurso reportado da fala de alguém (“Ministério da Saúde”). O adjetivo aciona uma operação de qualificação que resulta na diferenciação qualitativa no argumento (C) (“o canal utilizado pelo Ministério da Saúde para informar a população sobre a dengue”), nas léxis (λ_1) e (λ_2). Em se tratando de um discurso reportado e não validando as léxis (λ_1) e (λ_2), o sujeito enunciador deixa a possibilidade para que se obtenha “alguma coisa que são verdadeiramente e-mails enviados pelo Ministério da Saúde”. O enunciador recupera um discurso reportado da fala de outro sujeito enunciador, mas não assume a existência da representação de “e-mails falsos”.

Nesse enunciado, mais uma vez, o adjetivo marca que se parte do interior do domínio, caminha-se em direção ao exterior e estabiliza-se um valor em uma zona de fronteira em relação ao interior aberto (p~q).

3.1.5 Enunciado 5

Pearlman, de 53 anos, havia se declarado em março culpado de uma acusação de lavagem de dinheiro, duas de conspiração e outra de abrir um pedido falso de falência.

λ_1 : </alguém/ /pedir/ /alguma coisa/>

(A) (R) (B)

λ_2 : </alguém/ /falir/ /alguma coisa/>

(A) (R) (B)

Com base nas léxis (λ_1) e (λ_2), elaboram-se as seguintes glosas:

- 5a) Suponhamos que um pedido é alguma coisa que alguém faz a alguém em uma circunstância (específica). (se: $p \rightarrow q$)
- 5b) Suponhamos que um pedido tenha sido feito por alguém a alguém em uma circunstância (não específica). Isso causa estranheza, porque um pedido é alguma coisa que alguém faz a alguém em uma circunstância (específica). Constrói-se, então, o exterior do domínio, o não-p, por exemplo, um não-pedido. (se: $p \rightarrow \sim q : p'$)
- 5c) Suponhamos que existe um pedido feito por alguém a alguém em uma circunstância (não específica). Se, por um lado, há um pedido feito por alguém a alguém, por outro lado, não se trata de um pedido porque a condição para existir um pedido ter sido feito em uma circunstância (específica). ($pq \sim q$)

Nesse enunciado, o enunciador coloca duas posições: (i) “alguém pedir alguma coisa” e (ii) “alguém falar alguma coisa”. No momento em que aquele que produz o enunciado fala, valida a colocação de (i). A colocação de (i) é o caso. O pretérito do verbo “haver” (“havia”) e os participios (“havia se declarado culpado de um pedido feito”) contribuem para a identificação de que no momento em que o enunciado é produzido já houve realização efetiva daquilo que é tido pelo enunciador como sendo o caso, em relação a (i).

Nesse enunciado, é possível identificar o sujeito das léxis (λ_1) como sendo “Pearlman”. O sujeito da léxis (λ_2) não pode ser identificado. A (λ_2) instancia o argumento (B) da léxis (λ_1). A existência de “falência” é “uma circunstância (específica)” em que um pedido pode ser feito. Se “uma circunstância (específica) é (λ_2)”, será necessário que o enunciador assera a (λ_2) para que se obtenha a existência de “falência”. “Falência” é uma nominalização. Segundo Rezende (2000, p. 287) a nominalização é um pré-construído e, como tal, está na dependência de ser asserida

pelo enunciador em uma retomada. Entretanto, como se observa no enunciado, o enunciador não assume tal asserção. O que permanece na léxis ($\lambda 1$) é a retomada da projeção de existência de “falência” e o adjetivo contribuirá para sua estabilização no enunciado a partir ausência de alteridade nas relações estabelecidas na ($\lambda 2$). A ausência de asserção da ($\lambda 2$) está relacionada ao fato de o enunciador não instanciar o argumento (A) dessa léxis, ou seja, não identificar a alteridade na léxis ($\lambda 2$) (“alguém” a quem possa atribuir o predicado “falir alguma coisa”) Essa ausência de apresentação existencial⁵⁵ (“há”) do argumento (B) da léxis ($\lambda 2$) é marcada pelo adjetivo FALSO.

A partir da léxis ($\lambda 1$), o enunciador constrói uma representação de “um pedido”, estabilizando o que não é esperado pelo co-enunciador, isto é, que “um pedido” seja ao mesmo tempo, “um pedido” e “qualquer coisa que não é um pedido”. O enunciador parte de uma relativa estabilidade, ou seja, identifica “um pedido é alguma coisa que alguém só faz a alguém em certas circunstâncias.” (se: $p \rightarrow q$), passa pela instabilidade, considerando a possibilidade de “um pedido tenha sido feito por alguém a alguém em uma circunstância em que não poderia haver pedido” e a possibilidade de “um pedido” ser outra coisa menos “um pedido” (se: $p \rightarrow \sim q : p'$) e estabiliza novamente a representação, nesse jogo de relações intersubjetivas, colocando o co-enunciador diante do inesperado: que “um pedido”, sem deixar de ser “um pedido”, também seja “um não-pedido” uma vez que não estão satisfeitas todas as condições para que “um pedido” seja aquilo que o enunciador pensa ser o esperado pelo co-enunciador em relação a “um pedido”. Estabiliza-se, assim, “alguma coisa que não é verdadeiramente um pedido, mas ainda é um pedido” ($p \sim q$).

Nesse enunciado, o adjetivo participa na construção da existência de “alguma coisa que não é verdadeiramente um pedido, mas ainda é um pedido” ($p \sim q$). O adjetivo aciona relações de alteridade do enunciado devido à instabilidade observada pelo enunciador na apresentação existencial do actante (A), na léxis ($\lambda 2$).

Nesse enunciado, mais uma vez, o adjetivo marca uma relação que parte-se do interior do domínio, caminha-se em direção ao exterior e estabiliza-se um valor em uma zona de fronteira em relação ao interior aberto ($p \sim q$).

⁵⁵ Emprega-se “ausência de apresentação existencial” tal como se encontra em Aguilar (2007).

3.2. Uma forma esquemática para FALSO

A partir das ocorrências de FALSO nos enunciados de (1) a (5) e das manipulações que se encontram em (a), (b) e (c), em 3.1., identificaram-se três parâmetros mobilizados por FALSO. Se, por um lado esses parâmetros são mobilizados pelo enunciado, por outro lado, FALSO se anexa de modo variável sobre os elementos do contexto do enunciado.

• A marca FALSO aciona relações de alteridade na produção do enunciado.

FALSO marca que uma instabilidade foi observada pelo sujeito enunciador nas relações de alteridade presentes no enunciado. O sujeito observa que a presença de alguém que atribuiria existência a p não está em conformidade com o esperado. Essa diferença entre a presença esperada de alguém e a presença de alguém que existe não é suficiente para que o enunciador asserte a não-existência de p . O enunciador desloca p para um outro ponto no qual a diferença entre a presença esperada e a presença existente de alguém não é suficiente para descaracterizar p , o que levaria ao *não- p* . Assim, o enunciador estabiliza p nesse outro ponto, cuja marca é FALSO.

• A marca FALSO aciona operações de quantificação.

FALSO marca que uma instabilidade foi observada pelo sujeito enunciador na quantidade de alguma coisa que atribuiria existência a p . O sujeito observa que a quantidade de alguma coisa que atribuiria existência a p não está em conformidade com o esperado. Essa diferença entre a quantidade esperada e a quantidade que existe não é suficiente para que o enunciador asserte a não-existência de p . O enunciador desloca p para um outro ponto no qual a diferença entre a quantidade esperada e a

quantidade existente de alguma coisa não é suficiente para descaracterizar p , o que levaria ao $n\tilde{a}o-p$. Assim, o enunciador estabiliza p nesse outro ponto, cuja marca é FALSO.

• **A marca FALSO aciona operações de qualificação.**

FALSO marca que uma instabilidade foi observada pelo sujeito enunciador na qualidade de alguma coisa que atribuiria existência a p . O sujeito observa que a qualidade de alguma coisa que atribuiria existência a p não está em conformidade com o esperado. Essa diferença entre a qualidade esperada e a qualidade que existe não é suficiente para que o enunciador asserte a não-existência de p . O enunciador desloca p para um outro ponto no qual a diferença entre a qualidade esperada e a qualidade existente de alguma coisa não é suficiente para descaracterizar p , o que levaria ao $n\tilde{a}o-p$. Assim, o enunciador estabiliza p nesse outro ponto, cuja marca é FALSO.

Do ponto de vista nocional, esse movimento de um p esperado (p_0), um ponto de estabilidade, a um outro ponto p (p_1) enunciado, outro ponto de estabilidade, está representado na Figura 1.

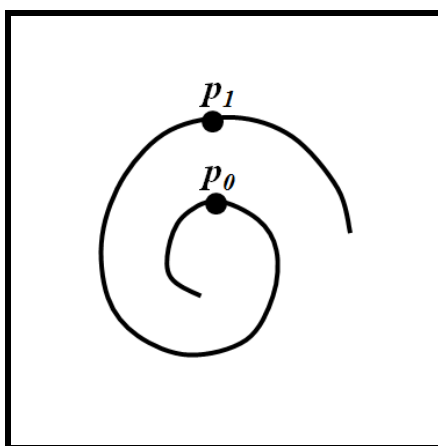


Figura 1 - Representação do resultado do ajustamento entre os parâmetros mobilizados pelo enunciado e o modo variável como FALSO se anexa aos elementos do contexto do enunciado.

O deslocamento de p_0 para p_1 é resultado do ajustamento entre os parâmetros mobilizados pelo enunciado e o modo variável como FALSO se anexa aos elementos do contexto do enunciado.

Do ponto de vista enunciativo, o ajustamento entre parâmetros mobilizados pelo enunciado e o modo variável como FALSO se anexa aos elementos do contexto do enunciado podem ser formulados da seguinte maneira: a partir de p , o sujeito infere q e $não-q$. Como consequência de $não-q$, o sujeito considera a possibilidade de enunciar $não-p$, mas, se o sujeito considera ainda que $não-q$ não descaracteriza totalmente p , enuncia pq' . A formalização desse ajustamento está representada no Esquema 6.

$$p \rightarrow q \wedge p \rightarrow q \rightarrow q' (:p') : pq'$$

Esquema 6 - Formalização da forma esquemática de FALSO.

Faz-se a seguinte leitura da representação formalizada no Esquema 6 a partir de p , infere-se (“ \rightarrow ”), q e (“ \wedge ”) $não-q$ (“ q' ”), considera-se a possibilidade (“()”) de enunciar (“:”) $não-p$ (“ $:p$ ”), enuncia-se (“:”) pq' .

Finalizadas as análises, na Seção seguinte, encontram-se as considerações finais da tese.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, propôs-se o estudo do que se convencionou denominar “adjetivo”, mais especificamente, propôs-se o estudo de uma unidade, FALSO, que outras pesquisas incluem nessa classe. Diferentemente de abordagens anteriores, essa unidade foi assumida como marca de operações enunciativas. A escolha de FALSO deveu-se ao seu amplo emprego no uso cotidiano, às polêmicas que tem motivado o estabelecimento de critérios que definem a inclusão da unidade em uma subclasse e à oposição freqüente entre FALSO e VERDADEIRO que permanece no ideário do falante influenciado pela escola.

Pesquisas anteriores desenvolvidas pelo autor desta tese também motivaram esta pesquisa. Em trabalhos anteriores, deparou-se com uma bibliografia relativamente extensa sobre adjetivos, principalmente dedicada ao estudo da língua inglesa. Em menor número, trabalhos voltados à língua portuguesa apresentam as mesmas problemáticas encontradas em obras estrangeiras. A multiplicidade no estabelecimento de critérios que definam a classe dos adjetivos e a profusão de taxonomias na delimitação de subclasses. Em pesquisa anterior, sistematizaram-se essas taxonomias e verificou-se que, em última instância, remontam aos critérios empregados pela gramática clássica por ocasião da definição da classe. Assim, o desenvolvimento desta tese esteve motivado pela possibilidade de se promover o redimensionamento das pesquisas relacionadas ao “adjetivo” com o objetivo de propor uma reorientação quanto aos procedimentos utilizados na investigação desse tema na língua portuguesa. Ao contrário de pesquisas que fomentam a polêmica sobre a adequação de um ou outro critério na definição da classe para, ao final, estabelecer critérios “mais adequados”, considerou-se os usos de FALSO em toda a sua particularidade, explicitando-se invariantes que sustentam a variação identificada nas configurações construídas de uma mesma unidade.

Encontrou-se a possibilidade de se desenvolver uma pesquisa que, de partida, não opera com o conceito de classe de caráter preponderante em outras pesquisas. Outra dificuldade superada por essa mudança de perspectiva foi a irrelevância atribuída

à distinção entre adjetivos mais ou menos subjetivos que também se encontra em outros trabalhos. Assumiu-se, nesta pesquisa que a subjetividade está presente na língua como um todo.

Assumiram-se, por outro lado, alguns princípios que orientaram o desenvolvimento da pesquisa, tais como a tese da indeterminação da linguagem, a articulação léxico e gramática e a responsabilidade de contemplar a unidade de análise na sua individualidade. O enunciado, até então tomando como objeto de caráter empírico e pouco (ou nada) importante para as análises anteriores, foi assumido nesta pesquisa não apenas como objeto empírico, mas como um construto teórico de relevância para o desenvolvimento das análises.

Assim, assumindo-se esses pressupostos, desenvolveu-se a análise de FALSO a partir de suas ocorrências em um corpus de língua portuguesa extraído do jornal *Folha de São Paulo*. Nesse corpus, todas as ocorrências de FALSO encontram-se em função de adjunto e em posição posposta ao nome. A partir dessas ocorrências, empregando-se uma metodologia de análise fornecida pela Teoria das Operações Enunciativas, procedeu-se a manipulação dos enunciados de partida que resultou na formulação de glosas epilingüísticas relevantes aos objetivos da pesquisa. Nessas glosas, estabilizaram-se valores para os nomes que acompanhavam FALSO, colocou-se a possibilidade da negação do predicado estabilizado e, por fim, vislumbrou-se a existência da representação da base com a propriedade predicada alterada.

Esses dados possibilitaram a visualização da contribuição de FALSO na construção da significação dos enunciados. Identificaram-se os valores estabilizados por FALSO e as operações acionadas pela marca. Observou-se que a marca aciona três parâmetros de variação na constituição do enunciado: relações de alteridade, operações de quantificação e qualificação. A partir da delimitação desses parâmetros foi possível vislumbrar como interagem e como se ajustam os parâmetros mobilizados pelo enunciado e o modo variável como FALSO se anexa aos elementos do seu contexto a partir de uma invariante de base subjacente à variação de superfície.

Demonstrou-se que esse ajustamento entre a marca e o contexto do enunciado conduzem uma representação estabilizada p_0 de um ponto-origem estabilizado a um outro ponto p_1 também estabilizado, mas não coincidente com p_0 . O ponto p_1 apresenta

as propriedades de p_0 e, ao mesmo tempo, apresenta essa propriedade alterada, em decorrência dos valores construídos nos enunciados. FALSO é uma marca desse deslocamento de p_0 a p_1 .

Do ponto de vista enunciativo, a trajetória desde a estabilidade, passando pela instabilidade até a estabilização novamente de valores que o enunciado traz na sua constituição foi representada formalmente.

Diante desses resultados, não só foi atingido o objetivo da pesquisa, mas também se vislumbraram respostas a algumas questões. Em relação à oposição VERDADEIRO versus FALSO que os falantes tendem a estabelecer, confirma-se que estão enviesados pela parcialidade com que a escola aborda questões de linguagem. Embora não fosse objetivo deste trabalho a discussão de questões de ensino-aprendizagem, os resultados da pesquisa permitem afirmar que os manuais escolares não ultrapassam os limites do estereótipo referidos por Ilari (1993), opondo FALSO a VERDADEIRO independentemente dos usos de FALSO e de seus contextos de ocorrência.

Conforme atestam as análises, FALSO estabiliza valores que não esvaziam a propriedade p com o qual co-ocorrem. FALSO é justamente a possibilidade de assertar que “alguma coisa é e , ao mesmo tempo, não é”, “alguma coisa é p , mas não é verdadeiramente p ”. Os valores estabilizados da marca passam a falsa impressão de que “ p é falso, porque não é mais p , deixou de ser p , é outra coisa”, quando, na verdade, p ainda é o caso. A partir da pesquisa desenvolvida no âmbito desta tese pode-se reafirmar que não há esvaziamento da propriedade de p , de maneira que se possa interpretar que “ X é falso” porque não é mais “ X ”.

Para finalizar a tese, mas não a pesquisa, ressalta-se que, com relação ao tema “adjetivo”, muitas outras pesquisas podem ser desenvolvidas, assumindo-se outras unidades não como adjetivos pertencentes a uma classe cujos valores estão previamente definidos, mas como unidades passíveis de serem estudadas como marcas de operações enunciativas. Os contextos em que se emprega FALSO anteposto ao nome também permanecem como tema de pesquisas futuras.

Esta tese se encerra neste ponto, mas permanece a expectativa de que outras pesquisas dêem continuidade ao trabalho aqui iniciado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, B. Models, truth and semantics. **Linguistics and Philosophy**, v. 20, n. 2, p. 117-138, 1997.

AGUILAR, C. B. dos S. **Operações enunciativas e valores referenciais - estudo da marca “apesar de”**. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

ALLAN, K. **Natural language semantics**. Malden, Massachusetts: Blackwell, 2001.

AUROUX, S. Du nom au verb: la grammaire générale de Porto-Royal a Destutt de Tracy. **Modèles Linguistiques**, p. 11-21, 1984.

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Gera I I**. Campinas: Pontes/Unicamp, 1991.

BOLINGER, D. Adjectives in English: attribution and predication. **Lingua**, v. 18p. 1-34, 1967.

BORBA, F. da S. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

BORBA, F. da S. **Sistemas de Preposições em Português**. Tese (Livre docência) – São Paulo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.

BORBA, F. S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.

BORGES NETO, J. **Adjetivos**: predicados extensionais e predicados intensionais. Campinas, Unicamp, 1991.

BORGES NETO, J. Semântica de modelos. In: MÜLLER, A. L.; NEGRÃO, E. V.; FOLTRAM, M. J. (orgs.) **Semântica formal**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9-46.

BUENO, F. da S. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1958.

CÂMARA Jr, J. Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

CAMPOS, M. H. C. **Tempo, aspecto e modalidade**. Porto: Porto Editora, 1997.

CEGALA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1966.

CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge: The MIT Press, 1965.

CHOMSKY, N.A. **Syntactic Structures**. Haia: Mouton, 1957.

CHURCH, A. **The calculi of lambda conversion**. Princeton: Princeton University Press, 1941.

CORREIA, C. N. A construção da referência: contribuição para uma (nova) proposta. In: SILVA, A. S. da. **Linguagem e cognição**. A perspectiva da lingüística cognitiva. Braga: APL/UCP, 2001. p. 341-353.

COSTA E SOUSA, O. da. Imperfeito e predicação de existência. In: **Actas do XIV Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística (vol. II)**. Braga: Associação Portuguesa de Lingüística, 1999. p. 501-512.

CROFT, W. The evolution of negation. **Journal of Linguistics**, v. 27, p. 1-26, 1991.

CULIOLI, A. **Cognition and representation in linguistic theory**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

CULIOLI, A. La communication verbale. In: **L'Homme et les autres**. Encyclopédie des sciences de l'homme: l'aventure humaine. Paris: Grange Batelière, 1967, v. 4, p. 65-73.

CULIOLI, A. Linguistique du discours e et discours sur la linguistique. **Revue philosophique**, n. 4, p. 481-488, 1978.

CULIOLI, A. **Notes du séminaire de D.E.A. - 1983-1984**. Paris: Poitiers, 1985.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: domaine notionnel. Paris: Ophrys, 1999b. v. 3.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, 1999a. v. 2.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. Paris: Ophrys, 1990. v. 1.

CULIOLI, A. The concept of notional domain. In: CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. Paris: Ophrys, 1990. p. 67-90. v. 1.

CULIOLI, A. **Transcription du séminaire de D.E.A 1975–1976**. Paris: Département de recherches linguistiques, Université de Paris VII, 1976.

CULIOLI, A.; DESCLES, J-P. Traitement formel des langues naturelles. Deuxième partie : dérivations d'exemples. **Mathématiques et Sciences Humaines**, v. 78, p. 5-31, 1982b.

CULIOLI, A.; DESCLES, J-P. Traitement formel des langues naturelles. Première partie : mise en place des concepts à partir d'exemples. **Mathématiques et Sciences Humaines**, v. 77, p. 93-125, 1982a.

DANON-BOILEAU, L. La détermination du sujet, **Langages**, v. 94, p. 39-72, 1989.

De VOGÜÉ, S. Culioli après Benveniste : énonciation, langage, intégration. **Linx**, n. 26, p. 77-108, 1992.

DESCLES, J.-P. Au sujet des catégories grammaticales. In: **La Théorie d'Antoine Culioli**: ouvertures et incidences, Paris: Ophrys, 1992. p. 203-212.

DIXON, R. **The Dyirbal Language of North Queensland**. Cambridge: Cambridge University Press, England, 1972.

FERREIRA, L. F. C. I. Tipologia de adjetivos e construções predicativas com ser e estar em português europeu. In: Actas do XIX Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística, 19, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Universidade de Lisboa, Portugal. 01 a 03 de Outubro, 2003. p. 421-432.

FIORIN, J. L. **Adjetivos temporais e espaciais**. São Paulo: NURC, Xerox, 1997.

FODOR, J. **The modularity of mind**. Cambridge: The MIT Press, 1983.

FRANCKEL, J.-J.; de VOGÜE, S. Identité et variation de l'adjectif *grand*. **Langue française**, v. 133, p. 28-41, 2002.

FRANCKEL, Jean-Jacques. Référence, référenciation et valeurs référentielles. **Sémiotiques**, n. 15, p. 61-84, 1998.

FUCHS, C. O sujeito na teoria enunciativa de A. Culioli: algumas referências. **Cadernos de estudos lingüísticos**, n. 7, p. 77-85, 1984.

GILBERT, E. SOME et la construction d'une occurrence. **Cycnos**, v. 16, n. 2, p. 1-17, 1999.

GÓIS, C. **Sintaxe de construção**. 6. ed. São Paulo/Belo Horizonte/Rio de Janeiro: 1958.

GROUSSIÉ, M.-L. On Antoine Culioli's theory of enunciative operations. **Lingua**, v. 110, p. 157-182, 2000.

HANDKE, J. **The structure of the lexicon**: human versus machine. Berlim: Mouton de Gruyter, 1995.

ILARI, R. Alguns problemas semânticos na análise dos adjetivos. In: **Caderno de estudos lingüísticos**. Campinas, IEL/UNICAMP, (24): 41-45, jan./jun.. 1993.

JACKENDOFF, R. Why a conceptualist view of reference? **Linguistics and Philosophy**, V. 21, n. 2, p. 211-219, 1998.

LOPES, M. C. R. **Processos enunciativos de variação semântica e identidade lexical**: a polissemia redimensionada. Tese (Doutorado em Língua e Literatura

Francesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v. 2.

MÓIA, T. Sobre classes semânticas de adjetivo. **Cadernos de Semântica**, v. 7, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1992.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: EDUNESP, 2000.

NUNES-PEMBERTON, G. M. **Os adjetivos antepostos do português falado no Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, M. F. de. **Enfrentamento do problema das divergências de tradução por um sistema de tradução automática**: um exercício exploratório. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

OSU, S. N. Semantic invariance, locating process and alterity: a TOPE-based analysis of the verbal prefix z- in Ikwere. **Journal of Linguistics**, v. 39, p. 521-574, 2003.

PAILLARD, D. Repérage: construction et spécification. In: *La théorie d'Antoine Culioli: ouvertures et incidences*. Paris: Ophrys, 1992. p. 75-88.

PAILLARD, D.; ROBERT, S. Langues diverses, langues singulières. In : ROBERT, S. (Ed.) **Langages et sciences humaines**: propos croisés. Berlin: Peter Lang, p. 117–144, 1995.

PEREIRA, E. C. **Gramática expositiva**. 8. ed. São Paulo: s.e., 1918.

PEREIRA, S. G. C. **Contributos para a abordagem da predicação secundária em português**. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997.

PRIA, A. D. Tipologia lingüística: línguas analíticas e línguas sintéticas. **Soletras** (UERJ), Rio de Janeiro, v. 11, p. 113-121, 2006.

PRIA, A. D. **Uma proposta de representação lingüístico-computacional do comportamento sintático e semântico de adjetivos no sintagma nominal do inglês e do português**. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

RADFORD, A. **Syntax**: a minimalist introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

REZENDE, L. M. **Léxico e gramática**: aproximação de problemas lingüísticos com educacionais. Tese (Livre docência) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.

ROBERT, S. Cognitive invariants and linguistic variability – From units to utterance. In: FUCHS, C.; ROBERT, S. (eds.) **Language diversity and cognitive representations**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999. p. 20-35.

SINGLETON, D. **Exploring the second language mental lexicon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

VENDLER, Z. **Adjectives and nominalizations**. Haia, Mouton, 1968.

VIGNAUX, G. Entre linguistique et cognition: des problématiques de l'énonciation a certains développements tirés de l'ouvre d'Antoine Culioli. In: BOUSCAREN, J.; FRANCKEL, J-J.; ROBERT, S. (orgs.) **Langues e langage**. Problèmes et raisonnement en linguistique: mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: PUF, 1995, p.565-582.

VIGNAUX, G. **Le discours acteur du monde**. Enonciation, argumentation et cognition. Paris: Ophrys, 1988.

VILELA, Mário. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 1995.

WÖLCK, W. Types of natural bilingual behavior: a review and revision. **The Bilingual Review/La Revista Bilingue**, 14, 3-16, 1987.

YAGUELLO, M. "Subject" and "Sujet": a perverse polymorphous concept. In: YAGUELLO, M. (ed.) **Subjecthood and subjectivity**: the status of the subject in linguistic theory. Paris: Ophrys, 1994. p. 19-28.

ZUBER, R. La Catégorématicité et les Adjectifs em Polonais. **Langages**, v. 30, p. 125-131, 1973.